

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E  
GEOCIÊNCIAS**

**CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA PEQUENA  
CIDADE: UM ESTUDO SOBRE SÃO SEPÉ - RS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Fabiano Bolzan Scherer**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2009**

# **CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA PEQUENA CIDADE: UM ESTUDO SOBRE SÃO SEPÉ - RS**

**por**

**Fabiano Bolzan Scherer**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências do Centro de Ciências Naturais e Exatas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), para obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gilda Maria Cabral Benaduce.**

Santa Maria, RS, Brasil  
2009

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Naturais e Exatas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA PEQUENA CIDADE: UM  
ESTUDO SOBRE SÃO SEPÉ - RS**

elaborado por  
**Fabiano Bolzan Scherer**

para obtenção do grau de  
**Mestre em Geografia**

**Comissão Examinadora**

---

**Gilda Maria Cabral Benaduce, Dr<sup>a</sup> (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Angela Maria Endlich, Dr<sup>a</sup> (UEM)**

---

**Vilma Dominga Monfardini Figueiredo Dr<sup>a</sup> (UNIFRA)**

Santa Maria, 22 de Setembro de 2009.

*Dedico este trabalho a duas pessoas importantes em  
minha vida:  
minha mãe e minha irmã por acompanharem-me sem  
restrições no decorrer desta trajetória.*



## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) por proporcionar a oportunidade de cursar o Mestrado em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências, oferecendo moradia e alimentação.

Ao Mestrado em Geografia da UFSM pela formação em nível de Pós Graduação.

À minha orientadora professora Gilda Maria, pelo carinho e amizade e por estar me conduzindo nesta pesquisa, contribuindo para minha formação profissional.

À minha mãe, pela dedicação e incondicional apoio durante todo tempo, abrindo mão de muitas possibilidades em meu favor.

À minha irmã, pela amizade e carinho nesta caminhada.

Aos colegas do mestrado da turma 2007, com os quais enfrentei desafios e obstáculos durante esses dois anos. A amizade ficará em nossos corações, mesmo depois que nos separarmos.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências, que contribuíram com seus saberes e possibilitaram a minha formação em nível de mestrado.

À Prefeitura Municipal de São Sepé e a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) pela disposição em fornecer informações e dados para o trabalho da dissertação.

À Cooperativa Tritícola Sepeense Ltda (COTRISEL) pela atenção e colaboração na pesquisa, fornecendo informações relevantes.

À professora Sandra Agostini pela companhia e amizade na Casa do Estudante da UFSM.

Aos colegas professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I, na Linha Clara em Teutônia, pelo convívio e amizade.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Teobaldo Closs, pelo acolhimento na reta final da dissertação.

À todas as pessoas que, de alguma forma ou outra, contribuíram para eu chegar até aqui.

*“Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha,  
é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra.  
Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha,  
e não nos deixa só,  
porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós.  
Essa é a mais bela responsabilidade da vida  
e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso”  
(Charles Chaplin)*

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências  
Universidade Federal de Santa Maria

### **CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA PEQUENA CIDADE: UM ESTUDO SOBRE SÃO SEPÉ-RS**

Autor: Fabiano Bolzan Scherer  
Orientadora: Gilda Maria Cabral Benaduce  
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de setembro de 2009, AnfiB2.

O presente estudo analisa em suas escalas espaciais e temporais os papéis e o uso do solo urbano da pequena cidade de São Sepé cujas dinâmicas atrelam-se ao setor agropecuário no qual a cidade está envolvida. Para isso destacam-se os papéis econômicos desse setor, ligado especificamente a cooperativa COTRISEL. A realidade dessa cidade se expressa pelos fluxos econômicos provenientes dos negócios gerados pela cooperativa na região. Nesse contexto, a cidade fruto da colonização portuguesa, da concessão de sesmarias, foi dominada durante muitos séculos pelas elites, donas de terras, defendendo seus interesses. A economia de São Sepé está centrada no setor agrícola, com o comércio e serviços dependendo deste setor. Destaca-se ainda o agronegócio beneficiando parte da produção primária, agregando valor aquela produção. Ainda foram analisados, o capital social, os equipamentos urbanos e a infra-estrutura como forma de averiguar o quanto aquele tipo de economia foi capaz de gerar empregos, equipamentos ou mesmo infra-estrutura urbana para a realização de suas atividades.

Palavras - chave: Equipamento urbano; Pequena Cidade; Papéis Urbanos; Uso do Solo Urbano; São Sepé.

## **ABSTRACT**

**Master Degree Dissertation  
Post-Graduation Program in Geography and Geosciences  
Federal University of Santa Maria**

### **CONSTRUCTION OF THE URBAN AREA OF A SMALL TOWN: A STUDY IN SÃO SEPÉ-RS**

**AUTHOR: FABIANO BOLZAN SCHERER**

**ADVISOR: GILDA MARIA BENADUCE CABRAL**

**Date and Location of Defense: Santa Maria, September 22, 2009,  
AnfiB2.**

The present dissertation is an analysis in its spatial and temporal scales and the roles of urban land use in the small town of São Sepé in which dynamic is related to the agricultural sector in which the city is part. Therefore, there are many roles in the economic sector, specifically associated to the cooperative named COTRISEL. The reality of this town is expressed by economic flows from the business generated by the cooperative in the region. In this context, this town of Portuguese colonization, the concession the 'Sesmarias' (large land properties), for many centuries it was dominated by elites, owners of land, defending their interests. The economy of São Sepé focuses on the agricultural sector, with trading and services depending on this sector. It is also the agribusiness benefit from the primary production, adding that production value. It was also analyzed, the capital, the urban equipment and infrastructure in order to verify how this type of economy was able to generate jobs, equipment or even urban infrastructure to conduct activities.

Keywords: urban equipment, Small Town, Urban Roles; Use of urban land, São Sepé.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Localização Geográfica do Município de São Sepé, RS – Brasil. ....	17
Figura 2 – Esquema da estrutura de Rede Urbana no Século XX. ....	28
Figura 3 – Mapa da Distribuição Geográfica da População – RS – 2007. ....	39
Figura 4 – Mapa de Localização Geográfica das Províncias Geomorfológicas – RS. ....	40
Figura 5 – Mapa de Localização Geográfica das Bacias Hidrográficas – RS .....	42
Figura 6 – Mapa de Localização Geográfica do Tratado de Madrid - 1750.....	45
Figura 7 – Mapa da Invasão a Capitania de Rio Grande de São Pedro entre 1763-1776 .....	46
Figura 8 – Mapa de Localização Geográfica do Tratado de Santo Ildefonso - 1777.	48
Figura 9 – Mapa dos Centros Urbanos com mais de 50 mil habitantes – RS .....	58
Figura 10 – Mapas dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul em 1809, 1850, 1900 e 1959. ....	61
Figura 11 – Imagem de Satélite de São Sepé, RS – 2009.....	65
Figura 12 – Sede das instalações da COTRISEL em São Sepé, RS – 2009.....	79
Figura 13 – Mapa de localização geográfica das unidades da COTRISEL - RS.....	80
Figura 14 – Novas instalações do Supermercado da COTRISEL em São Sepé, RS – 2008 .....	83
Figura 15 – Carta de Uso do solo urbano de São Sepé, RS -1982.....	84
Figura 16 – Imagem de satélite da cidade de São Sepé – 2009.....	85
Figura 17 – Capelas Mortuárias - São Sepé, RS – 2008 .....	87
Figura 18 – Praças localizadas no bairro Centro - São Sepé, RS - 2008.....	88
Figura 19 – Quadra de esporte coberta da escola particular - São Sepé, RS – 2008. ....	89
Figura 20 – Campo de futebol junto ao Complexo esportivo PAMADE - São Sepé, RS - 2008 .....	90
Figura 21 – Escolas de Educação Infantil no bairro Centro - São Sepé - 2008 .....	93
Figura 22 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Theo, no bairro Tastch - São Sepé - 2007. ....	
Figura 23 – Colégio Estadual São Sepé localizado no bairro Centro - São Sepé - 2007. ....	95
Figura 24 – Escola particular localizada no bairro Centro - São Sepé, RS - 2007. ...	96
Figura 25 – Posto de Saúde no bairro Centro - São Sepé, RS - 2007.....	97
Figura 26 – Delegacia de Polícia e Presídio Estadual de São Sepé, RS - 2007.....	98

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Total e taxa de crescimento anual da população do Rio Grande do Sul e do Brasil—1900 – 2007.....	36
Tabela 2 – RS: Classes de população, número de municípios do Rio Grande do Sul, de 1980 a 2007. ....	37
Tabela 3 – RS: População residente – população urbana e rural e população total entre 1970 a 2000. ....	57
Tabela 4 – RS: São Sepé - Principais Lavouras temporárias das principais culturas, área plantada (ha) de 2001 a 2007. ....	67
Tabela 5 – RS: São Sepé - número e porcentagem de estabelecimentos Industrial, bens de consumo duráveis e não duráveis, prestadora de serviços filiados ao CDL - 2007 .....	68
Tabela 6 – RS: Movimentações Financeiras na Microrregião Geográfica de Santa Maria - 2007 .....	70
Tabela 7 – RS: São Sepé - Valor adicionado por atividade econômica e percentual de 2004 a 2006. ....	73
Tabela 8 – RS: População residente no município de São Sepé, de 1970 a 2000. ...	75
Tabela 9 – RS: População residente por domicílio nos distritos de São Sepé, de 1950 a 2000. ....	77
Tabela 10 – COTRISEL - Principais produtos comercializados nas cinco unidades em 2004-2008. ....	82
Tabela 11 – RS: São Sepé - Consumo de água por tipo de usuário e categoria da CORSAN, 2007. ....	100

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lógica da Organização Espacial das Empresas. ....	29
Quadro 2 – RS: São Sepé - Equipamentos urbanos e infra-estrutura nos bairros - 2008. ....	92

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1 – REESTRUTURAÇÃO URBANA E PEQUENAS CIDADES</b> .....	18
1.1 Alguns pressupostos teóricos da Geografia Urbana – revisando conceitos.....	18
1.2 Rede Urbana.....	26
1.3 A Pequena Cidade nos Estudos Geográficos .....	30
<b>CAPÍTULO 2 – CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	35
2.1 Apresentando o território sulino .....	35
2.2 Formação do território sul rio-grandense. ....	43
2.3 Bases históricas do surgimento das cidades no Rio Grande do Sul.....	51
<b>CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO E CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ</b> .....	59
3.1 Bases histórico-geográficas do município de São Sepé - RS. ....	59
3.2 O Espaço geográfico de São Sepé – RS.....	63
3.3 Bases Socioeconômicas do município de São Sepé .....	66
3.4 Sistema financeiro e bancário em São Sepé.....	68
3.5 A estrutura da população residente.....	74
<b>CAPÍTULO 4 – PAPÉIS URBANOS E USO DO SOLO URBANO DE SÃO SEPÉ</b> ...	78
4.1 Diversificação dos papéis da COTRISEL no perímetro urbano sepeense	78
4.2 Uso solo urbano de São Sepé .....	84
4.3 Equipamentos Urbanos e Infra – Estrutura dos Bairros da Cidade São Sepé (RS).....	86
4.3.1 Capela Mortuária.....	86
4.3.2 Praças .....	87
4.3.3 Quadras de Esportes Cobertas .....	88
4.3.4 Área Verde .....	89
4.3.5 Campo de Futebol.....	89
4.3.6 Passeio Público.....	90
4.3.7 Telefone público .....	91
4.3.8 Escolas de Educação Infantil .....	93
4.3.9 Escola Municipal .....	94
4.3.10 Escola Estadual.....	94
4.3.11 Escola Particular .....	95
4.3.12 Posto de Saúde.....	96
4.3.13 Calçamento .....	97



4.3.14 Posto Policial.....	98
4.3.15 Coleta de lixo .....	98
4.3.16 Iluminação pública e Energia. ....	99
4.3.17 Esgoto - Água .....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>

## INTRODUÇÃO

Decorrente da dinâmica contida nos processos sociais, econômicos e políticos, a urbanização registra um dos fenômenos mais importantes do século XX e no século XXI. Transformações na relação cidade-campo, no crescimento das cidades, na hierarquização da rede urbana, nos papéis urbanos são algumas das manifestações ocorridas ao longo dos séculos em questão.

A cidade passa a ser o lugar concentrador das atividades comerciais, industriais e de serviços e, portanto, de mão de obra. A população se concentra com tamanha proporção nas cidades, que se propagam os valores, símbolos e hábitos urbanos, difundindo-se em todos os lugares e não especialmente no urbano, o que permite dizer, que o processo de urbanização está longe de perder sua vitalidade, pois ainda continua crescendo mundialmente.

A hierarquização da rede urbana altera-se permitindo à pequena cidade ser vista não só pelo seu tamanho populacional, mas como o lugar de possibilidades econômicas, sociais e culturais, não ficando isenta nesse processo de urbanização. Por sua vez, os seus papéis urbanos adquirem visibilidade e dinâmica. Desta forma, as pequenas cidades relacionam-se estabelecendo fluxos com cidades conectadas, sejam elas médias, metropolitanas regionais e/ou nacionais.

Determinar os papéis urbanos de uma cidade passa pela leitura das suas conexões com o mundo exterior, com os fluxos existentes no/do seu território. Nesse sentido, São Sepé, localizada na região central do estado, apresenta ampla circulação rodoviária, ligando-se com o Porto de Rio Grande pela BR 392 e com a capital do Estado pela BR 290 e com a fronteira pela mesma rodovia. Esta ampla circulação lhe confere uma posição privilegiada em relação às trocas comerciais. Tratando-se de uma cidade eminentemente prestadora de serviços para a população local, vinculada direta ou indiretamente às atividades rurais, logo seus papéis urbanos se conjugam a estas atividades representando baixa complexidade, mas movimentando grandes volumes financeiros em relação ao conjunto populacional.

Embora as pequenas cidades representem o maior número no território brasileiro, ainda são poucos os estudos urbanos sobre suas dinâmicas. Tal realidade motivou, em parte, essa pesquisa sobre São Sepé (Figura 1) cujo recorte territorial

transcende a cidade (pequena cidade, não só pelo tamanho populacional, mas, pela dimensão de seus papéis urbanos), analisando o município<sup>1</sup> de São Sepé.

O atual recorte municipal resultou de conquistas territoriais no sul brasileiro entre portugueses e espanhóis, cujas invasões foram motivadas por territórios a serem ocupados e colonizados. A formação, o traçado urbano de São Sepé, ocorreu nos moldes da colonização portuguesa, cujas atividades de agricultura e pecuária estiveram nas bases econômicas.

Ao longo dos séculos XIX e XX, o município de São Sepé exerceu papéis representando essencialmente os interesses das elites. Ele surge, sobretudo, influenciado pelos interesses e pelos embates entre estancieiros, os quais lutavam por melhores condições para reproduzir suas práticas (domínio do território).

Contudo, essa situação tende a mudar na 2ª metade do século XX, quando são eminentes novos desmembramentos territoriais. O município perde parte importante não só do território, mas da população ali estabelecida, como os distritos de Formigueiro e Vila Nova do Sul.

O setor agrícola, representado pela agropecuária, é composto por cabanhas - melhoramento genético - por criação do gado de corte e leiteiro, por criação de cavalos crioulos e por lavouras com vários cultivares. Neste setor, ressalta-se a COTRISEL (Cooperativa Tritícola Sepeense S.A.), cooperativa beneficiadora do arroz (principal cultivo da região), armazenando e comercializando também a soja. Além disso, a COTRISEL atua também em outros setores ligados ao comércio, como supermercado, posto de gasolina e loja de insumos agrícolas e ao setor da comunicação, tendo a concessão de uma rádio.

Objetivando analisar e discutir os papéis urbanos, resgatou-se uma construção do espaço sul rio-grandense como forma de compreender a própria história do município em questão. Também se buscou verificar a abrangência das ações públicas na criação de infra-estrutura e equipamentos necessários para a reprodução de suas funções urbanas, bem como para abrigar seu capital social – a população.

---

<sup>1</sup> Endlich (2006, p. 302) afirma “Oficialmente, no Brasil, o município corresponde a uma pessoa jurídica de direito público interno, participante do sistema federativo nacional, como um dos seus níveis de governo e com autonomia para gerir os assuntos de seu interesse. No âmbito territorial, existem também os distritos, que não são pessoas jurídicas, mas divisões administrativas do território municipal. O município brasileiro tem como domicílio civil sua sede e uma sede jurídica que é a comarca, não existente em todos os municípios. Na prática, a comarca representa os serviços jurídicos na escala local”.

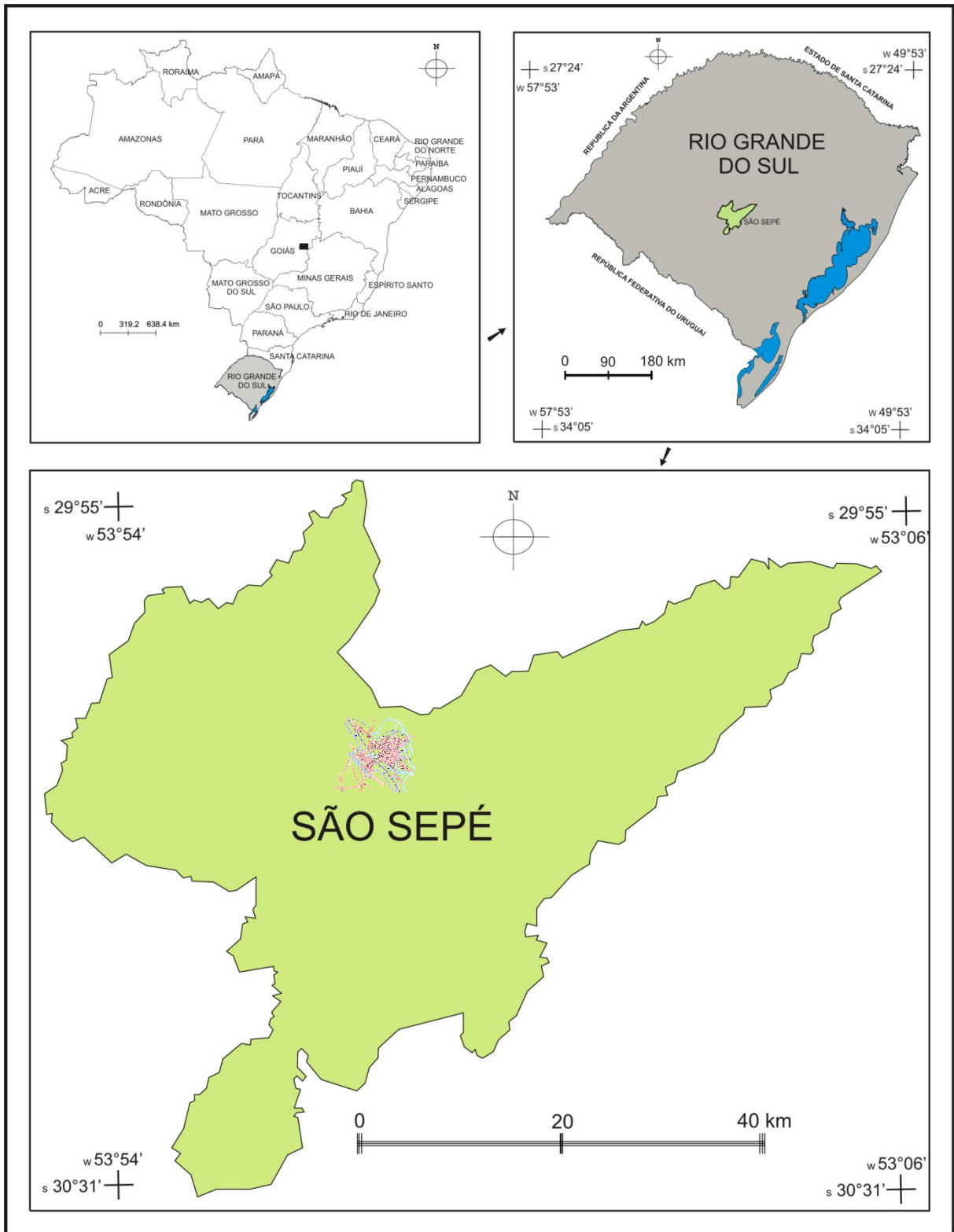
Para atingir aos objetivos propostos neste trabalho, o mesmo foi dividido em quatro segmentos ou capítulos.

O primeiro capítulo, sem a pretensão de esgotar a temática, observou as várias interpretações a respeito do urbano - cidade conceituando-os como forma de construir o arcabouço teórico da pesquisa.

O segundo capítulo procurou fragmentos do povoamento e da urbanização sul rio-grandense para fundamentar a estruturação do espaço sepeense até a atualidade.

O terceiro capítulo foi pensado com o propósito de conhecer as particularidades da formação e constituição do município levando em consideração tais fenômenos como suportes para a realidade que se constitui.

E, por fim, o quarto capítulo resultou dos estudos anteriores, os quais abordam os papéis urbanos da cidade em relação ao seu exterior, bem como os equipamentos e as infra-estruturas alocadas ao longo da sua história econômica e política.



**Figura 1 – Mapa de Localização Geográfica do Município de São Sepé, RS – Brasil.**

Fonte: FEE (2008).

Elaboração: CAPOANE, V.

Org.: SCHERER, F. B.

# CAPÍTULO 1 – REESTRUTURAÇÃO URBANA E PEQUENAS CIDADES

*“De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá as nossas perguntas. Ou as perguntas que nos colocamos para obrigar a responder”.*  
(Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990, p. 44).

As dinâmicas espaciais têm gerado mudanças muito rápidas e os espaços urbanos se reestruturam gerando novos arranjos. Nesse sentido, identificam-se, ao longo do século XX, mudanças na rede urbana e nas redes de cidades. As reflexões, ora necessárias, apontarão para aspectos teóricos da Geografia, especialmente no que concerne a produção urbana. Ainda merecem destaque as abordagens sobre a rede urbana, enfatizado a rede de cidades, tão significativa neste mundo globalizado.

## 1.1 Alguns pressupostos teóricos da Geografia Urbana – revisando conceitos.

Em se tratando de conceituar, não poderia deixar de falar a respeito do conceito de espaço, discutido na obra de Santos, e, em especial, o urbano, para nortear as reflexões neste momento.

O espaço é um dos conceitos mais empregados na ciência geográfica, considerado por alguns pesquisadores como o principal conceito. Santos, ao longo de sua trajetória acadêmica, elaborou vários conceitos, discutindo inclusive o nome da Geografia para Espaciologia<sup>2</sup>. O pensar sobre o conceito de espaço é importante para o entendimento do urbano e da cidade conforme explica Santos (1997b, p. 70) “(...) a noção de espaço parece fundamental para chegar a essa desejada história da cidade; e a história do urbano que seja muito bem posta à noção de periodização”.

---

<sup>2</sup> Milton Santos propôs do nome da Geografia para Espaciologia no seu livro *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, publicado em 1978. Essa proposta não foi bem aceita pela comunidade geográfica.

Ainda Santos (1997b, p.70) complementa “O estudo da cidade exige a necessidade de articular o conceito de espaço, sem o que nem mesmo saberemos do que vamos tratar. O espaço é uma categoria histórica e, por conseguinte, o seu conceito muda, já que aos modelos se acrescentam novas variáveis no curso do tempo”.

A sociedade é indissociável do espaço, pois é transformada e ao mesmo tempo, é resultante deste. Santos (1997, p. 49) enfatiza “A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade”. O espaço compreende a sociedade, a qual reproduz suas necessidades e o seu modo de organização.

O espaço urbano não é um espaço homogêneo. Corrêa (2004) discute sobre a articulação e a fragmentação no espaço urbano. Para este autor, ocorre ao mesmo tempo articulação e fragmentação e, ainda, considera o espaço da cidade condicionante e reflexo da sociedade. Dentro da cidade pode haver mais de um núcleo, dificultando a construção da identidade urbana comum. Ao tratar da cidade polinucleada, Sposito associa com a identidade urbana

A cidade polinucleada inviabiliza a própria constituição de uma identidade urbana para seus habitantes e permite a construção de diferentes representações de cidade, definidas não apenas pelo padrão socioeconômico de seus moradores, mas pela localização que ocupam e pelos lugares que vivenciam na trama de fluxos que se estabelecem no interior dessas grandes áreas urbanas (SPOSITO, 2004, p. 95).

A fragmentação é decorrente das manifestações presentes na cidade. O desenho da cidade acaba representando este processo. A cidade pode colaborar para a ocorrência da fragmentação, sendo que os habitantes da cidade convivem e até se reconhecem. Trindade Júnior explica

A cidade, que se fragmenta através das práticas espaciais e das representações que se fazem em relação a ela, não mais existe, senão como resíduo que o morador-usador-cidadão busca recuperar, quando rejeita os rótulos de simples habitante, usuário e consumidor, integrantes de redes de ação que pouco o valorizo como sujeito politicamente ativo (TRINDADE JÚNIOR, 2001, p. 151).

Carlos (2004, p. 79) entende de forma diferenciada o espaço urbano, explicando “(...) o espaço urbano é produto da materialização de relações sociais que se realizam – num determinado momento – enquanto emprego de tempo”. As

relações sociais constituem-se importantes para compreensão do espaço, tornando as dinâmicas sociais capazes de transformar e construir seu espaço.

As transformações do espaço urbano podem ser entendidas através de suas partes, no entanto, sua totalidade é necessária. Neste contexto, resgata-se Trindade Jr. (1996, p. 139) que esclarece “Considerando que as formas espaciais objetivam na paisagem a dinâmica da sociedade, é possível, a partir delas e de suas funções, compreender a dinâmica espacial, desde que situadas em face dos processos e da estrutura social”.

Parece oportuno estabelecer, alguns conceitos, dos quais a Geografia se utiliza e constrói a sua própria ciência. No bojo dessa discussão, e concomitantemente ao delineamento da estruturação metodológica dessa pesquisa, o arcabouço teórico metodológico define alguns conceitos importantes para entender a temática, especificamente os conceitos de urbanização/urbano/cidade, que muito freqüentemente, se confundem ou usam como sinônimos este termos.

Em primeiro lugar entende-se por urbanização aquela inerente a sociedade de classe impulsionada pelo capitalismo, e, portanto, da estruturação de classes, da divisão social do trabalho, dinâmicas as quais se materializam na cidade com dimensões no espaço.

Sposito (2004, p. 40) explica a importância do capitalismo para o processo de urbanização, dizendo que “A cidade assumiu, com o capitalismo, uma capacidade de produção, que a diferenciava totalmente do processo da urbanização ocorrido na Antiguidade”.

Singer (1973, p. 13) afirma “A constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização de produção”. O sistema de produção capitalista realiza-se especialmente na cidade, sendo inoportuno dissociar e separá-lo dela, pois na atual configuração é um sistema econômico vigente na maior parte do mundo.

A urbanização não é um fato em si, mas um processo permeado pela dimensão histórica e espacial cujas dinâmicas geram formas e conteúdos. Assim, a urbanização, como o processo, suscita mudanças nos papéis desempenhados pelas cidades. Nesse bojo, a cidade é a manifestação concreta desse processo, é a materialização desse processo. Se a cidade é manifestação concreta desse processo, pode-se atribuir ao urbano, aquele que gera os papéis desempenhados pela cidade (fluxos, atividades e nexos).



Pela magnitude do processo de urbanização e pelos novos arranjos processados por ele, desencadeia-se também a formação e a constituição de redes urbanas, as quais se articulam redesenhando as paisagens urbanas.

Neste contexto, Sposito (2004, p. 66) aborda “A ampliação do processo de urbanização (aumento do número de cidades e formação de grandes áreas metropolitanas) determina a articulação entre os lugares e acentua a divisão social do trabalho que o capitalismo provoca e de que necessita para se reproduzir”. Davidovich ressalta

O desenvolvimento de base urbano-industrial constituiu em suporte da chamada “modernização conservadora”, que produziu grandes transformações na produção, na divisão do trabalho social entre setores urbanos em expansão e oligarquias rurais e na conformação do território, enquanto atividades anteriores, de caráter artesanal e doméstico, passaram progressivamente a ser marginalizadas (DAVIDOVICH, 1995, p. 79).

O desenvolvimento do capitalismo, a divisão do trabalho, tem permitido que o processo de urbanização se acelere em níveis imagináveis. Soja (1993, p. 123) afirma “O processo de urbanização, não é autônomo e sim parte integrante da espacialização envolvente e instrumental no desenvolvimento histórico do capitalismo”.

Nessa linha, Endlich (2006b, p. 22) enfatiza “A urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, mas em decorrência da maneira contraditória como ocorre, com o império do valor de troca e com a permanência de ilhas de ruralidade”. Certamente manifestações decorrentes dessas contradições e das formas como as sociedades se articulam nesses espaços.

Carlos (2004, p. 83) lembra “(...) o processo de urbanização da sociedade faz-se de modo ininterrupto, porém sucessivamente”. Assim, seus estudos devem ser contínuos e sucessivos para poder fazer uma análise. Busca-se em Seabra (1997, p. 61) “O estudo da urbanização contemporânea tem que almejar os conteúdos mais escondidos, as relações mais finas para que se possa avançar na questão do método, compreendendo momentos e níveis dessa urbanização, descobrindo os seus limites e indagando sobre as utopias possíveis”.

Com a aceleração do processo de urbanização e de produção, há uma redefinição nos papéis desempenhados pelas cidades, aumentando a mobilidade

interna, com novos conceitos de acessibilidade e introdução de arranjos espaciais no território brasileiro na reorientação dos fluxos materiais e imateriais (Silva, 2006).

Assim, a urbanização redefiniu os papéis dos espaços urbanos, cujos fluxos se alteraram numa nova direção. Outros fatores contribuíram para a urbanização, como a mecanização do campo, a qual liberou mão-de-obra e aumentou a população das cidades. Callai sintetiza (1993, p. 52) “A urbanização é um fenômeno que toma conta de todo o espaço disponível. Com os avanços da tecnologia e das pesquisas científicas na área de produção agropecuária, novos contingentes de mão-de-obra do campo são liberados para as cidades”.

A urbanização no Brasil com base em Santos (1993) pode ser caracterizada como uma concentração desconcentrada com a formação de um meio técnico-científico informacional. Esse meio é permeado pelos espaços brasileiros. Nesse processo estaria ocorrendo uma desmetropolização, ou seja, outras cidades do território brasileiro estariam crescendo mais em relação às metrópoles.

Santos (1993, p. 121) lembra “A urbanização crescente é uma fatalidade neste País, ainda que essa urbanização se dê com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago e a presença de volantes nas cidades médias e nas cidades pequenas”. Ainda sobre a urbanização brasileira, Davidovich constata

É preciso reconhecer que a urbanização no Brasil “deu certo” para o crescimento econômico pretendido. Entre 1945 e 1980, o PIB aumentou em mais de dez vezes, o incremento da indústria alcançou 9% ao ano, em certos períodos, e os engajados nesse setor passaram de 275 mil em 1920 para onze milhões em 1980. As áreas urbanas vieram a concentrar dois terços da população brasileira, correspondendo a uma taxa média geométrica de crescimento anual do contingente urbano de 4,4%, enquanto a da população total foi de 2,5% (DAVIDOVICH, 1995, p. 80).

Os estudos sobre a cidade são densos e as diversas formas de interpretá-las são muito profícuas, pois de certa maneira propiciam análises diferenciadas sobre essa temática. Mesmo na Geografia, constata-se uma multiplicidade de abordagens nesta temática. Carlos (2004) alerta sobre a inexistência de uma forma de pensar a cidade e o urbano, contribuindo assim para uma diversidade de idéias profícuas para o entendimento e análise sobre a temática. Ainda, segundo esta autora,

A realidade urbana nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos, que envolve o desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização, hoje, uma tarefa que deve ser coletiva, através de um debate

fundado contemplando várias perspectivas teórico-metodológicas, como possibilidades abertas com a pesquisa urbana em Geografia. Por outro lado, não se pode ignorar o conhecimento acumulado sobre a cidade que contempla um profícuo debate interdisciplinar como esforço das ciências parcelares na direção de sua elucidação (CARLOS, 2004, p. 18).

Mas, a grande parte dos estudiosos concorda que o tempo é uma variável a ser considerada quando se pretende estudar a cidade e o urbano. As temporalidades são sucessões de acontecimentos em determinado tempo histórico. A importância das diversas temporalidades no estudo sobre a cidade ficou evidente nas palavras de Santos

A cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde. Na verdade, há leis que se sucedem, denotando o tempo que passa e mudando as denominações desse verdadeiro espaço-tempo que é a cidade (SANTOS, 1997b, p. 71).

As pesquisas e os estudos nos quais são tratados os fenômenos urbanos e as cidades mostram-se dinâmicos, pois se alteraram ao longo da sua trajetória. Alguns autores fazem inferências sobre as diferenças de papéis desempenhados pela cidade e sua função. A respeito da existência das cidades no mundo, George comenta

A existência das cidades é um fato muito antigo na maior parte do mundo. Ainda se discute sobre a questão de saber se é realmente verdade que a África Central, até o presente considerado desprovidas de cidades, nunca conheceu civilização urbana antes do período colonial. Em outros lugares, a cidade ou as ruínas das cidades estão presentes em toda parte. Mas as cidades atuais pertencem de fato a diversas gerações, que se distinguem tanto em relação aos ritmos de crescimento quanto ao aspecto urbano (GEORGE, 1983, p. 22).

Em certas situações entender a cidade passa pelo conhecimento do passado, pelas suas lógicas e pelas transformações espaciais, cujos papéis se alteram substancialmente, por isso a necessidade de compreender o processo para estabelecer discernimentos. Geiger (1995, p. 23) diz “A cidade é um objeto conceitual, abstrato, embora construído sobre uma base material formada por edificações, arruamentos, monumentos, etc”. A compreensão da cidade exige um conjunto de processos em questão a ser considerados pelos pesquisadores. Nesse sentido, Sposito (2004, p. 11) menciona “Entender a cidade de hoje, apreender quais

processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicam a extensão urbanização neste século, exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória”.

Diversos autores comungam com a idéia das várias dimensões apresentadas pela cidade. Dentre estes autores, destaca-se Lefebvre (1991, p. 65), que enfatiza “A cidade tem uma dimensão simbólica, paradigmática e sintagmática”. Desta forma, as questões culturais, sociais e econômicas podem se enquadrar dentro das dimensões citadas pelo autor.

Beaujeu-Garnier (1997, p. 28) conceitua cidade dizendo: “A cidade é um conjunto complexo: é, simultaneamente, ela própria (existe uma estrutura espacial, social, econômica) e um intermediário, uma engrenagem num outro conjunto, o das relações com o exterior”. A autora entende a cidade pelo viés da estrutura com suas relações locais e regionais.

Outro conceito é dado por George (1983, p. 62) quando diz ser a cidade “(...) caracterizada por suas coordenadas geográficas, a cidade é definida por certo número de critérios descritivos, que a diferencia da aldeia, inserem-na em categorias sistemáticas ou regionais, e introduzem o estudo de suas categorias”. O autor apresenta uma conceituação diferente de Beaujeu-Garnier, com enfoque mais descritivo e regional.

Assim, para Souza (2007), a cidade representa o concreto, sendo este composto por objetos e estes são, muitas vezes, produtos da e para a sociedade, visto as suas necessidades em um mundo globalizado. Souza compreende

A cidade é uma obra humana. Ela é um mundo de objetos, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidos por intencionalidades precisas. A cidade é uma intencionalidade. Isto, portanto, quer dizer que a cidade é uma negação da natureza, daquilo que é físico (SOUZA, 2007, p. 04).

O sistema capitalista encontrou na cidade a sua melhor forma de se reproduzir e expandir. A importância das cidades no sistema capitalista foi desde a formação deste sistema. A industrialização, outro fenômeno importante, ocorreu na cidade, porém provocou grandes mudanças no campo. George (1983, p. 25) aborda sobre a relação da industrialização com o desenvolvimento urbano dizendo “O principal motor do desenvolvimento urbano no século XIX é a industrialização (...). Mas a industrialização é um fenômeno tecnológico com múltiplas ressonâncias

econômicas e sociais”. O processo de industrialização foi importante, gerando transformações tanto no campo quanto na cidade. Endlich afirma

Concomitantemente, o duplo processo-industrialização/urbanização promoveu uma explosão/implosão da cidade. Esse processo de explosão/implosão da cidade verificou-se no crescimento populacional, bem como no crescimento territorial da cidade, que perdeu, entretanto, seus atributos mais antigos (ENDLICH, 2006b, p. 21).

As escalas locais e regionais se entrelaçam em diferentes níveis sobre as cidades. Sobre essa temática, George (1983, p. 206) comenta sobre a cidade e o conjunto regional no qual afirma “(...) a cidade está à frente dos múltiplos sistemas de serviços de interesse regional. Ela propaga ao seu redor, capitais, produtos industrializados; organiza a vida coletiva rural em seus quadros administrativos, difunde as técnicas e os serviços de nível elevado”.

A definição da cidade muitas vezes pode estar associada somente ao urbano. Silva (1997, p. 85) diz “A cidade é a matriz do urbano – um modo de vida que contém todos esses elementos e outros mais. O urbano universaliza a cidade, cria marca”.

A cidade de São Paulo, no quadro urbano do Brasil se configura como principal sistema, por ser o local da articulação econômica do país com a cidade mundial. A cidade do Rio de Janeiro teve reduzida sua atuação regional pela transferência da capital nacional para centro do país – Brasília (Geiger, 1995). As dinâmicas das cidades são feitas pela sociedade, com suas formas de transformação do espaço urbano para atender seus interesses.

A sociedade e suas dinâmicas dão sentido à cidade e a transformam, conforme suas necessidades, sendo também influenciada pelo sistema político e econômico. Esse sistema tem gerado diversas manifestações no espaço urbano, seja para atender aos interesses das elites locais como para construir seu ideário. Observam-se interesses de classes traduzidos no fazer a cidade, no fazer urbano, mudando seu caráter homogêneo, muitas vezes atribuindo-lhe as funções à cidade. Nesse sentido, a cidade pode ser considerada o “*locus*” da oportunidade, também o lugar da reprodução de movimentos sociais, do *shopping Center*, das favelas, da violência. Ela expressa as contradições humanas, ao mesmo tempo que é um lugar de reivindicações, estas geradas pelas ações dos atores.

A reprodução do espaço urbano está ligada à forma de uso e ocupação conjuntamente com as ações de transformação de seus atores. Ainda segundo Carlos,

O espaço urbano enquanto produto social em constante processo de reprodução nos obriga a pensar a ação humana enquanto obra continuada, ação reprodutora que se refere aos usos do espaço onde tempos se sucedem e se justapõe montando um mosaico que lhe dá forma e impõe característica a cada momento (CARLOS, 2004, p. 80).

A segregação sócio-espacial é um processo presente nas cidades brasileiras e gera as diferentes classes e grupos sociais. O aumento da pobreza tem sido cada vez maior nas cidades brasileiras e, conforme Geiger (1995, p. 33), “Há algumas décadas, a pobreza no Brasil se concentrava no campo e em pequenas e médias cidades desprovidas de iniciativas empresariais”.

A complexidade e a intensidade das relações ocorridas na cidade refletem os diversos interesses (locais e globais) e se conjugam e se mesclam no espaço urbano. Sposito (2004, p. 36) explica “O desafio que se apresenta é o de pensar como podemos participar do processo de gestão do território da cidade em um período em que as determinações de escala ampla interferem nesse processo”. Por isso, a gestão das cidades, em nível da escala do local, não pode perder de vista a escala global, pois certamente, tem significativas interferências na realidade local.

O risco da conceituação fica evidente nas várias abordagens identificadas, pois dependem da temporalidade do fenômeno estudado e da sua metodologia.

## **1.2 Rede Urbana**

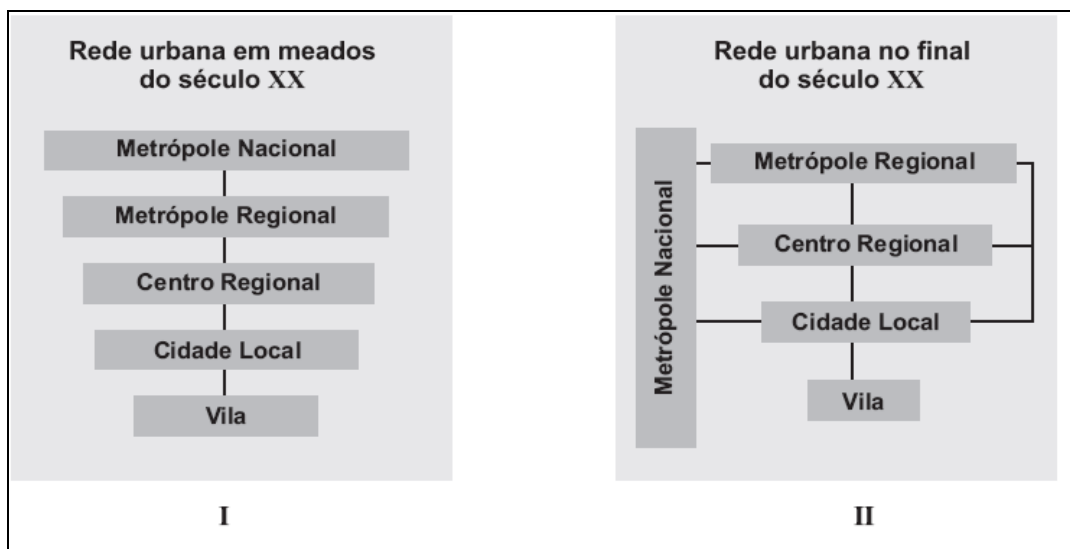
A importância das redes urbanas deriva do significado que o processo de urbanização passou a ter, especialmente a partir do século XIX, refletindo e condicionando transformações na sociedade (Corrêa, 1989). Corrêa (2003) aponta uma das escalas conceituais do urbano, que é a escala da rede urbana, entendendo ser a rede urbana o conjunto funcionalmente articulado de cidades. Corrêa considera

Das funções e fluxo emergente uma diferenciação entre as cidades, que se caracterizado por ser de natureza hierárquica, com base no diferencial de oferta de bens e serviços, combinada com diferenças devido às especializações funcionais, geradoras de relações de complementaridade entre cidades (CORREA, 2003, p. 135).

A rede urbana a partir das dinâmicas territoriais constitui os fluxos existentes entre os espaços urbanos. Dessa forma, a extensão territorial da cidade é insuficiente para inserir-se na rede. O tamanho da cidade não mais define sua relevância e função. As redes urbanas apresentam hierarquias urbanas, no entanto, estas hierarquias possuem especificidades. Na atual rede urbana, as cidades pequenas, médias e metrópoles estão em níveis similares, visto que a regulação é dimensionada pela intensidade dos fluxos do urbano que é capaz de absorver (Scherer; Benaduce, 2007).

Santos (1979b, p. 47) considera “(...) a rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações”. Porém, Corrêa (1989, p. 8) considera a rede urbana “um conjunto de centros funcionalmente articulados, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos, reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão sócio-espacial da sociedade”. Os autores citados concordam ser a rede urbana um conjunto articulado, cujas aglomerações urbanas, cidades em vários níveis de complexidade, conjugam-se no espaço urbano.

Nesse sentido, não mais se estabelecem ou não se constitui níveis hierárquicos entre as cidades, mas uma rede urbana, cuja relação depende do grau de complexidade da relação entre demanda e consumo. No esquema abaixo (Figura 2), delinea-se a rede urbana no século XX. Em meados deste século, a rede urbana se desenvolvia com base em uma lógica territorial. A cidade local apresentava uma relação com o centro regional; este por sua vez se relacionava com a metrópole regional. No final do século passado, outras lógicas se estabelecem e a rede urbana se constituiu mais flexível: a cidade local poderia apresentar fluxos diretos não apenas com o centro regional, mas também com a metrópole regional e nacional, gerando um circuito imediato.



**Figura 2 – Esquema da estrutura de Rede Urbana no Séclo XX.**

Fonte: SANTOS, M. (1979).

Org.: SCHERER, F. B.

As alterações ocorridas no período analisado centraram-se na divisão social do trabalho, as relações de trabalho e as formas de trabalho nos espaços globalizados. Segundo Santos,

(...) a mudança de nível da rede rodoviária e a rapidez maior das comunicações, vão provocar uma transferência de papel do que até os anos 60 chamávamos de cidade média. Hoje uma cidade intermediária exige uma dimensão econômica e demográfica bem maior talvez uns 100 000 habitantes. A cidade local se define como o lugar capaz de responder à totalidade das demandas mínimas de toda a população residente nela e sua área de influência. A cidade média a que prefiro chamar de intermediária fica num patamar entre o consumo mínimo e o consumo mais exigente sofisticado ou raro provido pela metrópole. As noções de cidade local, cidade média, metrópole, variam com os níveis de desenvolvimento e de consumo. Isto, aliás, nos obriga a utilizar com circunspeção nas curvas estatísticas das populações urbanas com cifras comparáveis (SANTOS, 1984, p. 3).

Conforme já visto, as transformações socioeconômicas geram diferentes papéis no espaço urbano. As mudanças ocorridas produzem lógicas de organização espacial das empresas, refletido nas várias formas de utilização do espaço urbano. O Quadro 1 mostra de forma sucinta estas diferentes lógicas de organização espacial das empresas, no sistema urbano e na cidade.



<b>Lógica da Organização: níveis e aspectos</b>	<b>Territorial</b>	<b>Competitiva</b>	<b>Em Rede</b>
<b>Sistema Urbano</b>			
<b>Princípios</b>	<b>Dominação</b>	<b>Competitividade</b>	<b>Cooperação</b>
Estrutura	Hierarquia embotada (Christaller)	Especialização	Redes de Cidades
Setores	Agricultura, adm. Pública, atividades terciária tradicionais, econ. de escala.	Ind. distrito, ind. de rede especialização.	Atividades terciárias avançadas.
Eficácia	Economia de escala	Integração vertical/horizontal	Externalidades da rede
Estratégias de intervenção pública	Nenhuma: tamanho determina a função	Tradicional/nenhuma: base de exportação determina o crescimento. Hoje: reforço da vantagem competitiva de cada centro	Cooperação interurbana; construção das redes de infra-estrutura
Objetivos de cooperação interurbana	Nenhuma (exceção dos objetivos militares ou diplomáticos)	Divisão interurbana do trabalho	Colaboração econômica, tecnológica e infra-estrutura
Rede de cidades	Rede hierárquica vertical	Rede de complementaridade	Rede de sinergia e inovação
<b>Cidade</b>			
<b>Natureza</b>	<b>Cidade tradicional</b>	<b>Cidade fordista</b>	<b>Cidade informatizada</b>
Forma	Homogeneidade interna relativa	Zoneamento monofuncional	Zoneamento multifuncional
Objetivos de política urbana	Poder e imagem	Eficácia interna (cidade a Korlogerie)	Eficácia exterior e atratividade
Símbolos	Palácio, catedrais, mercado	Chaminés, arranha-céus	Aeroporto, feira

### **Quadro 1 – Lógica da Organização Espacial das Empresas.**

Fonte: CAMAGNI (1993 apud BENADUCE, 1999).

Adap. e Org.: SCHERER, F. B.

No Quadro 1, é apresentada a organização espacial do sistema urbano e da cidade em diferentes lógicas de organização, níveis e aspectos. Quanto à lógica de organização, pode ser territorial, competitiva e em rede. A territorial está no período fordista, a competitiva no toyotista e em rede no pós-toyotista. Nesta última lógica, o meio técnico científico informacional já se insere. No sistema urbano, temos desde uma estrutura baseada nos lugares centrais de Christaller, passando por uma de especialização e mais recente, a de Redes de Cidades. Em cada um destes sistemas urbanos há características distintas. Quanto a Cidade, há três naturezas com forma, objetivos de política urbana e símbolos diferenciados. Em cada lógica da organização há símbolos que se materializam, como por exemplo, na territorial, são as catedrais e palácios; na competitividade, são as chaminés e os arranha-céus; e na rede, constituem-se símbolos o aeroporto e a feira. As temporalidades permeiam estas lógicas da organização espacial do espaço urbano e da cidade.

Pensando na importância que certamente recai sobre as pequenas cidades neste atual período de globalização, lança-se um olhar sobre elas no território rio-grandense e observa-se pequenas localidades ou vilas. Quais são as dinâmicas

presentes nestes fatos? Qual (is) processo(s) está (ão) implícito(s) neste quadro? Questões suscitam estudo e análise da pequena cidade, conforme segue.

### 1.3 A Pequena Cidade nos Estudos Geográficos

Os estudos sobre pequenas cidades<sup>3</sup> têm sido muito pouco explorados pela Geografia. As pesquisas sobre cidades metropolitanas e cidades médias se encontram em um nível teórico e epistemológico mais pesquisado. Pensar sobre a pequena cidade<sup>4</sup> no Brasil vai além do tamanho de sua população, envolve a complexidade de suas relações econômicas e políticas frente a um contexto regional. Muitas classificações utilizam ainda o tamanho da população como forma de tipificar as cidades no Brasil, como é o caso do IBGE, e estas classificações são válidas para os objetivos que se propõem estes trabalhos. Quais os critérios ou parâmetros adotar referente à discussão conceitual e metodológica para caracterizar a grande, média e pequena cidade?

Santos (1979b) prefere chamar cidade local em vez de pequena cidade, pois associa esta denominação à noção de volume de sua população. O mesmo autor (1979b, p. 71) conceitua “A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço”. A cidade local, conceituada por Santos, não pode ser determinada pelos índices populacionais, mas pelas dinâmicas que compõem no conjunto da rede urbana, muitas vezes, atendendo as necessidades básicas da população local.

Santos (1993) considera as aglomerações urbanas com mais 20.000 habitantes cidades locais. Essas aglomerações apresentaram índices de crescimento da população urbana notáveis nas décadas de 1960 a 1980. As aglomerações urbanas com mais de 100.000 habitantes se encaixam nas cidades médias, com formação de centros regionais, havendo expansão e diversificação de

---

<sup>3</sup> Fresca (2001) em seu artigo nota a ausência de estudos sobre a pequena cidade nos livros didáticos de geografia e defende-os no ensino de geografia.

<sup>4</sup> Figueiredo (2007) faz resgate dos trabalhos publicados em periódicos sobre pequena cidade bem como apresenta as classificações do tamanho das cidades na visão de vários autores e instituição. Para tanto utiliza quadros em sua apresentação

consumo, elevação dos níveis de renda e difusão dos transportes modernos. A identificação de uma pequena cidade envolve um conjunto de critérios como tamanho de população, densidade demográfica, dinâmica econômica.

George (1968 apud FIGUEIREDO, 2007) identifica a pequena cidade como “o agrupamento denso de habitações no interior do quais todos os deslocamentos, aí incluídos os deslocamentos funcionais, se fazem a pé, cujos limites podem ser atingidos, de um ponto qualquer da superfície edificada, em menos de 20 minutos de marcha e onde o recurso para os transportes públicos diz respeito às relações com o exterior”. Os critérios adotados por George não consideram o tamanho da população e sim os deslocamentos e como estes deslocamentos são feitos dentro da cidade. Tal conceituação reforça a idéia de movimento, de trocas, estabelecendo um nível de representatividade e de fluxos com o exterior.

No conjunto da população, as pequenas cidades representam uma parcela muito reduzida em relação à população total brasileira, porém o número de municípios com uma pequena população é predominante em todas as regiões do país (Wanderley, 2001). A dinâmica das pequenas cidades nos países subdesenvolvidos se configura como situação ímpar, bem como o desenvolvimento do processo de urbanização. Damiani (2006) reconhece um hiato nos países subdesenvolvidos durante a década de 1970, como inexistência ou reduzida quantidade de cidades médias, com grandes cidades incapazes de suprir o desemprego e uma vida urbana atrativa. As cidades pequenas predominariam como fronteiras dos processos interdependentes entre o urbano e o rural.

No atual período de globalização, as possibilidades permitem conexões entre as diferentes dimensões de cidades, com uma definição de simultaneidade de comunicação e cooperação numa rede intrincada de fluxos. O estabelecimento da rede de cidades se dimensiona sobre a idéia de complementaridade, solidariedade, e as pequenas cidades se complementam diretamente com outras, podendo ser de diversas dimensões (pequenas, médias ou metropolitanas).

Bernadelli (2004) afirma que as pequenas cidades não estão desarticuladas num contexto mais amplo da constituição de um todo do espaço urbano. Desta forma, a paisagem é totalidade, ao mesmo tempo se compõe, articula e são articuladas por redes urbanas.

A globalização/modernidade criou necessidades nem sempre disponíveis nas pequenas cidades. O termo “bucólico” quase sempre é associado à pequena cidade

(Bacelar, 2008). A televisão utilizando a antena parabólica passa, na maioria das vezes uma realidade das cidades maiores, sem preocupação com a realidade das cidades menores. Nesse sentido, as relações campo/rural adquirem hábitos urbanos.

Segundo Bacelar (2008, p. 62), “As pequenas cidades, com todas as características peculiares, são exemplo de contradições entre o novo e antigo; entre o moderno e a tradição; entre a administração pública gerencial e o patrimonialismo; entre as formas da modernidade e as heranças culturais”. Atualmente, a internet está presente em quase todas as cidades brasileiras, possibilitando às pessoas das pequenas cidades o acesso e troca de informações de diversos conteúdos. Atualmente, a população tem maior facilidade de acesso aos bens e serviços, mesmo não encontrando variedade, bons preços dos produtos e dos serviços em relação à maiores cidades.

Muitas das pequenas cidades estão conectadas pela função agrícola e/ou pela dependência de serviços às cidades médias ou metropolitanas. Nas aglomerações urbanas menores intensificam-se as relações entre município e cidade, muito mais do que nas áreas metropolitanas, cujo governo municipal é um governo eminentemente urbano, dada à ausência significativa população rural (Endlich, 2006).

Figueiredo (2007) considera as pequenas cidades inseridas na estruturação do espaço como ponto de apoio nas atividades econômicas, gerando bens de consumo para grandes áreas do território nacional. Grande parte destas cidades está focada nas atividades rurais e agrárias, voltada ao abastecimento do consumo interno de sua população urbana e, principalmente dos grandes centros urbanos do país.

Os processos e as formas espaciais urbanas das grandes e médias cidades não são iguais ou equivalentes em relação às pequenas cidades, que muitas vezes superam os investimentos das médias ou grandes cidades. Nessas não encontramos centros com especializações nas áreas centrais, geralmente estes centros são espaços de residências e lazer (frequentemente próximos a praça central), comercial e de serviços e *locus* dos órgãos da administração estatal. Os conjuntos habitacionais, quando existentes, costumam não ser muito distantes da área central. Ainda se evidenciam em muitas locais das pequenas cidades, as relações de vizinhanças (Soares; Melo; Assunção, 2007).

A pequena cidade tem uma forte ligação com seu entorno rural e, em certos aspectos, desempenha um papel semelhante com o espaço rural. O encerramento de uma atividade econômica em uma pequena cidade pode ter grandes implicações, condicionando esta cidade a rearranjo de suas atividades econômicas. Endlich (2007a) considera um arranjo industrial adequado com um conjunto de pequenas empresas em diversos setores. Ainda, a autora afirma

O estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos. As pequenas cidades e a relação com o campo compõem um primeiro patamar de localidades na rede urbana (ENDLICH, 2006, p. 86).

Nas pequenas cidades se fortalecem o Estado-município social, de caráter patrimonialista e assistencialista, com uma parcela da população criando uma dependência com a administração municipal. A Prefeitura é, em muitas destas cidades, a maior empregadora, como também faz gestão das políticas sociais, culturais, econômicas e ambientais (Bacelar, 2008). A responsabilidade dos problemas acaba sendo atribuída, em muitos casos, à administração municipal, pela proximidade, mesmo quando não é encargo do município. Nota-se distância com o governo do estado e a união. Essa distância, muitas vezes, se dá pela falta de articulação política.

A sobrevivência em uma pequena cidade tem sido desafiadora<sup>5</sup> pela falta (ausência) ou precariedade de alguns serviços e infra-estrutura para sua população residente. Esta por sua vez, acaba recorrendo a uma cidade maior (média e/ou metropolitana) para ter acesso alguns serviços de saúde e educação ausentes nas pequenas cidades, caracterizando o baixo nível de complexidade dos seus serviços oferecidos a população. Endlich considera

A dificuldade de pequenas cidades em oferecer serviços e equipamentos suficientes e adequados, somada à atual relativa facilidade de deslocamento provocam, freqüentemente, a busca destes em cidades maiores. Contudo, quando ocorrem emergências que demandam soluções rápidas, em especial, quando se trata de atendimentos na área de saúde e de defesa civil, as distâncias ganham um peso maior. São desafios que

---

<sup>5</sup> Endlich (2007) concorda com o incentivo de cooperação entre os municípios, principalmente os que apresentam pequenos núcleos urbanos. No seu artigo fala sobre as experiências supramunicipais, como os consórcios intermunicipais, segundo a autora ainda são escassas no Brasil se comparados com outros países europeus como Espanha, França.

exigem o planejamento adequado e ações eficazes no sentido de resolvê-las (ENDLICH, p. 4, 2007).

Por outro lado, um dos papéis das pequenas cidades, na atual conjuntura, tem sido o de moradia. Esse papel se relaciona com a agricultura moderna e agroindústria como apoio logístico de funcionamento (Endlich, 2006). Há um movimento de migração das grandes para as pequenas cidades em busca de qualidade de vida, tranqüilidade. Os papéis destas pequenas cidades, sendo pouco complexos em relação às metrópoles, evidenciam um crescimento do papel residencial, visto haver marketing das pequenas cidades por serem lugares tranqüilos e sem grandes índices de violência. Ainda Endlich ressalta

(...) o papel residencial das pequenas cidades abrange, além da classe trabalhadora, a mais afetada pelas mudanças, outros segmentos sociais, como os vários proprietários rurais que aderiram à vida nas cidades. Deve-se registrar, também, que muito recentemente esboça-se uma tendência de mobilidade de aposentados para pequenas cidades, supostamente mais tranqüilas, adotadas, por eles, como espaços de moradia (ENDLICH, 2006, p. 188).

Conforme já acordado anteriormente, as pequenas cidades estão presentes em todos os estados brasileiros. A metade das cidades sul rio-grandenses é considerada pequena em relação ao número de população. A partir desse dado, resgatar-se-ão algumas manifestações do processo de formação histórico, econômico e social desse estado, capazes de explicar e elucidar a formação do espaço urbano conforme abordado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2 – CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NO RIO GRANDE DO SUL

*(...)Só quem é brasileiro,  
Ou tem coração aberto, é que sente a ternura,  
Que se espalha nos trilhos,  
Nos caminhos e ruas e praças  
Destas terras tão minhas  
Tão tuas, tão nossas”*

Elias José extraído do Livro *Mágica Terra Brasileira*

O desafio de pensar a cidade e o urbano é o momento seguinte para a construção desse capítulo. Quais são as reflexões advindas deste desafio? Que encaminhamentos deverão ser tomados? Inicialmente, analisou-se as bases geográficas e históricas do Estado, uma vez que sem essa referência parece ser impossível entender a complexa temática, ilustrada com dados organizados em tabelas, quadros e figuras.

### 2.1 Apresentando o território sulino

Localizado na posição mais meridional<sup>6</sup> do Brasil, o Estado possui algumas características peculiares, tanto no que diz respeito ao aspecto humano quanto no aspecto físico.

Para Compreender a sua organização espacial e entender as diversas características intrínsecas na vida do gaúcho, faz-se necessário resgatar um pouco da história deste povo, como mencionado anteriormente. O atual território rio-grandense é a manifestação de diversas lutas pela posse das terras, podendo considerar-se um lugar de confrontos acirrados desde meados do século XVI.

---

<sup>6</sup> O Estado do Rio Grande do Sul apresenta uma área de 282 184 Km<sup>2</sup>, representando 3,32% da superfície do Brasil. Quanto sua localização geográfica: 27°03'42" de latitude norte e 33°45'09" de latitude sul; 49°42'41" de longitude leste e 57°40'57" de longitude oeste. O extremo meridional do país localiza-se na Barra do Chuí - município de Chuí.

Da mesma forma, para entender o urbano, as cidades, faz-se necessário rever também este passado, as transformações delineadas ao longo do tempo, conduzindo, muitas vezes, a vida no presente.

Somente em meados do século XIX (1872), no primeiro censo demográfico do Brasil, o Estado promoveu seu primeiro recenseamento oficial. Nele foram constatados 434 813 habitantes. Anos depois, em 1890, a região já abrigava 897 455 habitantes. A casa do milhão de pessoas foi atingida na virada do século XIX para o XX com 1 149 070 habitantes. Cinqüenta anos depois, em 1950, a população somava 4 164 821 pessoas. Em 2000, cinco décadas depois, a população contava com 10 187 798 habitantes. A Tabela 1, abaixo mostra, a partir de 1900, o número de população, bem como a taxa de crescimento no estado e no Brasil.

**Tabela 1 – População Total e taxa de crescimento anual da população do Rio Grande do Sul e do Brasil—1900 – 2007.**

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL		TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	
	RS	BRASIL	RS	BRASIL
1900	1 149 070	17 438 434	2,50	1,98
1920	2 182 713	30 635 605	3,26	2,86
1940	3 320 689	41 236 315	2,12	1,50
1950	4 164 821	51 944 397	2,29	2,34
1960	5 366 720	70 992 343	2,57	3,17
1970	6 664 841	94 508 583	2,19	2,90
1980	7 773 849	121 150 573	1,55	2,51
1991	9 138 670	146 917 459	1,48	1,77
2000	10 187 798	169 799 170	1,21	1,62

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento (2008)

Org.: SCHERER, F. B.

Observando as taxas de crescimento, os anos de 1960 fornecem um marco em relação ao crescimento no estado. Isso significa dizer que a partir de 1900 até 1960 o estado apresentou taxas superiores em relação ao país, mas a partir da década de 1960, seu crescimento declinou em todas as décadas, até 2000.

Isso posto, a Tabela 2 aglutina a classificação da população municipal, distribuída ao longo de três décadas, a partir de sua população residente<sup>7</sup>. Assim, nas décadas de 1980 e 1991 observaram-se diminuição do número de municípios e de população com menos de 10 mil habitantes e a de 50 a 100 mil habitantes. O

<sup>7</sup> Cabe aqui ressaltar que o processo de desmembramento foi intenso a partir de 1990, o qual deve ser observado quando da leitura e interpretação dos dados apresentados a seguir.



crescimento, no entanto, ocorreu justo nas classes de municípios com maior número de população, isto é, nos de 10 a 50 mil e nos de mais de 100 mil habitantes.

A partir da década de 1991 até 2000 houve aumento do número de municípios no território rio-grandense, que de 333 passou para 496 municípios, aumentando em quase 50%, número que se mantém até hoje. Assim, entre 1991 e 2000 a população e o número de municípios alteram-se significativamente. O número de municípios com menos de 10 mil habitantes duplica, mas estabilizam as demais classes. Contudo o maior crescimento populacional ocorreu na classe de municípios com mais de 100 mil habitantes.

**Tabela 2 – RS: Classes de população, número de municípios do Rio Grande do Sul, de 1980 a 2007.**

Classes	1980		1991		2000		2007 (projeção)	
	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População
menos de 10 mil hab	170	961 611	163	903 319	333	1 375 944	335	1 432 239
10 a 50 mil hab	128	2 504 888	131	2 693 504	121	2 472 546	120	1 574 373
50 a 100 mil hab	24	1 600 786	23	1 555 047	25	1 733 019	23	2 579 153
mais de 100 mil hab	11	2 706 552	16	3 986 800	17	4 606 289	18	4 997 122
Total do Estado	333	7 773 837	333	9 138 670	496	10 187 798	496	10 582 887

Fonte: Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento do RS - 2008  
Org.: SCHERER, F. B.

Estabelecendo as percentagens, para a década de 1980, em relação ao total de 333 municípios, os com menos de 10 mil habitantes representavam 51,05% dos municípios; em 1991 era de 48,94% dos municípios e, em 2000, era de 67,13%, mostrando, efetivamente, o grande número dos pequenos municípios. A projeção para 2007 apontou um pequeno crescimento nesta classe de população dos municípios, chegando a 67,54% dos municípios.

Os municípios com 10 a 50 mil habitantes em 1980, correspondiam a 38,43%; em 1991 contavam com 39,33% e, em 2000, correspondiam a 24,39%. Estes municípios possuem comportamentos flutuantes entre as décadas, mas certamente reduziram a representatividade no conjunto de municípios, pela diminuição de sua população. Inclusive, a projeção para ano de 2007 mostra esta diminuição mais acentuada.

A classe de municípios entre 50 a 100 mil habitantes em 1980, representava 7,20% dos municípios; em 1991, correspondiam a 6,90%; e, em 2000, somavam apenas 5,04%, ressaltando a perda de representatividade em relação ao total de municípios, década após década, embora houvesse aumento pouco significativo de 1991 para 2000, a tendência do ano 2007 é de aumento.

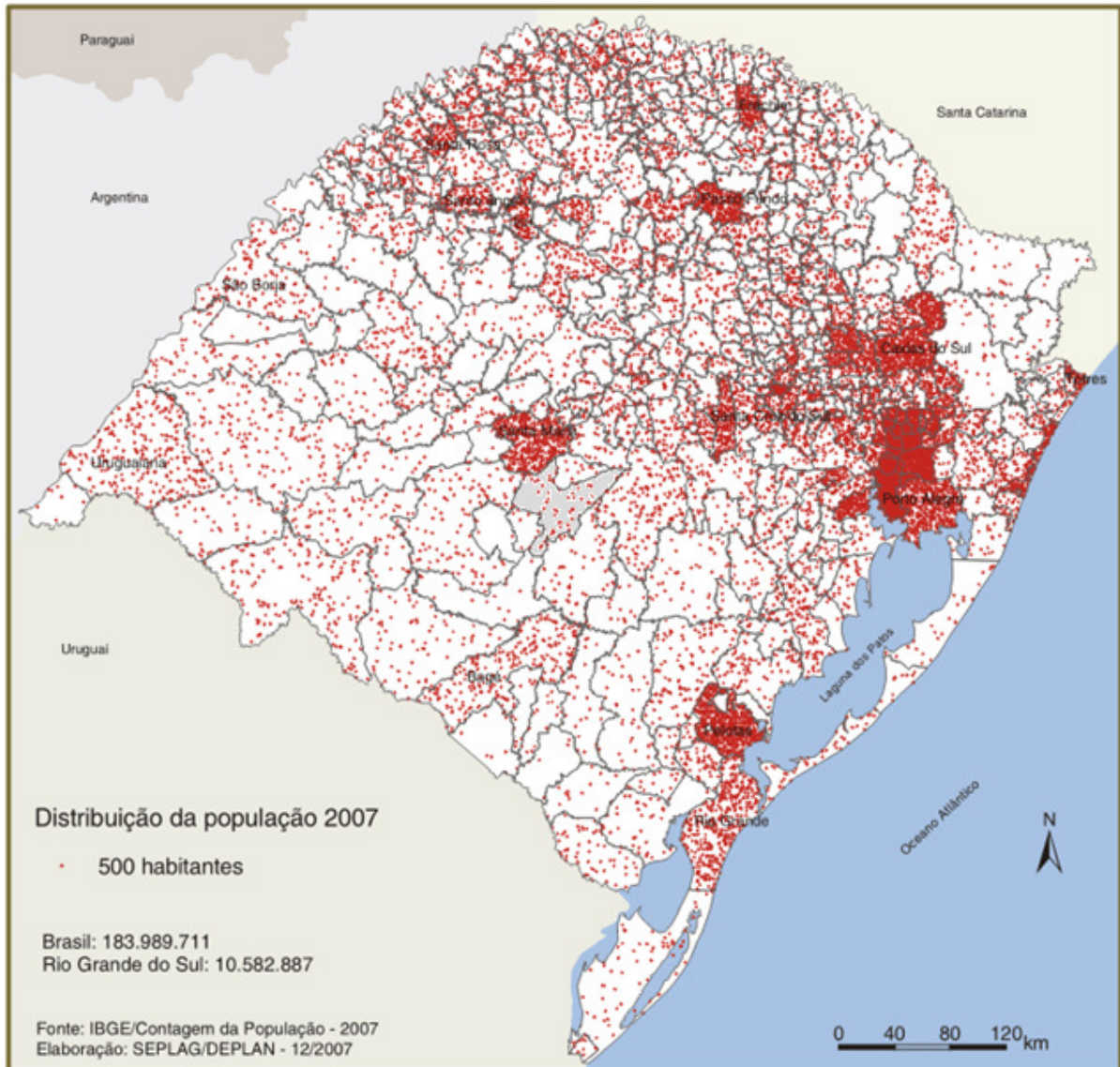
A classe de municípios com mais de 100 mil habitantes na década de 1980, somava apenas 3,30% do total de 11 municípios do Estado. Em 1991 havia 4,80% de 16 municípios e, em 2000, era de 7,42% de 17. Dentre as classes, esta apresentou um crescimento no período analisado. A projeção de 2007 desponta para o crescimento do número de municípios e população nesta classe. Significa dizer que houve um aumento populacional nas cidades médias, concentrando estas na região metropolitana de Porto Alegre.

Ainda pontuando a análise na população distribuída pelas classes de municípios (Tabela 2), para 1980, os municípios na classe de menos de 10 mil habitantes representavam cerca de 12%, enquanto que, em 1991, era de apenas 9,88% da população do Estado e, em 2000, contribuiu com 13,50%. A população dos municípios com 10 a 50 mil habitantes, em 1980, correspondia a 32,22%; em 1991, ficou com 29,47%; e, em 2000, reduziu novamente para 24,26%. A classe de municípios com 50 a 100 mil possuía 20,59% da população do Estado, para a década de 1980; em 1991, a população foi reduzida para 17,01% e, em 2000, diminuiu, ficando com 11,51%. A população residente nos municípios com mais de 100 mil habitantes, em 1980, representava 34,81%; em 1991, havia 43,62%; e em 2000, contribuía com 45,21% da população do Estado, acompanhando a mesma tendência do número de municípios analisados anteriormente.

Em síntese, a distribuição da população pelas classes de municípios tem se mostrado estabilizada ao longo as décadas analisadas. Apenas a classe de municípios com uma população acima de 100 mil tem crescido ao longo do período, além de concentrar quase a metade da população do Estado em apenas 17 municípios.

A espacialidade da distribuição da população (Figura 3) mostra a dispersão e a concentração no Estado, na sua parte norte, nos municípios de Erechim (82 026 habitantes), Santa Rosa (55 950 habitantes), Santo Ângelo (64 900 habitantes), Passo Fundo (163 764 habitantes) são as principais concentrações populacionais; na sua parte central, Santa Maria (230 696 habitantes) e Santa Cruz do Sul (93 786

habitantes) apresentam tais concentrações; e, ao sul do estado, os municípios de Pelotas (301 081 habitantes) e Rio Grande (179 208 habitantes), representam expressiva concentração.



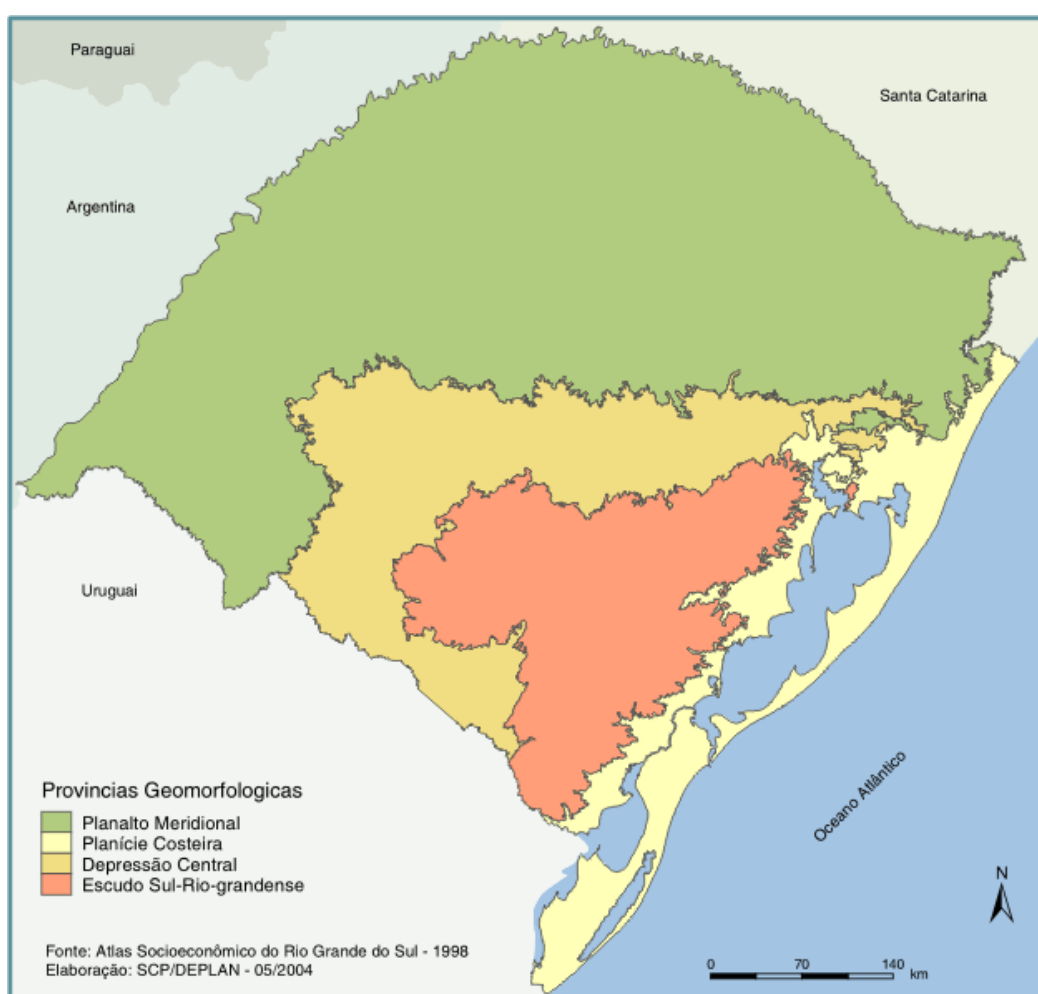
**Figura 3 – Mapa da Distribuição Geográfica da População – RS – 2007.**

Fonte: Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento do RS - 2008  
Org.: SCHERER, F. B.

As concentrações populacionais expressas na Figura 3 são manifestações de um conjunto de fatores que se aglutinam na formação econômica, social e política sul-rio-grandense facilitando a compreensão não só da distribuição da população, mas da sua concentração e das transformações paisagísticas que se fazem sentir.

Nesse bojo, o conhecimento das paisagens com o elemento agregador para análises é o propósito conforme segue.

A paisagem sul-rio-grandense é formada pela conjunção de vários fatores como geologia, hidrografia e geomorfologia, vegetação entre outros. Resultam desse conjunto as seguintes unidades geomorfológicas: Planalto Meridional, a Depressão Central, o Escudo Sul-Rio-Grandense e a Planície Costeira. Podemos observar o mapa (Figura 4) a seguir com a localização destas províncias geomorfológicas.



**Figura 4 – Mapa de Localização Geográfica das Províncias Geomorfológicas – RS.**

Fonte: Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento do RS - 2008  
Org.: SCHERER, F. B.

As províncias geomorfológicas no estado são formadas pelo Escudo Sul-Rio-Grandense, cuja formação geológica é considerada a mais antiga do estado,

composta de rochas ígneas, como o granito e metamórficas, como o migmatito, o mármore e os xistos do período Pré-Cambriano. Outra província, denominada de Depressão Periférica geomorfológica, é composta por terrenos sedimentares formando uma área de deposição; esta depressão<sup>8</sup> é uma área rebaixada, localizada entre o Escudo ao sul e, Planalto ao norte. Destaca-se também a província geomorfológica denominada de Planalto da Bacia do Paraná, composta por rochas vulcânicas provenientes dos derrames de lavas ocorridos na era Mesozóica. Ainda temos a Planície Costeira, formada por terrenos arenosos e por lagoas e lagunas, formação ocorrida durante o período quaternário da era Cenozóica.

Ross (2005) propõe uma classificação geomorfológica diferente da apresentada anteriormente. Baseado em Ross, esse território apresentaria as seguintes unidades geomorfológicas: Planaltos e chapadas da bacia do Paraná, Planalto sul-rio-grandense, Depressão periférica sul-rio-grandense e Planície da lagoa dos Patos e Mirim. Desta forma, os planaltos e chapadas da bacia do Paraná estão sobre os terrenos sedimentares com idades desde o Devoniano até o Cretáceo e no Mesozóico para as rochas vulcânicas básicas e ácidas, estando em contato com a depressão periférica sul-rio-grandense. O planalto sul-rio-grandense apresenta litologias diferenciadas em idades e gêneses variadas do Pré-Cambriano. Seus níveis altimétricos não ultrapassam os 450m. As planícies das lagoas dos Patos e Mirim decorrem da dinâmica deposicional marinha e lacustre sobre quase todo o litoral gaúcho e também por algumas partes do território Uruguaio.

As paisagens estão moldadas pela ação do clima, cuja classificação denomina-se mesotérmico úmido, com característica temperado do tipo subtropical. As dinâmicas das massas de ar procedentes da região polar e da área tropical continental e atlântica são reforçadas pela latitude. Quanto à temperatura, há uma grande variação sazonal, com verões quentes e invernos rigorosos, eventualmente com a precipitação de neve em algumas das áreas mais elevadas. As temperaturas médias oscilam entre 15° e 18°C, sendo que a mínima pode ser de até -10°C e a máxima pode chegar aos 40°C. As precipitações são relativamente bem distribuídas ao longo do ano. O seu volume é diferenciado dentro do Estado, com maior ao norte

---

<sup>8</sup> A Depressão Central ou Periférica do RS é uma área onde se cultiva a rizicultura, propiciadas pelas suas condições. O município de São Sepé está sobre a transição do escudo e a depressão.

(1500 a 1.800 mm) em relação ao sul (1299 a 1500 mm) (Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento, 2008).

Nesse conjunto de características do quadro físico não se pode deixar de falar da hidrografia, cuja importância é secular, principalmente por ter sido ela um meio de comunicação, uma via de acesso aos lugares. No caso do estado não foi diferente. Os colonizadores se valeram desta rede hidrográfica para ocuparem o Brasil meridional. Muito drenado, esse território apresenta três grandes bacias hidrográficas (Figura 5): Bacia do Uruguai, formada pelo Rio Uruguai, funciona como limite entre o estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a oeste com a Argentina desaguando na bacia do Rio da Prata; Bacia do Guaíba, que drena uma parte do planalto e depressão periférica tendo como um dos principais rios: o Jacuí, que deságua nas margens da capital gaúcha – Porto Alegre; e Bacia Litorânea, localizada próximo ao Oceano Atlântico tendo como um dos principais rios, o Camaquã.



**Figura 5 – Mapa de Localização Geográfica das Bacias Hidrográficas – RS**

Fonte: Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento do RS - 2008.  
Org.: SCHERER, F. B.

Estas bacias compreendem 57% da área total do Estado (Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento, 2008) (Figura 5). Grande parte das cidades e povoados estão localizados às margens dos rios, isso motivado pela ocupação humana em meados do século XVI, quando as populações, e muitas vezes imigrantes, seguiram os cursos dos rios para estabelecer suas moradias.

## **2.2 Formação do território sul rio-grandense.**

Considerando a história do Rio Grande do Sul como a história da sua ocupação pelo colonizador europeu, o processo foi desencadeado com o estabelecimento das reduções jesuíticas, no século XVII. Eles percorreram as terras sulinas pelas terras paraguaias e argentinas e estabeleceram reduções às margens dos afluentes do Rio Uruguai (Ijuí, Piratini e Ibicuí) (Singer, 1977). O atual recorte do território se deve a inúmeros conflitos gerados pela posse de terras, ocorridos ao longo dos séculos passados, retratando transformações políticas e econômicas de um Brasil Colônia/Império/República. Hoje possui uma extensa fronteira internacional, com 3307 quilômetros de limites territoriais. Com a Argentina há 724 km de fronteira, 1003 km com o Uruguai, com o estado de Santa Catarina são 958 Km e 622 km com o Oceano Atlântico (Moreira; Costa, 1995).

Dessa forma, são 1727 km de fronteiras internacionais, as quais nem sempre apresentaram tal dimensão, isso porque, nos séculos XVI e XVII, a disputa por territórios envolvendo as coroas Portuguesa e Espanhola foi acirrada e passou por vários acordos firmados por tratados.

Ocorreu em 1531, liderada pelo demarcador português Martim Afonso de Pena (Noronha, 2006), a primeira expedição portuguesa às terras ao sul do Brasil, pertencentes aos espanhóis, pelo Tratado de Tordesilhas. Ainda conforme o autor (2006, p. 28) “serviu para Gaspar de Viegas fazer o primeiro mapa da região que hoje compõe o território gaúcho”. A partir destas expedições, surgiram os primeiros registros e descrições da costa gaúcha, bem como a divulgação das terras sob o nome de “Rio Grande de São Pedro” (Pesavento, 1997).



O processo de incorporação do Rio Grande do Sul ao território brasileiro foi lento e conflituoso, pois estavam envolvidas as duas importantes coroas ibéricas na época. Vários tratados de demarcação de terras foram firmados entre essas coroas. O primeiro deles, o Tratado de Tordesilhas estabeleceu à Espanha as terras do que seria o atual Rio Grande do Sul. A Espanha, interessada nos metais preciosos, não as ocupou de imediato, porque seu interesse estava localizado mais ao noroeste, nas minas de prata, em Potosi na Bolívia. Essa situação perdurou por muitos anos. As terras espanholas, mais a sudeste do continente sul americano, continuavam abandonadas. Suas únicas investidas consistiram em permitir que os padres jesuítas instalassem reduções jesuíticas na região, o que aconteceu em duas etapas. A primeira, com a criação de 18 reduções, as quais, mais tarde, foram arrasadas por bandeirantes paulistas até 1640; e a segunda, a partir de 1682, quando os jesuítas voltaram ao território, depois de terem sido expulsos pelos bandeirantes paulistas, há quase meio século. Neste mesmo ano, duas reduções foram fundadas, próximas a margem esquerda do Rio Uruguai: São Francisco de Borja e São Nicolau. Pouco mais de duas décadas depois, fundaram outras cinco reduções (São Luiz Gonzaga – 1687; São Miguel Arcanjo – 1687; São Lourenço Mártir – 1690; São João Batista - 1697 e Santo Ângelo Custódio - 1706) formando os Sete Povos das Missões<sup>9</sup> (Figura 6).

A coroa portuguesa<sup>10</sup>, por sua vez, não mostrava interesse naquelas áreas mais meridionais do Brasil, e na época, não havia ali produto de valor econômico que justificasse sua ocupação, mas supervisionava-as com incursões pela região.

O segundo tratado se estabeleceu em decorrência dos acontecimentos ocorridos por volta do ano de 1680, quando os portugueses, em uma destas incursões fundaram a Colônia de Sacramento, nas margens do Rio da Prata, em terras dominadas pelos espanhóis. A partir da existência desses dois pólos - Colônia de Sacramento e Sete Povos das Missões - portugueses e espanhóis passaram a lutar pelas terras do Rio Grande do Sul. Com a devolução da Colônia do

---

<sup>9</sup> “Um conjunto de comunidades reunindo índios guaranis numa experiência de civilização sem precedentes. Quando as missões foram parcialmente arrasadas por um exercito formado por espanhóis e portugueses, em 1756, havia três gerações de guaranis vivendo num sistema organizado pelos padres. Havia passado de uma cultura seminômade, que não pensava no dia seguinte, para uma vida sedentária produtiva e planejada em todos os detalhes” (HISTORIA ILUSTRADA DO RIO GRANDE DO SUL, 1998, p. 49).

<sup>10</sup> Portugal explorava o Pau-Brasil na porção norte do país.



Sacramento para Portugal, em 1684 (História Ilustrada do Rio Grande do Sul, 1998), o estranhamento entre as duas coroas se acentuou. Para resolver tal situação, assinaram o Tratado de Madrid (Figura 6) em 1750, determinando a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, possibilitando, assim, aos portugueses e espanhóis passarem a explorar tais terras, mas com fronteiras bem definidas.

Na verdade, a demarcação estipulada pelo Tratado de Madrid (Figura 6) nunca foi concluída, pois os índios das Missões não concordaram em entregar as terras dos Sete Povos aos portugueses. Então, portugueses e espanhóis se aliaram para tentar quebrar tal resistência. Enquanto isso, os portugueses pelo leste avançavam na sua conquista, criando novos núcleos de povoamento, como Rio Grande, Porto Alegre<sup>11</sup> e Viamão.



**Figura 6 – Mapa de Localização Geográfica do Tratado de Madrid - 1750.**

Fonte: História ilustrada do Rio Grande do Sul - 1998

Org.: SCHERER, F. B.

<sup>11</sup> Conforme Singer (1977, p.147) "A área onde se situa hoje Porto Alegre foi concedida em 1736, como sesmaria, a Inácio Francisco, companheiro de João Magalhães na expedição que devassou as terras rio-grandenses em 1726. Em 1752, chega ao que seria o então Porto de Viamão uma comitiva de paulistas – cerca de 60 pessoas – que tinha por finalidade demarcar os limites entre os domínios lusos e espanhóis fixados pelo tratado de Madrid. Nessa ocasião é que se teria criado Porto Alegre".

As demarcações fronteiriças geradas por esse tratado foram entregues aos representantes oficiais dos dois países. Como chefe da comissão portuguesa foi nomeado o General Gomes Freire de Andrade, que ordenou de imediato a construção de um depósito de provisões para seus soldados, na margem esquerda do Rio Jacuí, nas proximidades da foz do Rio Pardo. Mais tarde, esse acampamento foi transformado em fortaleza, com a denominação de Jesus-Maria-José, local que abrigou o Regimento de Dragões, dando origem a cidade de Rio Pardo em torno dessa Fortaleza. (Figura 7)



**Figura 7 – Mapa da Invasão a Capitania de Rio Grande de São Pedro entre 1763-1776**

Fonte: História ilustrada do Rio Grande do Sul – 1998.  
Org.: SCHERER, F. B.

A Figura 7 mostra o período de invasão 1763-76, como o da Colônia de Sacramento e da Vila de Rio Grande. Inúmeras vezes os espanhóis tentaram retomar as terras conquistadas pelos portugueses, planejando, nesse período, estender seus domínios em todo o território pertencente aos portugueses, através da tomada de lugares importantes como Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Por outro lado, as forças portuguesas resistiram às várias investidas, tendo papel fundamental a atuação do Regimento dos Dragões da Fortaleza Jesus-Maria-José em Rio Pardo, qual soube conter a ação tanto dos espanhóis como dos índios. Pelo fato de nunca ter sido tomada por forças inimigas, essa fortaleza recebeu o nome de *Tranqueira Invicta* e, por muito tempo representou um ponto estratégico importante, contribuindo em muito para a inclusão do Rio Grande ao território brasileiro.

O terceiro tratado decorreu desse cenário. Uma trégua foi estabelecida entre portugueses e espanhóis e às lutas no sul foram amenizadas, quando da assinatura do tratado de Santo Ildefonso, de 1777 (Figura 8). Este estipulava que a Colônia do Sacramento e as Missões ficassem designadas para a Coroa Espanhola e que Portugal ficasse com a Ilha de Santa Catarina. O território do Rio Grande de São Pedro ficou delimitado no sentido longitudinal, cujo recorte corresponde às imediações da atual cidade de Santa Maria até as bacias do Guaíba e Litorânea (Figura 8).

Lançando um olhar para outro movimento aquele provindo do centro do Brasil, o bandeirismo paulista, com duas correntes diferentes: a corrente povoadora e as expedições em busca de escravos. São estas últimas a atingir o Rio Grande do Sul, deixando apenas destroços (Singer, 1977). A busca por novas terras foi em decorrência da própria economia centrada na subsistência, já que lucro não havia, portanto, o colonizador paulista buscou expandir-se territorialmente. Dentre várias incursões, a que se dirige para o sul em 1674 chega a Laguna, em Santa Catarina, e ali permanece até meados de 1726. Quando um grupo de sertanistas, chefiado por João Magalhães, chegou ao Rio Grande, estabeleceu sesmarias às margens da lagoa dos Patos, tal fato marca o processo da ocupação do colono branco ao Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos a exploração econômica das terras sulinas ficou reduzida a caça do índio, com a finalidade de utilizá-lo como mão-de-obra nas plantações de cana-de-açúcar no Nordeste Brasileiro. A exploração econômica com

o gado bovino no Rio Grande do Sul, acelerou-se com o surgimento do mercado consumidor decorrente da mineração em Minas Gerais.



**Figura 8 – Mapa de Localização Geográfica do Tratado de Santo Ildefonso - 1777**

Fonte: História ilustrada do Rio Grande do Sul – 1998.  
Org.: SCHERER, F. B.

Os portugueses percebem a presença de gado bovino oriundo das reduções jesuíticas, que acabou se espalhado pelo resto da região quando do conflito entre os jesuítas e os bandeirantes paulistas. Passaram a caçá-lo e a abatê-lo utilizando-p para a produção de sebo, retirada do couro e das crinas, na comercialização com os ingleses e franceses no estuário do Rio da Prata. Da mesma forma, os paulistas em relação ao rebanho bovino levado até São Paulo e Minas Gerais, sendo

posteriormente, vendido para o abastecimento da população (Medeiros, 2005). Desse movimento econômico prosperam duas importantes cidades: Pelotas e Rio Grande, que tornaram-se postos de troca e de mercado para o comércio realizado pelas charqueadas, caracterizando o surgimento da sociedade pastoril gaúcha.

A partir desses interesses e da visibilidade que agora adquiriam as terras meridionais, a coroa portuguesa passou a conceder sesmarias como uma estratégia de legalizar as terras desocupadas. Militarizou substancialmente a região fundando fortes, presídios, guardas e acampamentos, como forma de garantir a posse da terra com os núcleos de povoamento. Embora já houvessem ocorrido algumas expedições, a militarização portuguesa se manifesta quando da instalação do forte e presídio Jesus-Maria-José, no ano de 1737, em Rio Grande (Bernardes, 1997).

Com vigência do Tratado de Madri, em 1750, e com o aumento das terras sulinas, com o intuito de povoá-las, o governo português promoveu a vinda de açorianos, constituídos de pequenos agricultores para estabelecer uma colonização mais concentrada. A colonização açoriana<sup>12</sup> tornou-se uma estratégia de povoamento português e teve um papel importante no governo provincial na posse das terras meridionais do Brasil, tanto no povoamento quanto na fundação de pequenos núcleos urbanos. São considerados os primeiros imigrantes no estado do Rio Grande do Sul e sua imigração teve início na primeira metade do século XVIII e intensificou-se a partir de 1752.

Nesse período, o Rio Grande do Sul estruturou-se socialmente e economicamente. De um lado uma sociedade pastoril em desenvolvimento e, de outro, pequenos agricultores dedicados à lavoura. Agora duas sociedades distintas passaram a coexistir: pastoreio e lavouras; estancieiros e pequenos agricultores.

Mais tarde, a política do governo provincial promoveu a vinda de migrantes alemães e, a partir de 1824 inicia a imigração alemã<sup>13</sup>, a qual ocupou as áreas de mata. Os italianos<sup>14</sup> chegaram ao RS a partir de 1875, também ocuparam as áreas de mata, porém se instalaram nas áreas mais acidentadas. Vieira; Rangel (1993, p. 7) ressaltam “Os processos etno-demográficos alemão e italiano, ao mesmo tempo, que ampliaram o território econômico agropecuário (redimensionado pelos

---

<sup>12</sup> A difusão espacial da imigração açoriana ocorreu em duas unidades morfoestruturais do Rio Grande do Sul: Planície Costeira e Escudo Rio-Grandense (Vieira; Rangel, 1993).

<sup>13</sup> Sobre Imigração Alemã ver Jean Roche (1969) e Cunha (1999).

<sup>14</sup> Sobre Imigração Italiana ver Giron (1996).

açorianos), promoveram a ruptura do ciclo produtivo primário, instalando o processo industrial”. A vinda de imigrantes ao território gaúcho resulta em novas dinâmicas que transformaram o espaço rio-grandense ao reproduzir suas culturas e imprimir seus traços sociais e econômicos.

Juntamente com este processo de ocupação proveniente da imigração alemã e italiana aceleraram-se o processo de industrialização gaúcha<sup>15</sup>. A queda da monarquia propiciou a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e incentivou a modernização do Rio Grande do Sul por meio da diversificação da economia. Neste contexto, Pesavento (1998, p. 32) afirma “(...) a emergência de uma ordem urbano-industrial se processou lentamente, tendo por base as disponibilidades do capital-dinheiro acumulado pela comercialização dos gêneros da agropecuária colonial imigrante”. Pesavento (1998, p. 33) complementa afirmando “A chaminé da fábrica, símbolo dos novos tempos industriais, começava a marcar sua presença no Rio Grande de São Pedro”. Pesavento (1998) se refere a época do PRR esteve no poder, durante a república velha. A industrialização marca uma nova dinâmica econômica e social, redesenhando e reestruturando a econômica estadual. A industrialização gaúcha, por sua vez, concentrou-se principalmente em Porto Alegre e Caxias do Sul. Ainda, Pesavento enfatiza

A concepção de capitalismo enquanto modo de produção plenamente configurado tende a identificar-se com o surgimento da fábrica. A indústria, assim concebida, assinalaria o estágio final de um longo processo que marcaria a real subsunção do trabalho ao capital (PESAVENTO, 1983, p. 7).

A ocupação sul rio-grandense terminou em 1940, quando, oficialmente, decretou-se não haver mais terras devolutas, mas longe de ser um processo concluído, alguns gaúchos buscaram novas áreas, partindo para outras regiões do Brasil, como oeste de Santa Catarina e região Centro-Oeste.

O processo histórico de origem e formação das terras sulinas marcou as dinâmicas que constituem a sociedade gaúcha. Strohaecker (2004, p. 167) afirma “A configuração territorial do Rio Grande do Sul na atualidade é produto de formações

---

<sup>15</sup> Há uma polêmica quanto à origem da industrialização gaúcha. Conforme Lagemann (1996, p. 134) “a origem artesanal, por sua vez, é polêmica: Limeira Tejo representa os defensores da tese do artesanato que identificam um crescimento harmônico das unidades industriais livre de crises e contradições; Paul Singer contrapõe ao crescimento ao crescimento harmônico a contradição – a indústria não teve origem artesanal e, pelo contrário, a sua implantação exigiu a destruição do artesanato”.



socioeconômicas que se constituíam ao longo da história, forjando uma trajetória caracterizada pela diversidade cultural e por desequilíbrios econômicos e sociais”. Quanto à configuração dos municípios gaúchos, a porção do sul se apresenta menos recortada e com menor número de municípios, ao contrário da porção norte. Fica nítido o contraste da estrutura fundiária entre o norte e o sul do estado. Enquanto no norte predomina uma pequena propriedade, no sul predomina a grande propriedade, região denominada de “Campanha Gaúcha” (Bernardes, 1997).

A tradição agrícola ainda se configura tanto no norte quanto no sul do estado, porém com algumas diferenças. No sul, a pecuária em grandes propriedades predomina e no norte prevalece a policultura (soja, trigo), na maior parte das vezes, por pequenas propriedades, caracterizada como agricultura familiar.

### **2.3 Bases históricas do surgimento das cidades no Rio Grande do Sul**

As atividades econômicas ligadas a terra tem lhe conferido uma tradição agrícola. Até meados dos anos de 1990 era considerado o “celeiro agrícola<sup>16</sup>” do Brasil. As cidades, nem por isso tiveram menos importância. Elas fazem parte do conjunto produtivo e constituem o arcabouço necessário para o campo se reproduzir. Estes pressupostos ajudarão a discutir a formação da rede urbana gaúcha.

A cada vitória conquistada pelos portugueses em terras sulinas contra os castelhanos, o governo provincial premiava-os com sesmarias, que posteriormente originaram as estâncias, fazendas ou cidades.

Sobre a formação da rede urbana no território sul-rio-grandense, a primeira rede urbana implantada neste território, segundo Peramas (1947 apud NEVES, 1990, p. 120) “foi construída, com paixão, pelos jesuítas a partir de 1610. Rede original pela sua organização urbanística – certamente esboçada segundo o modelo de Platão”. A estrutura dos jesuítas comprova o seu nível de organização, revelando uma preocupação urbanística.

---

<sup>16</sup> Pesavento (1997) acredita que os imigrantes contribuíram para que o Rio Grande do Sul chegasse a ser considerado o “Celeiro do País”. Esses imigrantes introduziram outros produtos de exportação do estado, por exemplo, os italianos se destacaram na produção de vinho.

Barroso (1992) ao abordar sobre o povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul dividiu-o em três fases: instalação (século XVIII), organização (século XIX) e expansão (século XX).

O primeiro núcleo urbano considerado estável foi com a fundação do município de Rio Grande em 1737. A presença do presídio e do forte Jesus-Maria-José<sup>17</sup> apresentava um caráter militar, justificado pelas disputas militares em curso. Entretanto, o processo de urbanização gaúcha se definiu na primeira metade do século XIX, segundo Barroso (1992). O início da rede urbana do Rio Grande do Sul, segundo Rhoden (1999) foi com a fundação do presídio de Jesus-Maria-José, em 19 de fevereiro de 1737, pela expedição de Silva Paes. Dessa forma, Rhoden (1999) não considera como rede urbana a estrutura construída pelos jesuítas. Constata-se que a colonização era do litoral em direção ao interior do continente, especialmente pelos vales dos rios (Jacuí, Sinos, Camaquã, entre outros).

Os portugueses<sup>18</sup>, por meio dos engenheiros militares, desenharam as plantas das principais cidades mais antigas do Rio Grande do Sul. Não se pode negar a influência dos açorianos na fundação de muitas cidades, sendo Porto Alegre, a expressão máxima da sua influência no estado. Rhoden enfatiza

À presença física dos colonizadores portugueses que trouxeram os seus falares, cantares e modos de ser e de fazer típicos, o Rio Grande do Sul viu crescerem-se, ao longo do século XVIII, as contribuições da elite intelectual no contexto português da época – os engenheiros militares, verdadeiros idealizadores da primeira rede urbana gaúcha (RHODEN, 1999, p. 174).

As charqueadas<sup>19</sup> foram um importante movimento econômico permitindo ao governo do sul estabelecer conexões com outras localidades do Brasil e até mesmo

---

<sup>17</sup> Rhoden (1999) afirmou não haver no documento (carta régia) a instalação do presídio no traçado urbano do povoado, pois este empreendimento tinha prioridade militar.

<sup>18</sup> O traçado urbano gerado pela colonização espanhola e portuguesa apresentou formas muito diferenciadas na construção das suas cidades (Rhoden, 1999).

<sup>19</sup> Segundo Weimer (1987), sem ter conhecimento econômico, os charqueadores gaúchos culpavam o governo central pela variação de preço do charque, o que levou ao confronto armado. Este denominado de Revolução Farroupilha deveu-se às divergências entre os charqueadores com apoio dos estancieiros, fornecedores de matéria prima, contra a corte no Rio de Janeiro sustentada pelos fazendeiros do Vale do Paraíba.



com outros países. A carne do charque<sup>20</sup> era vendida para diversos lugares do Brasil, sendo um dos principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul. Utilizava-se a mão-de-obra escrava para esta atividade. Pesavento (1997, p. 18) enfatiza "(...) o charque foi capaz de constituir no Rio Grande uma camada senhorial enriquecida, sem que, contudo se repetisse no sul a aristocratização da sociedade açucareira nordestina". Este foi um fator importante para expansão dos núcleos urbanos, decorrentes da venda de produtos (couro, sebo e charque). O charque contribuiu para formação de uma classe, incentivando a fundação de núcleos urbanos. Conforme Barroso

(...) no primeiro quartel do século XIX, o surgimento de núcleos urbanos a partir de Rio Grande-Pelotas, na órbita de Jaguarão, Erval, Bagé, Piratini e Canguçu, motivado pelo bom desempenho das charqueadas. (...) grande expansão aconteceu na Depressão Central no segundo quartel, com a proliferação de povoados em sua maioria de origem germânica, a partir da colônia-mãe, São Leopoldo. Desse epicentro brotaram, décadas depois, linhas-troncos de comunicações nas direções sul e oeste, animando os núcleos de Tapes, Camaquã, Encruzilhada, Caçapava, Lavras, São Gabriel e Santa Maria. No rumo sudoeste a norte a criação de comunicações pulsou Alegrete, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, completando-se em Cruz Alta, Passo Fundo e Vacaria (BARROSO, 1992, p. 50).

O processo de urbanização foi motivado concomitante ao processo de ocupação e ao desenvolvimento econômico, este último movido inicialmente pelo tráfico de escravos, depois pelo comércio do gado e também pelas charqueadas. Momentos formadores de uma sociedade estruturada em classes sociais: estancieiros e os pequenos lavradores. Sobre isso, Vieira; Rangel comentam

A concentração da população em núcleos espaciais determinados, estabelecendo um sistema de fluxos com as unidades produtoras rurais, provocou o surgimento de inúmeras atividades relacionadas ao comércio e à prestação de serviços. Nem todos os povoados evoluíram com a mesma intensidade (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 54).

No início do século XIX, os núcleos urbanos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre indicavam rápido desenvolvimento do volume e valor das importações. O porto de Rio Grande era uma das principais formas de entrada e saída de produtos.

---

<sup>20</sup> Vieira; Rangel (1993) considera o charque o segundo ciclo econômico, sendo a courama o primeiro ciclo econômico. A produção da carne salgada foi fortalecida pela exportação através do porto de Rio Grande. São reconhecidas três fases da charqueada rio-grandense: carne seca de Sol, charque salmoura e charque salgado.

Porto Alegre, com o porto do Guaíba e com instalação do poder político colaborou para o rápido desenvolvimento de seu núcleo urbano. Pelotas, com de Laguna dos Patos, formou uma conexão hidrográfica Jacuí – Guaíba - Patos (área nodal), dando a Porto Alegre uma posição importante no sistema espacial no século XIX (Vieira; Rangel, 1993). Essa conexão favoreceu Rio Grande e Pelotas no que tange ao escoamento e compra de produtos.

A urbanização e a industrialização são processos completos e em muitos casos estão interligados. Alguns autores chegam a, muitas vezes, denominar o processo urbano/industrial pela íntima ligação entre esses dois processos (urbanização e industrialização). Porém, a industrialização não ocorreu em todas as cidades do estado, concentrou-se na região metropolitana de Porto Alegre, Caxias, Rio Grande e Pelotas.

Lagemann (1996, p. 133) diz sobre a industrialização “Quanto à implantação, sabe-se que aos imigrantes deve-se a expansão e diversificação da produção e não o início, na medida em que se ausentaram das charqueadas”. Neste contexto, emerge o desenvolvimento industrial alterando o perfil pecuário, destacando o charque (Pesavento, 1998). Ainda segundo Pesavento (1983, p. 8) “(...) a emergência da indústria é o elemento que dá o contorno da constituição da sociedade urbano-industrial e que marca a presença da classe operária no processo”. Relacionam ainda Vieira; Rangel (1993, p. 10) o desenvolvimento das cidades com a industrialização “O desenvolvimento das cidades e das crescentes necessidades da população estimularam a instalação de pequenas indústrias, começando, dessa forma, o desenvolvimento dos complexos urbano/industriais”. A industrialização, em algumas cidades teve papel importante para sua expansão e desenvolvimento.

Vieira; Rangel (1993) identificou três feições analíticas distintas da industrialização<sup>21</sup> no Rio Grande do Sul: unidades básicas iniciais, unidades com especificidade fabril e unidades tecnológicas. As unidades básicas iniciais foram decorrentes da imigração em seu espaço-tempo. As unidades com especificidade fabril foram instaladas nos espaços urbanos específicos como em Pelotas e Rio Grande, propiciando o desenvolvimento urbano daquelas cidades. As unidades de

---

<sup>21</sup> A industrialização gaúcha emergiu das sociedades formadas pelos imigrantes e por estratégia produtiva, muitos estabelecimentos industriais foram fundados e alguns transferidos para as cidades maiores naquela época (Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre) de colonização açoriana (Vieira; Rangel, 1993).

feições tecnológicas constituíram tardia e lentamente o processo de desenvolvimento do estado. Desta forma, a industrialização contribuiu para profundas alterações em alguns espaços urbanos do Rio Grande do Sul. Entretanto, a industrialização sofreu resistência conforme Vieira; Rangel afirmam

A ampliação do espaço industrial/urbano rio-grandense sofreu, internamente, a influência negativa do poder político. A burguesia rural exerceu o poder político predominantemente até época recente. O trato político da economia era prioritariamente a estrutura e a organização da produção rural. Afinal, o Rio Grande do Sul era o celeiro do Brasil! Enquanto outros estados brasileiros avançavam na produção do espaço industrial, dominando mercados, acumulando capitais e fortalecendo relações de troca cênicas, o Rio Grande do Sul envolvia-se em disputas típicas do caudilismo rural (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 84).

Durante o Estado Novo (1937-1945), o modelo de desenvolvimento baseado na agroexportação se consolida totalmente na indústria no Rio Grande do Sul. O governo central não incentivava a industrialização, pois cabia ao estado fornecer alimentos baratos para as áreas que estavam se industrializando, principalmente em São Paulo (Pesavento, 1997). A industrialização se intensifica no estado novo e surgem áreas industriais no estado. Embora a indústria tenha se consolidado, a agropecuária continua tendo papel importante no contexto econômico gaúcho.

O processo de modernização da agricultura juntamente com o processo de industrialização, contribuiu para intensificação da urbanização. Desta forma, a industrialização foi um estímulo à urbanização. A população cresce num ritmo acelerado, especialmente a população das cidades, com a vinda de trabalhadores oriundos da zona rural para trabalhar nas indústrias ou no comércio. Vieira; Rangel enfatizam

A urbanização do Rio Grande do Sul foi lenta e tardia, com significado maior a partir dos anos 60. Esse marco de tempo introduz transformações nos costumes, mudando, progressivamente, o estilo de vida da população. A urbanização cresce rapidamente por intensa mobilidade espacial dentro da territorialidade rio-grandense. O fluxo rural-urbano, motivado por alterações na estrutura produtiva rural, é um fator importante no crescimento das populações urbanas, particularmente, no mundo periférico das cidades de médio e grande porte (VIEIRA; RANGEL, 1993, p. 153).

Em 1960, a população rural do estado representava 3 milhões de habitantes, enquanto a população urbana 2 milhões e 445 mil de habitantes, em 67 cidades e 6 vilas (Medeiros, 1967). Neste contexto, o estado tinha como modelo as exportações

dos produtos agrícolas para outros estados do Brasil e países. Além das indústrias em algumas regiões. Sobre essa época, Medeiros explica

A população urbana no Rio Grande do Sul não se encontra concentrada numa área, gerando desequilíbrios demográficos. Cidades importantes, demográfica, econômica, política e culturalmente, estão dispersas pelos diversos quadrantes da região; é o caso de Pelotas, Rio Grande, Bajé, Uruguaiana, Santa Maria, Passo Fundo, Caxias, Canoas e Pôrto Alegre, tôdas com mais de 40 mil habitantes (MEDEIROS, 1967, p. 167).

A transição de um “estado rural” para um “estado urbano” ocorre entre a década de 1960 e 1970. É interessante o contexto desta transição. Estava em curso a modernização agrícola e a expansão das rodovias, da industrialização e do aumento dos automóveis no Brasil. As diretrizes conduziam ao desenvolvimento do país, favorecendo o desenvolvimento urbano e o crescimento das cidades. Houve a construção de diversas estradas rodoviárias, em face à instalação de indústrias automobilísticas no país. Resgata-se Medeiros

Vistas num plano econômico as cidades rio-grandenses oferecem perspectivas as mais diversas. Desde aquelas que desempenham a função de entreposto para a distribuição de produtos que a sua área importa e coleta, daqueles que ela exporta, até aquelas que concentram intensa atividade, reunindo, em grau significativo, os serviços administrativos, sociais e culturais, tôdas desempenham modernamente importante papel econômico em relação à própria área e à região e ao País. Daí o significado especial que o fator econômico adquire para o desenvolvimento urbano (MEDEIROS, 1967, p. 169).

As cidades de Pelotas e Rio Grande apresentavam, na década de 1980, os índices mais altos de urbanização, só sendo superadas pela região metropolitana de Porto Alegre. Essas cidades constituíam área fronteira e estratégica, pela proximidade como a foz do Rio da Prata. Atualmente, outras cidades de fronteira como Santana do Livramento e Jaguarão são importantes núcleos urbanos. Estas cidades apresentam densidade demográfica baixa, mas sua população urbana vem aumentando. Schäffer (1990, p. 145) diz “As cidades da fronteira gaúcha expressam, numa dada escala, contexto da urbanização do continente, que é, por seu turno, o quadro dos países subdesenvolvidos, respeitadas especificidades nacionais e/ou regionais”. Alguns projetos vêm trazendo uma nova dinâmica a esta região, como investimentos na melhoria do porto e a construção de plataforma da Petrobras, em Rio Grande.

**Tabela 3 – RS: População residente – população urbana e rural e população total entre 1970 a 2000.**

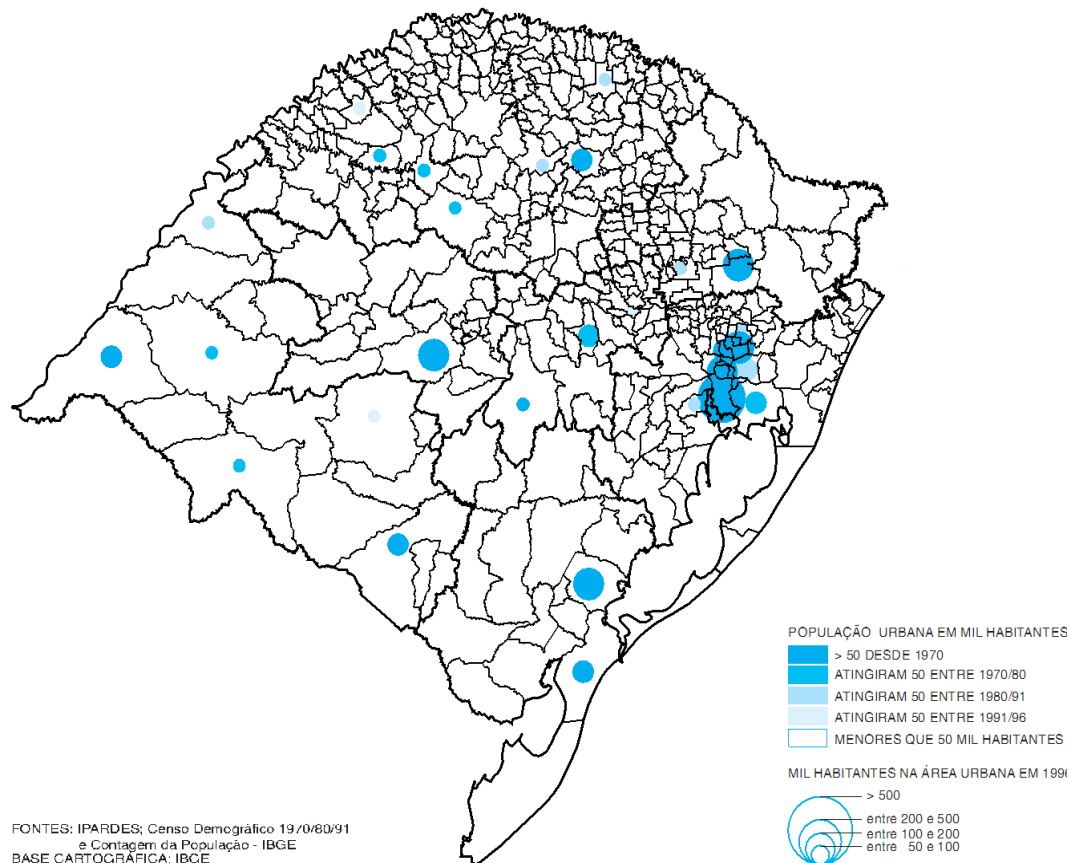
População residente				
Rio Grande do Sul				
Situação	Ano			
	1970	1980	1991	2000
Total	6 664 841	7 773 849	9 138 670	10 187 798
Urbana	3 554 239	5 250 024	6 996 542	8 317 984
Rural	3 110 602	2 523 825	2 142 128	1 869 814

Fonte: IBGE (2008)

Org.: SCHERER, F. B.

A população gaúcha (Tabela 3) apresentou um crescimento populacional de 3 522 957 de pessoas no período de 1970 a 2000, ou seja, passando de 6 664 841 milhões para a 10 187 798 milhões habitantes. A Tabela 3 ainda mostra a população residente neste Estado sulino entre o período de 1970 a 2000. Na década de 1970, a relação entre rural e urbana se revelou a mais equilibrada, em relação ao período analisado. A disparidade entre elas se acentua nos anos seguintes. Em 1980 a população urbana correspondia a 67,53%, enquanto a população rural neste período estava em 32,46%. Para o período de 1991 a população urbana atinge 76,55% enquanto a população rural restringe-se a 23,44%. Em 2000 a população urbana chega ao patamar de 81%, restando para a população rural somente 18,35%. Esse movimento da população gaúcha foi, de certa maneira, semelhante em todo o país, pois foi a política agrícola brasileira a definidora dos investimentos em tecnologia no setor agrícola, esfacelando o trabalho agrícola.

A cidade metropolitana e as médias do Rio Grande do Sul estão dispersas sobre território gaúcho. A Figura 9 ilustra os centros urbanos com mais de 50 mil habitantes. Estes centros urbanos, em sua maioria, já apresentavam este número de população a partir da década de 1970. Há 20 cidades fora da região metropolitana se configurando com alguma centralidade e um destaque regional, podendo ser enquadradas como cidades médias.



### Figura 9 – Mapa dos Centros Urbanos com mais de 50 mil habitantes – RS

Fonte: MOURA, R.; KLIENKE, M. DE L. U. (1999).  
Org.: SCHERER, F. B.

Os números mostraram a maior parte da população vivendo nas cidades, e outra pequena parte vivendo no campo. Estas cidades não se revelaram densamente povoadas e nem densamente concentradas. A maior concentração para a década de 2000 ocorreu na capital (1 320 739) e sua região metropolitana (3 509 384), seguida pela região de Caxias do Sul (333 391).

As pequenas cidades gaúchas praticamente predominam e coexistem entre os centros urbanos com mais de 50 000 habitantes. A rede urbana articulada em poucos níveis é o reflexo das desigualdades de concentração populacional do estado. Assim, evidencia-se a predominância de uma urbanização assentada na pequena cidade com feições de ruralidade e, entre estas pequenas cidades, encontra-se São Sepé, área de estudo deste trabalho. Que fatores delineiam este processo? Que urbanização é essa? São algumas indagações norteadoras das análises, que serão exploradas no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO E CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO SEPÉ**

*“A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecno-ciência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução” (Milton Santos, 1997, p. 17).*

Neste capítulo abordar-se-á a formação e constituição territorial histórico - geográfica do município e da cidade de São Sepé, enfatizando o estudo geográfico, o espaço urbano desse território.

### **3.1 Bases histórico-geográficas do município de São Sepé - RS.**

A conquista das terras sul rio-grandenses foi marcada pela disputa de poder entre as coroas portuguesas e espanholas. Em várias investidas, os portugueses apoderaram-se das terras espanholas, tendo como marco a fixação de uma cruz no local conquistado. Isso, simbolicamente, demarcava o domínio das terras pelos portugueses<sup>22</sup>.

Assim, a colonização portuguesa fundou várias cidades sul rio-grandense, cujos núcleos urbanos eram sempre marcados pela construção de uma capela ou outro símbolo religioso.

Os primeiros registros de ocupação das terras do atual município datam de 1750, com um núcleo de povoamento formado por uma estância de índios catequizados pelos jesuítas, denominada Fazenda São João. Após trinta anos, foi

---

<sup>22</sup> O sentimento religioso moveu a construção de uma capela no Distrito de João, nome de São Sepé quando era então distrito do município de Cachoeira do Sul. Esse sentimento levou Francisco Antonio Vargas (morador de Formigueiro) a liderar a iniciativa pela construção de uma capela, representando papel de um centro com significados religiosos, sociais e políticos.

concedida a primeira sesmaria<sup>23</sup> para José Carneiro da Fontoura, no lugar denominado Durasnal de São Rafael. Outras concessões se seguiram e o povoamento tomou tal impulso que, já no início do século XIX, com elementos locais se organizou a Companhia de Auxiliares do Distrito de São Rafael para guarda e defesa da fronteira (Kraemer, 1982).

O núcleo populacional mais desenvolvido na época denominava-se Formigueiro, formado por agricultores que abandonaram as estâncias, soldados que deram baixa, ferreiros, carpinteiros, entre outros.

A conquista das terras sepeenses se processou dentro dos princípios estratégicos da coroa portuguesa. Historiadores contam que o povoado foi decorrente da instalação da capela de Nossa Senhora das Mercês ou Conceição<sup>24</sup>, idealizada por Francisco Antonio Vargas<sup>25</sup> em 26 de Janeiro de 1830, quando da solicitação ao Guarda Mór de requerimento para construção da cruz (Livro Centenário da Fundação de São Sepé de 1930).

Em 1825, sob a liderança do carpinteiro Francisco Antonio de Vargas ergueram próximo ao rio São Sepé, cruz dedicada a Nossa Senhora das Mercês. Tal fato provocou o fazendeiro Joaquim Fraga e outros, que reivindicavam a posse da terra naquele local. A licença para a construção da cruz desencadeou conflitos, até que, em 1834, Plácido Gonçalves, convencido por Plácido Nunes de Melv - o Chiquiti - comprou aquelas terras, doando-as para a edificação da capela, mais uma vez adiada pela eclosão da Guerra dos Farrapos. Finalmente, a 6 de junho de 1846, ergueu-se a capela Nossa Senhora da Conceição, por ter sido no seu dia que se efetuou a compra do terreno.

Motivada pelo sentimento religioso, a população acabou fixando-se nas imediações da referida capela, tornando-se mais tarde povoado, freguesia, distrito ,e finalmente, município de São Sepé.

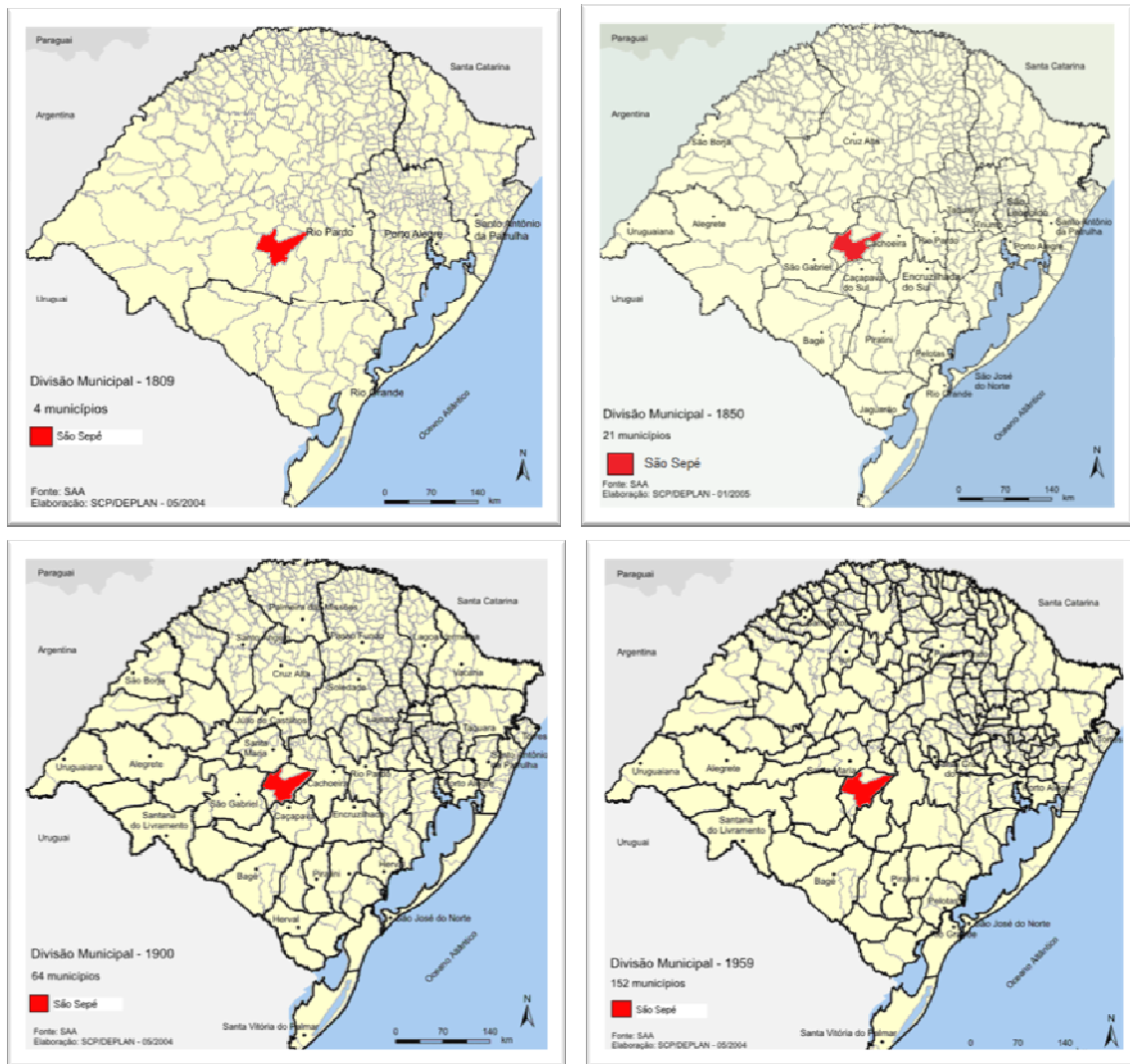
---

<sup>23</sup> Foi concedida pelo Governador da Capitania de São Pedro (Kraemer,1982).

<sup>24</sup> Lopes Sobrinho (1992) e Kraemer (1982) afirmam não haver documentos oficiais sobre a troca de padroeira do município para Nossa Senhora das Mercês. O ano de 1830 pode ser considerado o ano de fundação do que viria a ser a cidade posteriormente.

<sup>25</sup> Com inspiração nos bandeirantes, o carpinteiro Francisco Antonio Vargas conquista de novas terras a partir da fixação da cruz e fundação de uma capela. Ele morreu em 11 de março de 1834 (Centenário da Fundação de São Sepé, 1930). Para homenageá-lo a cidade destina rua com seu nome.





**Figura 10 – Mapas dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul em 1809, 1850, 1900 e 1959.**

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.  
Org.: Scherer, F. B.

As primeiras delimitações para a formação do atual município de São Sepé<sup>26</sup> foram o 7º Distrito de São Rafael e o 8º Distrito de Formigueiro, os quais pertenciam

<sup>26</sup> O nome São Sepé denominado ao município e ao rio afluente do Rio Vacacaí é decorrente de duas versões (Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho, 2002). A primeira versão é de crença popular em homenagem ao índio Sepé Tiaraju, que nasceu, viveu e combateu nos Setes Povos das Missões e lutando morreu em terras que hoje pertencem ao município de São Gabriel. Porto (1938 apud Kraemer, 1982, p.4) afirma “Velha lenda recolhida em vários lugares e entre remanescentes de índios missioneiros, diz que o local em que hoje assenta a Vila de São Sepé era ocupado em era muito remota por uma taba de índios guaranis de que seria cacique Tiaraju”. O índio Sepé Tiaraju se destacava pela sua capacidade de bravura e de combate. Segundo Kraemer (1982), o nome Sepé é provavelmente proveniente de José ao ser batizado pelos jesuítas, porém conservaram o apelido de Tiaraju. Sua morte foi às margens do rio Vacacaí em combate da demarcação dos limites

ao município de Cachoeira (figura 10) até o ano de 1827. O primeiro distrito São Rafael, localizava-se entre a margem esquerda do Rio Santa Bárbara e Vacacaí Grande e na margem direita do Rio São Sepé. O segundo distrito, Formigueiro, entre o Vacacaí Grande e ao Arroio Sepé, até a localidade de Boqueirão.

O município de Cachoeira, em 1833, suprime o 8º distrito de Formigueiro, conservando apenas 7º distrito, São Rafael. Ao mesmo tempo em que acontecem tais alterações, outra área (atual município de Caçapava do Sul) foi incorporada a de Cachoeira do Sul (Kraemer, 1982), desta forma, ampliando os domínios daquele município.

Em apenas 20 anos, no dia sete de dezembro de 1850, foi elevada à condição de freguesia, com a denominação de Freguesia de São Sepé, pela Lei Provincial nº 201 (Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho, 2002).

A mudança da denominação de distrito à condição de município de São Sepé, somente ocorreu em 29 abril de 1876, no governo do presidente da província, Conselheiro Alencar Araripe, através da lei provincial nº 1029. Para a formação do novo município sepeense, foram incorporadas áreas dos municípios de Cachoeira e Caçapava do Sul. Mas somente após a sua emancipação<sup>27</sup>, o município delimitou três distritos, a saber: Vila, Cerrito do Ouro e Formigueiro ou Santa Bárbara.

Durante os séculos XIX e XX Motta (1988) menciona ser a expansão do crescimento de São Sepé motivada pela abolição da escravatura, pela divisão dos antigos latifúndios e pelo cercamento das terras.

O núcleo urbano original é hoje a área compreendida entre a Rua Humaitá, ao Norte, e Rua Coronel Chananeco, ao Sul; arroio da Bica a Leste; e a Oeste por outro arroio, paralelo a Rua Riachuelo (Motta, 1988).

A abertura de estrada de rodagem por volta de 1890 (RS-149), até a Estação Ferroviária de Restinga Seca, processou novo impulso para o município de São

---

entre Espanha e Portugal. Os religiosos na época diziam que o céu seria ganho a quem lutasse em defesa das Reduções Cristã contra os exploradores. A lenda de Sepé Tiaraju advém do que os religiosos pregavam na época e assim passou a ser chamado de São Sepé, tornando - se o símbolo do sentimento indígena.

A segunda versão baseia-se em documentos históricos, em que a denominação São Sepé teve origem em estância missioneira denominada San Sepé.

<sup>27</sup> A Câmara de Vereadores do então município criado realizou eleições em 15 de fevereiro de 1877. A solenidade de instalação do município ocorreu em 15 de março de 1877 por Pedro Antônio Medeiros, presidente da Câmara de Vereadores da Vila de Caçapava (Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho, 2002; Kraemer, 1982). Nota-se que a solenidade de instalação foi quase um ano depois da emancipação.

Sepé. Nesta época, tornou-se uma das rodovias<sup>28</sup> com maior movimento no município, até a década de 1940. A partir desta década, ocorreu a abertura da estrada BR-392, que liga São Sepé a Santa Maria, entre 1942-43 (Motta, 1988). Este fato contribuiu muito para a diminuição do tráfego ferroviário - Estação Ferroviária de Restinga Seca.

Quanto ao desenvolvimento das comunicações, o sepeense Antão Faria, ministro da Aviação do Governo Federal, ordena a construção do ramal telegráfico, com ligação para Caçapava do Sul, Canguçu e Pelotas. A imprensa escrita somente se desenvolve em meados da década de 1920, com o surgimento do jornal Gazeta Sepeense (Motta, 1988).

O espaço que hoje se apresenta deve-se as contradições, lutas e embates ocorridos em tempos pretéritos. Deve-se também as características paisagísticas dominantes, cujas populações encontravam-se dependentes delas para a realização de seus domínios e colonização. Como não poderia deixar de ser, contempla-se um pouco dessa temática a seguir.

### **3.2 O Espaço geográfico de São Sepé – RS**

As dinâmicas existentes na cidade de São Sepé, assim como nas pequenas cidades, manifestam-se pela estrutura urbana de baixa complexidade, pelas funções com intermediação comercial primária, pelo baixo nível de urbanização e pela estrutura política marcada pelas elites locais. A estrutura de poder, atrelada à propriedade da terra, transfere para tais cidades apenas bens e serviços simples, dentro do complexo mercado econômico local.

As conquistas e lutas estratégicas pela terra sul rio-grandense, e delas a formação do município de São Sepé, refletem-se nos limites atuais, nas sociedades locais, as quais sempre estiveram em consonância com as políticas dos governos locais.

---

<sup>28</sup> O automóvel surge pela primeira vez em São Sepé adquiridos por Camerino Correa, ex-prefeito, por volta de 1914-15 (Motta, 1988).

Na atualidade, seus limites políticos territoriais estão assim configurados: limita-se ao norte com os municípios de Santa Maria, Formigueiro<sup>29</sup> e Restinga Seca; ao sul, com os municípios de Lavras do Sul e Caçapava do Sul; a leste, com o município de Cachoeira do Sul e a oeste, com São Gabriel e Vila Nova do Sul<sup>30</sup>. Atualmente, o município é subdividido em cinco distritos: São Sepé ou sede (1º distrito); Cerrito do Ouro (2º distrito); Jazidas<sup>31</sup> (3º distrito); Vila Block (4º distrito) e Tupanci (5º distrito).

O quadro geomorfológico no qual São Sepé está localizado corresponde às bordas do escudo sul rio-grandense, permeando, em grande parte pela, depressão periférica. Este fato tem significativa relevância, pois os colonizadores portugueses penetraram inicialmente terras planas ou em terras de planície, visto a facilidade de percorrê-las. Este fato foi relevante para a ocupação e povoamento da região.

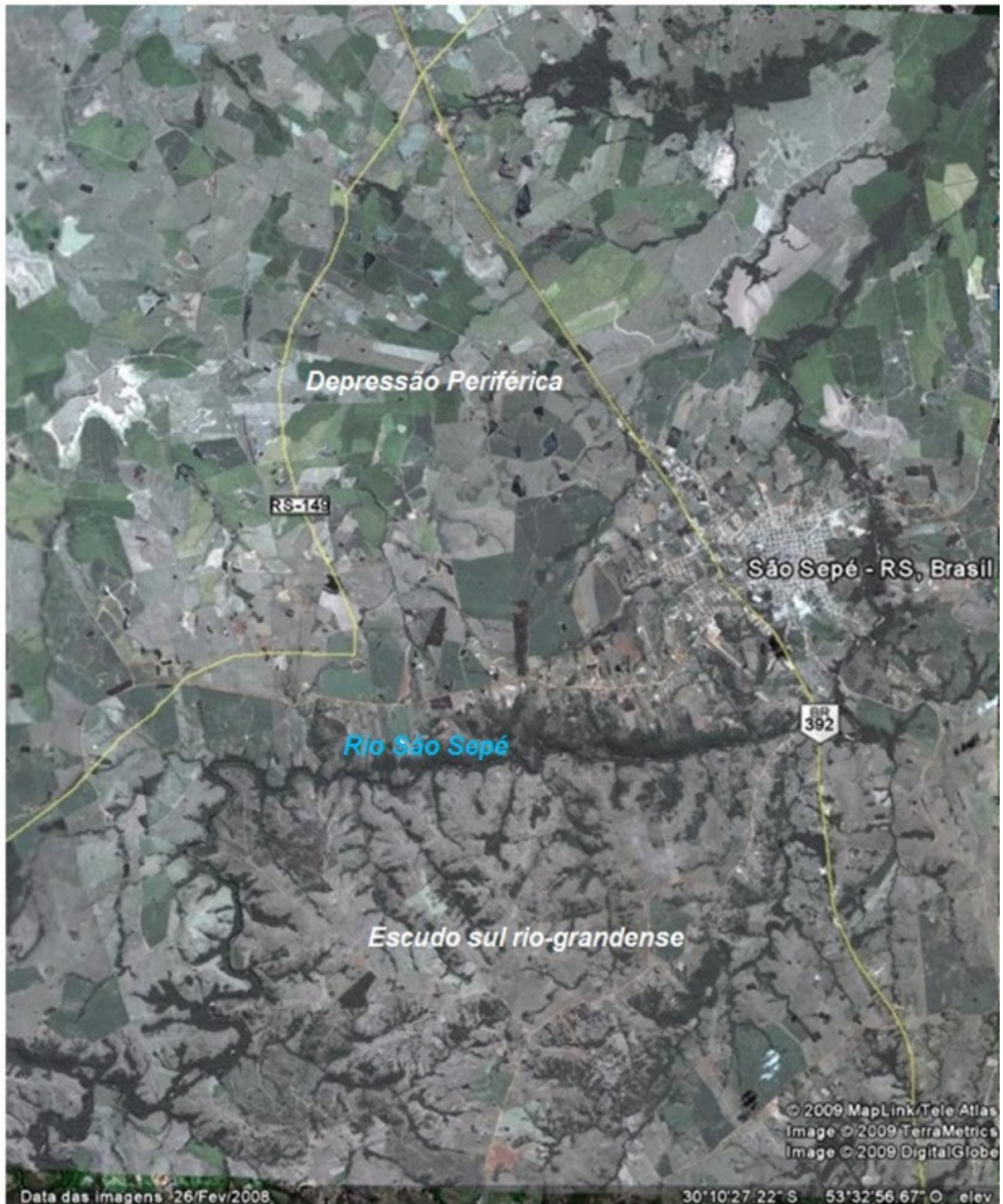
O relevo compõe-se de coxilhas suavemente onduladas, de topo arredondado nas partes do Escudo sul rio-grandense. As áreas mais baixas correspondem a Depressão Periférica, com grande quantidade de várzeas, as quais são propícias para a rizicultura. No sítio urbano, não apresenta altitude superior a 175 metros acima do nível do mar.

---

<sup>29</sup> Esse município emancipou-se de São Sepé no ano de 1963. Segundo Kraemer (1982, p. 7) o nome Formigueiro foi dado por “Um dos engenheiros que fazia parte de uma comissão que transitava por ali, ao parar para descansar da viagem, observando a existência de numerosas casa próxima uma das outras e o incessante transitar de carretas rumando à fronteira falou: Isso aqui é um formigueiro”.

<sup>30</sup> Esse município emancipou-se de São Sepé no ano de 1992. Houve uma parte da área cedida pelo município de São Gabriel.

<sup>31</sup> O distrito de Jazidas também é conhecido como Terceiro.



**Figura 11 – Imagem de Satélite de São Sepé, RS – 2009**

Fonte: Google Earth (2009).

Org.: Scherer, F. B.

A composição geológica é basicamente formada por rochas cristalinas de granulação grosseira, pedregosa e com formas onduladas (Kurtz, 1989). A transição do Escudo sul rio-grandense para a Depressão Periférica é perfeitamente

observada, pois, no Escudo, as estruturas fundiárias predominantes são as pequenas propriedades, nas quais se desenvolve a policultura; em relação a Depressão Periférica, predominam as propriedades médias e grandes, abrangendo áreas com lavouras de arroz e soja.

### **3.3 Bases Socioeconômicas do município de São Sepé**

A economia do município de São Sepé sempre esteve baseada no setor agrícola. Os demais setores da economia, especialmente o comercial, estão intimamente ligados ao desenvolvimento do setor agrícola.

O setor industrial tem pouco destaque, visto as dificuldades de atrair ou mesmo criar novas indústrias para o município. A maior indústria de beneficiamento de arroz do município é a COTRISEL, responsável por grande parte da produção, geração de empregos e impostos para o município de São Sepé. A importância da COTRISEL se reveste diante de sua expansão além fronteiras municipais e diante de seu sistema cooperativo. O município conta também com a Arrozeira Sepeense, beneficiadora de arroz, exportando para outros estados da federação brasileira, que traz divisas ao município e, cujo desenvolvimento, permitiu expandir-se para outros municípios do Estado. São Sepé conta ainda com mais duas empresas beneficiadoras de arroz, a Cerealista Sepeense e o Engenho do Calixtro, porém são de pequeno porte em relação à COTRISEL e Arrozeira Sepeense. Em 2007, 19 700 hectares foram destinados ao plantio do arroz, tal fator corrobora para o fortalecimento destas empresas (Tabela 4).

As lavouras de arroz juntamente com as de soja são as culturas comerciais com maior área plantada (Tabela 4). O processamento da soja não ocorre no município. Algumas empresas apenas recebem e vendem o produto *in natura* para outras partes do Brasil ou exportam através do Porto de Rio Grande. Em pequenas propriedades, a agricultura familiar desenvolve culturas de subsistência como, por exemplo, milho, feijão, mandioca.



**Tabela 4 – RS: São Sepé - Principais Lavouras temporárias das principais culturas, área plantada (ha) de 2001 a 2007.**

Lavoura Temporária	Área plantada (hectare)						
	Ano						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Arroz (em casca)	19 700	19 700	19 700	19 700	18 280	19 700	19 700
Milho	3 700	3 700	3 700	3 500	3 700	3 700	3 500
Soja	9 000	17 000	30 000	37 500	37 500	31 000	24 000
Trigo	1 400	1 400	2 900	2 900	1 700	2 000	5 000
<b>Total</b>	<b>33 800</b>	<b>41 800</b>	<b>56 300</b>	<b>63 600</b>	<b>61 180</b>	<b>56 400</b>	<b>52 200</b>

Fonte: IBGE/SIDRA  
Org.: SCHERER, F. B.

Conforme a Tabela 4, a terceira maior área plantada corresponde a lavoura de milho, cujo produto tem sido utilizado para subsistência e para alimento da atividade pecuarista. Por outro lado, as lavouras de trigo têm, nos últimos anos, apresentado uma redução das áreas plantadas. Isso decorre da falta de incentivos para o seu plantio, do aumento da área cultivada pela lavoura da soja, da concorrência com os países do MERCOSUL e das pragas que atacam esta cultura. Surpreendentemente, no ano de 2007, obteve-se aumento expressivo da área da plantada do trigo, com um crescimento de 150%. Se comparado ao ano de 2006, tal fato foi motivado pelo aumento do valor do produto no mercado nacional e internacional.

O setor comercial mostra-se vinculado e impulsionado pelo setor agrícola. Alguns estabelecimentos comerciais estão associados a Câmara de Dirigentes Lojistas de São Sepé (CDL), a qual tem papel regulador na defesa dos interesses do setor. A Tabela 5 mostra o número e a porcentagem de filiados, totalizando 144 estabelecimentos. Desses, a maior concentração está no ramo de bens de consumo não-duráveis (46,5%). As prestadoras de serviços representam 29,2% dos filiados, ocupando ainda uma posição de destaque. Já os estabelecimentos cujo ramo é o de bens de consumo duráveis totalizam 21,5%, ocupando posição importante junto àquela câmara.

**Tabela 5 – RS: São Sepé - número e porcentagem de estabelecimentos Industrial, bens de consumo duráveis e não duráveis, prestadora de serviços filiados ao CDL - 2007**

<b>Estabelecimentos</b>	<b>Nº de filiados</b>	<b>% de filiados</b>
Indústria	1	0,7
Bens de Consumo Duráveis	31	21,5
Prestadoras de Serviços	42	29,2
Bens de Consumo Não-Duráveis	67	46,5
Sem definição	3	2,1
Total	144	100

Fonte: Câmara de Dirigentes Lojistas (2007).  
Org.: SCHERER, F. B.

Observa-se que alguns estabelecimentos industriais em São Sepé optaram por não se filiar ao CDL. É o caso do setor industrial, com apenas um estabelecimento filiado (Tabela 5).

A circulação de capital se estabelece a partir deste circuito entre a economia rural, o comércio e o setor público, conforme se destaca a seguir.

### **3.4 Sistema financeiro e bancário em São Sepé**

O sistema bancário se configura como forma de circulação do capital no atual momento do capitalismo. Os bancos estão neste bojo do sistema bancário, cada vez mais presentes nas pequenas cidades.

O número de agências bancárias instaladas nos municípios da microrregião geográfica de Santa Maria não é homogêneo (Tabela 6). O número de população não é o único fator para instalação de uma agência e, sim, há outros fatores, como operações de crédito e poupança. Também nesse complexo sistema financeiro, o número de agências bancárias não implica necessariamente em maior valor de movimentação financeira, operações de crédito, depósitos à vista e prazo e poupança, como se observa na Tabela 6.



A economia sepeense absorve e desenvolve a partir de quatro agências bancárias: Banco do Brasil<sup>32</sup> (BB), Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e Caixa Econômica Federal (CEF). Além disso, está presente uma Cooperativa de Crédito denominada SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo). Estas agências localizam-se no bairro Centro, próximas da Praça Central Nossa Senhora das Mercês.

As movimentações financeiras de São Sepé somam mais de 61 milhões, porém São Pedro do Sul apresenta maior movimentação, ultrapassando 74 milhões (Tabela 6), mesmo com menor número de agências bancárias e população. Esse tipo de acontecimento também ocorre em outros municípios da microrregião, como em Nova Esperança do Sul e Mata.

A poupança, em 2007, apresentou valor superior 25 milhões de reais, com operações de crédito de aproximadamente 61 milhões, havendo crescimento em relação ao ano anterior quanto à poupança e às operações de créditos, em São Sepé. Os valores são pouco significativos quando comparados a outras cidades da mesma microrregião geográfica (Tabela 6).

A partir da Tabela 6, constatam-se quatro municípios em que não há dados sobre as instituições financeiras e suas movimentações, como no caso do município de Itaara. Provavelmente, eles dependem dos serviços bancários de outros municípios próximos.

Santa Maria, por ser uma cidade média e regional ao mesmo tempo, apresenta as maiores quantidades de agências, com a presença de 26 estabelecimentos bancários. A presença militar e da Universidade Federal de Santa Maria são alavancas para o desenvolvimento da cidade e de movimentação do setor financeiro.

---

<sup>32</sup>A instalação do Banco do Brasil em São Sepé ocorre quando uma comissão em que a COTRISEL, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Associação Comercial e demais segmentos viajaram ao Rio de Janeiro no ano de 1960 para pedido de apoio a essa instalação (Ceconello, 2007). Após um ano, ocorre a instalação da agência no município. Anteriormente, a população sepeense precisava se deslocar até a cidade de Santa Maria para utilizar os serviços bancários. Foi um marco para o município a vinda do Banco do Brasil, facilitando os financiamentos, principalmente para o setor agrícola. Certamente, esta organização criada no município de São Sepé foi decisiva para a sua instalação, pois o município de Caçapava do Sul, mais populoso e maior em área não foi privilegiado com a instalação do Banco do Brasil.

**Tabela 6 – RS: Movimentações Financeiras na Microrregião Geográfica de Santa Maria - 2007**

Municípios	Pop. total em 2007 (estimativa)	Nº de agência bancaria	Operações de Crédito	Depósito a vista- gov.	Depósito a vista- privado	Poupança
Santa Maria	263.403	26	866.616.941,79	2.830.876,66	166.947.523,71	550.181.391,02
São Sepé	23.787	4	61.315.709,11	619.917,59	6.454.015,55	25.403.781,93
São Pedro do Sul	16.613	3	74.204.506,68	1.442.617,28	5.624.494,32	30.476.464,13
Jaguari	11.626	3	47.579.429,83	178.904,98	2.820.020,41	22.305.291,64
Cacequi	13.629	2	23.353.894,74	60.560,51	2.625.967,32	6.823.344,17
São Vicente do Sul	8.361	2	18.086.740,47	1.423.749,00	2.163.534,91	4.611.748,75
N. Esperança do Sul	4.775	2	7.591.906,78	208.411,01	1.749.193,51	1.930.048,29
Mata	5.291	1	18.206.857,45	59.605,08	928.812,47	3.118.669,07
Vila Nova do Sul	4.255	1	6.666.467,55	73.817,17	566.592,97	1.329.589,44
Dilermando de Aguiar	3.129	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
Itaara	4.633	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
S. Martinho da Serra	3.409	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
Toropi	3.070	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
<b>TOTAL</b>	<b>365.981</b>	<b>44</b>	<b>1.189.233.732,74</b>	<b>6.898.249,28</b>	<b>189.880.155,20</b>	<b>646.180.328,40</b>

N/I - Não informado

Fonte: IBGE/@CIDADES

Org.: SCHERER, F. B.

Os depósitos do governo à vista apresentam valores baixos em São Sepé, se comparados com outros municípios (São Pedro do Sul e São Vicente do Sul) da microrregião com menor população. O maior valor de depósitos do governo, à vista, ocorre em Santa Maria, visto seu papel de cidade média e regional, ao mesmo tempo com a presença de vários órgãos públicos (Tabela 6).

Os depósitos privados à vista, em São Sepé são maiores em relação aos depósitos do governo à vista. Um dos fatores para o elevado valor deste tipo de depósito é a presença da COTRISEL no município. Estranhamente, Santa Maria apresenta menores depósitos privados à vista, em relação aos depósitos do governo à vista (Tabela 6).

#### 4.1.2 Circuito Econômico em São Sepé

O circuito econômico de algumas cidades estão estritamente ligado com suas atividades agroindustriais. A partir de um circuito econômico, o capital circula segundo a conformação do comando dos agentes dominantes globais e locais. Dessa forma, os agentes locais são importantes para a reprodução das dinâmicas e fluxos mundiais. São Sepé expressa essa reprodução com a manutenção de velhos atores no seu comando.

Os impostos são gerados a partir da sociedade, nas suas atividades financeiras, econômicas e de serviços. São importantes para geração e manutenção de serviços e investimentos para a população.

O município de São Sepé, como parte do Rio Grande do Sul, tem o seu Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) vinculado a esse Estado, retornando ao município de acordo com sua arrecadação e outros critérios estabelecidos<sup>33</sup>.

As alíquotas do ICMS variam entre os estados e de acordo com a mercadoria e serviços. Para muitos municípios, o ICMS é uma das principais receitas da Prefeitura junto com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), esta última receita é repassada pela União (Governo Federal).

A participação na geração de impostos do setor primário nas atividades econômicas, de participação animal e vegetal, se expressa em São Sepé representando mais de 50% no valor adicionado de ICMS. Mesmo com a diminuição nessa atividade econômica no ano de 2005, devido ao período de estiagem, no ano de 2006 já houve aumento novamente nesse setor. A participação dessa atividade econômica aumentou 5% de 2005 para 2006, passando de 51% para 56%. Em 2007, continuou crescendo essa atividade econômica, com quase 59% da participação no município. O valor adicionado foi recorde, chegando a mais de 115 milhões de reais se comparado com o ano de 2004 (Tabela 7). Neste setor, estão as duas maiores empresas em termos de arrecadação do ICMS de São Sepé: COTRISEL e Arrozeira Sepeense.

As indústrias se revelam como setor importante, embora com menor representação em relação à participação animal e vegetal. É interessante destacar que a indústria de beneficiamento utiliza a produção primária, visto a grande área de arroz (Tabela 7) plantada no município e vizinhos. Quando houve queda de valor adicionado no setor primário, conseqüentemente a queda ocorreu nesta atividade econômica. A Tabela 7 mostra essa indústria de beneficiamento representando aproximadamente 13% de arrecadação de ICMS, com aumento de arrecadação de

---

<sup>33</sup> Segundo o Site da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ), o Estado é obrigado a repassar 25% do ICMS aos municípios, conforme determina a Constituição Federal. Assim, a SEFAZ calcula o índice de participação de cada município a partir das seguintes variáveis e pesos: 75% valor adicionado, 7% área, 7% população, 5% número de propriedades rurais, 3,5% produtividade primária, 1% inverso da taxa de evasão escolar, 1% inverso do coeficiente de mortalidade infantil e 0,5% pontuação no Programa Parceria. Porto Alegre é o município com maior retorno de ICMS.

2005 para 2006, apontando para crescimento da área plantada de arroz nesse período.

A indústria extrativa mineral sofreu redução de 208 184,57 reais para 196 785,70 (2004 para 2005). Em 2006, retoma-se o crescimento dessa atividade econômica. O crescimento continuou em 2007, porém a participação no município ainda é pouco significativa, com apenas 0,14%. No interior do município, a extração dos paralelepípedos para o calçamento de ruas e base para alicerces de casas, é o principal impulsionador deste tipo de indústria. Os trabalhadores desta atividade econômica têm enfrentado alguns problemas referentes às licenças ambientais para extração mineral.

A indústria de transformação cresceu no período de 2004 a 2006, com pequena redução em 2007. Sua participação no município também apresentou queda neste mesmo ano, passando de 3,23% para 2,68%. Foi uma das atividades econômicas não afetadas pela estiagem de 2004. Registrou crescimento de mais de 50% para o ano de 2005. Sua geração de impostos está atrelada principalmente a indústria de parafinas, localizada no distrito industrial de São Sepé, que exporta tanto para o mercado nacional e internacional.

Com base na Tabela 7, a indústria de montagem sofreu queda em quase 50%, de 2004 para 2005, no seu valor adicionado, efeito da redução nas atividades ligadas ao campo. A partir de 2006, retoma seu crescimento atingindo mais de 17 mil, porém em 2007 não atinge o valor de 2004. Sua participação no município cresceu discretamente de 0,01% em 2005 para 0,03% em 2006, mantendo-se estável em 2007. Esse tipo de atividade econômica se destaca por algumas indústrias moveleiras de pequeno porte localizadas no distrito industrial de São Sepé.

**Tabela 7 – RS: São Sepé - Valor adicionado por atividade econômica e percentual de 2004 a 2006.**

Atividade Econômica	Valor Adicionado 2004	Valor Adicionado 2005	Valor Adicionado 2006	Valor Adicionado 2007	%Participação no Município		
					2005	2006	2007
Participação e Extração Animal e Vegetal	106 043 734,01	77 720 405,91	93 745 110,64	115 416 965,20	51,38	56,22	58,95
Ind. de Beneficiamento	28 073 943,80	15 669 774,54	21 785 256,66	27 446 569,59	10,36	13,06	14,02
Comércio Varejista	20 742 552,22	23 493 931,81	23 771 075,60	25 176 146,76	15,53	14,25	12,86
Serviços e Outros	19 736 006,53	22 605 300,25	13 855 478,30	13 839 350,51	14,94	8,31	7,07
Ind. de Transformação	2 303 775,90	4 784 795,77	5 387 033,79	5 258 395,57	3,16	3,23	2,68
Comércio Atacadista	841 094,20	6 791 682,30	7 920 054,95	8 316 617,01	4,47	4,78	4,25
Ind. Extrativa Mineral	208 184,57	196 785,70	215 067,10	264 827,07	0,13	0,12	0,14
Ind. de Montagem	72 448,68	17 534,68	41 787,33	58 540,15	0,01	0,03	0,03
Ind. Recondicionamento e Acondicionamento	0,00	0,00	2 379,20	3 705,34	0,00	0,00	0,00
Valor Adicionado do Município	178 021 739,91	151 250 210,96	166 723 243,57	195 781 117,20	100,00	100,00	100,00
Partic. Munic. no RS	0,184452	0,154398	0,156867	0,162832			

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ, SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR DE ICMS/ TRABALHO DE CAMPO (2007-2008).  
Org.: SCHERER, F. B.

A indústria de acondicionamento e recondicionamento não tinha participação até 2005. A partir de 2006, começa a se desenvolver embora de forma inexpressiva em relação às demais atividades econômicas, com apenas 2 379,20 reais, e cresce em 2007, atingindo 3.705,34. Sua participação no município ainda é zero, pelo baixo valor se comparados com as outras atividades (Tabela 7).

Conforme a Tabela 7, o comércio varejista ocupa o terceiro lugar, ficando atrás da atividade econômica de extração animal e vegetal e da indústria de beneficiamento. Esta atividade econômica esteve em ritmo de crescimento no período analisado. Mesmo com queda em outras atividades econômicas, não influenciou o varejo. Contudo, a participação no município declinou, pelo maior crescimento das outras atividades econômicas no mesmo período.

O comércio atacadista teve grande salto de 2004 para 2005. Após esse período, continuou crescendo em menor velocidade. Mesmo com esse grande salto, sua participação no município esteve estável, em torno de 4% (Tabela 7). O atacado em São Sepé passou a ser expressivo a partir desse crescimento significativo ocorrido em 2005.

A atividade econômica baseada nos serviços e outros mostraram crescimento de 2004 para 2005, porém, a partir de 2006, registrou quedas consecutivas. Essas quedas são resultantes da crise gerada pela estiagem de 2005, refletida sobre esta atividade econômica. Sua participação no município decresceu a partir de 2006 (Tabela 7). Assim, os serviços e outros foram os principais atingidos pela queda na atividade econômica de participação e extração animal e vegetal.

### **3.5 A estrutura da população residente**

Com base nos dados da FEE-RS (2007), o município de São Sepé possui uma área de 2 188,8 Km<sup>2</sup> (2006), com uma densidade demográfica de 11,6 hab/km<sup>2</sup> (2006). Quanto aos dados sociais disponíveis, destacam-se a mortalidade infantil com 17,1 por mil, a taxa de analfabetismo de 10,12% (2000) e a expectativa de vida, ao nascer, de 71,53 anos (2000). Esses dados sociais revelam uma preocupação,

principalmente da taxa de mortalidade infantil e analfabetismo, sendo consideradas bastantes altas se comparadas com a média do estado do Rio Grande do Sul.

Conforme a Tabela 8, pode-se observar que, entre 1970 e 1991, houve um crescimento da população urbana e um decréscimo da população rural. A população total reduziu de 1991 para 2000, pela emancipação do então distrito de Vila Nova e, após se, tornou o município de Vila Nova do Sul. O município tem mais de 70% de população urbana e apenas 30% de população rural. A FEE-RS (2007) estimou que a população total do município de São Sepé, no ano de 2006, foi de 25 446 habitantes, com uma população urbana de 20 794 habitantes e uma população rural de 4 629 habitantes.

**Tabela 8 – RS: População residente no município de São Sepé, de 1970 a 2000.**

Situação	Ano					
	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Total	25 291	31 999	26 674	26 866	28 075	24 621
Urbana	2 666	-	8 621	11 906	19 195	18 926
Rural	22 625	-	18 053	14 960	8 880	5 695

Fonte: IBGE – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org.: SCHERER, F. B.

A população distribuída entre os distritos de São Sepé revelou-se de modo desigual. Na sede de São Sepé (1º distrito) concentra-se a população no urbano, porém encontramos 775 habitantes com domicílio rural (Tabela 9). A concentração comercial e industrial localiza-se nesse distrito. Estes habitantes podem ser atribuídos as “chácaras” próximas ao centro e bairros. A sede sempre concentrou, desde o ano de 1950, maior parte da população. Ao mesmo tempo, houve aumento significativo da população urbana e diminuição da população rural, como se observar na Tabela 9. No distrito de Vila Block ocorre o mesmo fenômeno da sede, ou seja, a população urbana é superior à população rural.

A localização do distrito Vila Block permite haver concentração da população urbana, fato atribuído ao melhor acesso, e à grande circulação de veículos, em decorrência da rodovia federal que a aproxima do município de Santa Maria. Ainda assim, há população rural expressiva com 374 habitantes (Tabela 9), destacando a lavoura do arroz como principal cultura propiciada pela presença de diversos rios que cortam o município, como o Rio Vacacaí.

A população rural se concentra nos distritos de Cerrito de Ouro, Jazidas e Tupanci, no ano de 2000. Nesses distritos, a atividade econômica predominante é a agricultura e a pecuária. A população urbana destes distritos é muito pequena se comparada à população rural, localizando-se na sede dos respectivos distritos. No distrito de Cerrito do Ouro houve crescimento da população de 1991 para 2000, contudo em Jazidas ocorreu diminuição de população no mesmo período (Tabela 9).

Esse capítulo foi o ponto de partida sobre São Sepé, explorando alguns aspectos pertinentes a temática do trabalho. No capítulo 4 serão abordados os papéis urbanos e os equipamentos urbanos da cidade de São Sepé. Para tanto, se faz necessário investigar a COTRISEL nos seus papéis exercidos sobre o urbano.



**Tabela 9 – RS: População residente por domicílio nos distritos de São Sepé, de 1950 a 2000.**

Distritos	1950			1960			1970			1980			1991			2000		
	urbana	rural	total	urb	rural	total	urbana	rural	total	urb	rural	total	urbana	rural	total	Urbana	Rural	Total
SãoSepé (sede)	2 359	14 776	17 135	-	-	-	7 609	12 367	19 976	-	-	-	17 148	463	17 611	18 185	775	18 960
Cerrito do Ouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	1 364	1 392	28	1 648	1 676
Jazidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87	2 153	2 240	57	1 681	1 738
Tupanci	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	1 217	1 224
Vila Block	-	-	-	-	-	-	694	1 173	1 867	-	-	-	629	1 916	2 545	649	374	1 023
Vila Nova	-	-	-	-	-	-	300	4 531	4 831	-	-	-	1 303	2 984	4 287	-	-	-
Formigueiro	307	7 849	8 156	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2 666</b>	<b>22 625</b>	<b>25 291</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31 999</b>	<b>8 603</b>	<b>18 071</b>	<b>26 674</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26 866</b>	<b>19 195</b>	<b>8 880</b>	<b>28 075</b>	<b>18 926</b>	<b>5 695</b>	<b>24 621</b>

Fonte: IBGE/CENSO (1950, 1960, 1970, 1991, 2000).

Org.: SCHERER, F. B.

## **CAPÍTULO 4 – PAPÉIS URBANOS E USO DO SOLO URBANO DE SÃO SEPÉ**

*“(…) Bem pertinho, do coração  
Do Rio Grande, vivo em ti  
Amado São Sepé  
Recebi no calor do teu abraço  
Tanto afeto pra viver de amor e fé (...)”  
(Fragmento do Hino de São Sepé)*

Os papéis urbanos e o uso do solo urbano das pequenas cidades são importantes, pois revelam como estas se compõem às dinâmicas locais, regionais e até globais. Estas dinâmicas, por sua vez, permitem a compreensão da complexidade da rede urbana.

Ao pensar sobre os papéis urbanos, considerou-se as funções que a cidade exerce tanto local como regionalmente e, para entender tal processo, verificou-se como a cidade se organiza quanto ao uso do solo urbano para poder exercer as funções que se propõe. Nesse sentido, as atenções se voltaram para as atividades desenvolvidas pelo agronegócio, tendo a cooperativa o papel de organizar e consolidar a organização que, a partir do poder público, gerencia o uso do solo urbano especialmente na distribuição dos equipamentos no tecido urbano.

### **4.1 Diversificação dos papéis da COTRISEL no perímetro urbano sepeense**

A Cooperativa Tritícola Sepeense Ltda (COTRISEL) (Figura 12) surge em decorrência da criação da Associação Tritícola Sepeense, no ano de 1956, para defender os interesses dos produtores de trigo de São Sepé, naquela época. Em 1957, a Prefeitura Municipal, com aprovação da Câmara de Vereadores, doa terreno com 2 hectares (ha), sendo que nos anos seguintes, a cooperativa amplia suas instalações adquirindo áreas vizinhas ao terreno.

A cooperativa surge em um momento em que o trigo era considerado o “cereal rei”. Os produtores resolveram unir-se com o objetivo de organizar sua comercialização e buscar melhores preços. Essa iniciativa foi necessária para combater as dificuldades existentes, especialmente em relação ao trigo, culminando com a fundação desta cooperativa.



**Figura 12 – Sede das instalações da COTRISEL em São Sepé, RS – 2009**

Fonte: [www.cotrisel.com.br](http://www.cotrisel.com.br)

Org.:SCHERER, F. B.

As atividades iniciaram em 1957 com a construção de um armazém para depósito e secagem do trigo. Anteriormente, os produtores de São Sepé escoavam sua produção para outros municípios como Santa Maria, São Gabriel e Cachoeira do Sul.

Em 1960, a COTRISEL comprou um engenho e passou a beneficiar o arroz, vendendo sem marca fantasia própria, para atacadistas do Estado de São Paulo, graças aos depósitos de arroz no engenho da COTRISEL, efetuados pelos seus produtores associados à cooperativa (Ceconello, 2007). Segundo esse mesmo autor

(2007, p. 23) “(...) ainda na primeira metade da década de 1960, a cooperativa abriu suas portas para a soja, cultura que ganhou extrema importância a partir de 1965”.

Diante das mudanças ocorridas nas políticas agrícolas do Estado, desencadeou-se um processo de redução das áreas de plantio de trigo, as quais foram substituídas pelas culturas orizícola e de soja, que se fortaleceram com a expansão da área plantada.

A COTRISEL, impulsionada por incentivos do governo federal, cresceu expressivamente no final da década de 1970. Isso se deveu as diversas linhas de incentivo à agricultura, às cooperativas, ao grupo de pessoas empreendedoras no comando da cooperativa e a filiação de novos associados.

Pressionadas pelas mudanças econômicas (1979), as empresas buscaram estratégias de dominação dos mercados produtores ao expandir suas instalações para outros municípios, como o ocorrido com a referida cooperativa. Assim, para o crescimento das suas atividades e necessidade de expansão de seus negócios, os primeiros municípios com sede da COTRISEL foram Formigueiro e Restinga Seca, estendendo-se posteriormente para Vila Nova do Sul e São Pedro do Sul (Figura 13) (Ceconello, 2007).



**Figura 13 – Mapa de localização geográfica das unidades da COTRISEL - RS**

Fonte: [www.cotrisel.com.br](http://www.cotrisel.com.br) (2008).

Org.: SCHERER, F. B.

As cinco unidades da COTRISEL: São Sepé, Formigueiro, Vila Nova do Sul, Restinga Seca e São Pedro do Sul, estão localizadas na região central do Rio Grande do Sul. Neles foram criados escritórios e, posteriormente, engenhos de beneficiamento do produto. Segundo informações junto a COTRISEL, não há previsão de abertura de novas unidades cooperativistas e sim o fortalecimento das existentes, com ampliação da área construída.

Além da ampliação das zonas de atuação, a COTRISEL ampliou suas atividades em relação ao recebimento, classificação, armazenagem e comercialização de diferentes culturas e produtos, no final da década de 1970. Adquiriu um posto de gasolina próximo a BR 392; construiu um mercado, conhecido como “bodegão”, ao lado de suas instalações; criou estabelecimento para venda de defensivos agrícolas, fertilizantes, corretivos para o solo, sementes, produtos veterinários, rações, entre outros produtos. Além disso, fundou uma estação de rádio para divulgação e controle das informações. Tais ações demonstraram os novos e diversificados investimentos econômicos mudando sua atuação e permitindo acesso aos serviços para atendimento da população local, na cidade de São Sepé. Continuando em busca por expansão a cooperativa, em 1996, adquiriu vários terrenos no distrito industrial e inaugurou fábrica de produção de rações, com marca fantasia própria, para aves, ovinos, bovinos, suínos e eqüinos.

Até 1979, a cooperativa vendia o arroz em parceria com a cooperativa de Itaqui. A partir daí, o arroz beneficiado pela cooperativa passou a ser comercializado com marca da COTRISEL - Sepé e Tiaraju (Ceconello, 2007). No primeiro momento, as vendas se dirigiam para o Estado de São Paulo, perdurando por três anos. A concorrência aumentou e a cooperativa procurou novos mercados nos estados da região Sudeste. A expansão atingiu os mercados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e o arroz da marca Sepé é a marca líder, com 65%, no mercado capixaba. Atualmente, a cooperativa entra no mercado baiano e em algumas regiões do estado de Pernambuco.

O produto que mais se destaca na COTRISEL<sup>34</sup>, não só pelo seu volume de produção, mas pelo seu beneficiamento, é o arroz, responsável por

---

<sup>34</sup> Recentemente, a COTRISEL divulgou o projeto de construção de indústria de produção própria para o arroz parabolizado. O destino do produto será para o Espírito Santo e a região Nordeste. Os recursos financeiros dessa construção serão obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pago no prazo de 12 anos e com juros abaixo de mercado. Essa

aproximadamente 50% do seu faturamento. A Tabela 10 mostra a comercialização das sacas dos produtos arroz em casca, soja e trigo, apontando o arroz como o produto que mais se destacou, desde 2004, na comercialização em sacas em relação aos demais produtos.

**Tabela 10 – COTRISEL - Principais produtos comercializados nas cinco unidades em 2004-2008.**

Produto/sacas	2004	2005	2006	2007	2008
Arroz em casca	2 689 573	2 587 924	3 243 036	3 047 103	3 194 139
Soja	835 899	661 093	800 577	953 005	907 356
Trigo	88 226	20 536	101 272	170 094	138 364

Fonte: [www.cotrisel.com.br](http://www.cotrisel.com.br)

Org.: Scherer, F. B.

O arroz é beneficiado nas cinco unidades da cooperativa. Ele é vendido em locais onde há escritórios e representações, especialmente de vendas, como Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e na região Nordeste.

Devido à concorrência com outras marcas mais consolidadas no mercado gaúcho, o arroz beneficiado somente é vendido em seus supermercados. Em 2006, a venda do arroz *in natura* para São Paulo, via porto de Rio Grande, foi uma exceção frente à grande safra ocorrida naquele ano, pelo excesso do produto no mercado. Tal situação não tem sido prática comum da cooperativa, pois sem o beneficiamento do produto, ele tem menor valor e, conseqüentemente, menos impostos ao município.

Em relação à soja, a empresa não armazena seus grãos, entregues pelos associados da cooperativa. A logística adotada é transportá-los diretamente para o Porto de Rio Grande, onde são armazenados em depósitos alugados.

Outro produto que a cooperativa recebe, além do milho e sorgo, é o feijão, que é embalado e vendido em seus mercados. Quando os estoques de feijão baixam, a COTRISEL compra de outras cooperativas da região, como Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMPAL), localizada no município de Nova Palma.

O funcionamento da cooperativa ocorre com a reunião de núcleos de associados para decidir sobre as ações da COTRISEL, baseado no modelo do cooperativismo. As decisões dos núcleos representam o quadro associativo dos mais de 4 520 associados<sup>35</sup>. Atualmente, a COTRISEL conta 580 funcionários, sendo 415 em São Sepé. Em 2007, iniciou a construção das novas instalações do supermercado da COTRISEL (Figura 13) e com previsão de término no fim do ano de 2008. As dimensões desse investimento perpassam as necessidades da população local, mostrando uma estratégia para tentar absorver o mercado regional.

Nestes mais de 50 anos de fundação, contribuiu para o crescimento e desenvolvimento de São Sepé. Mesmo sendo uma cooperativa agrícola, sua importância vai além desse setor, pela sua atuação em outros setores e municípios. É considerada a maior cooperativa da região central do Rio Grande do Sul e uma das maiores do Estado.



**Figura 14 – Novas instalações do Supermercado da COTRISEL em São Sepé, RS – 2008**

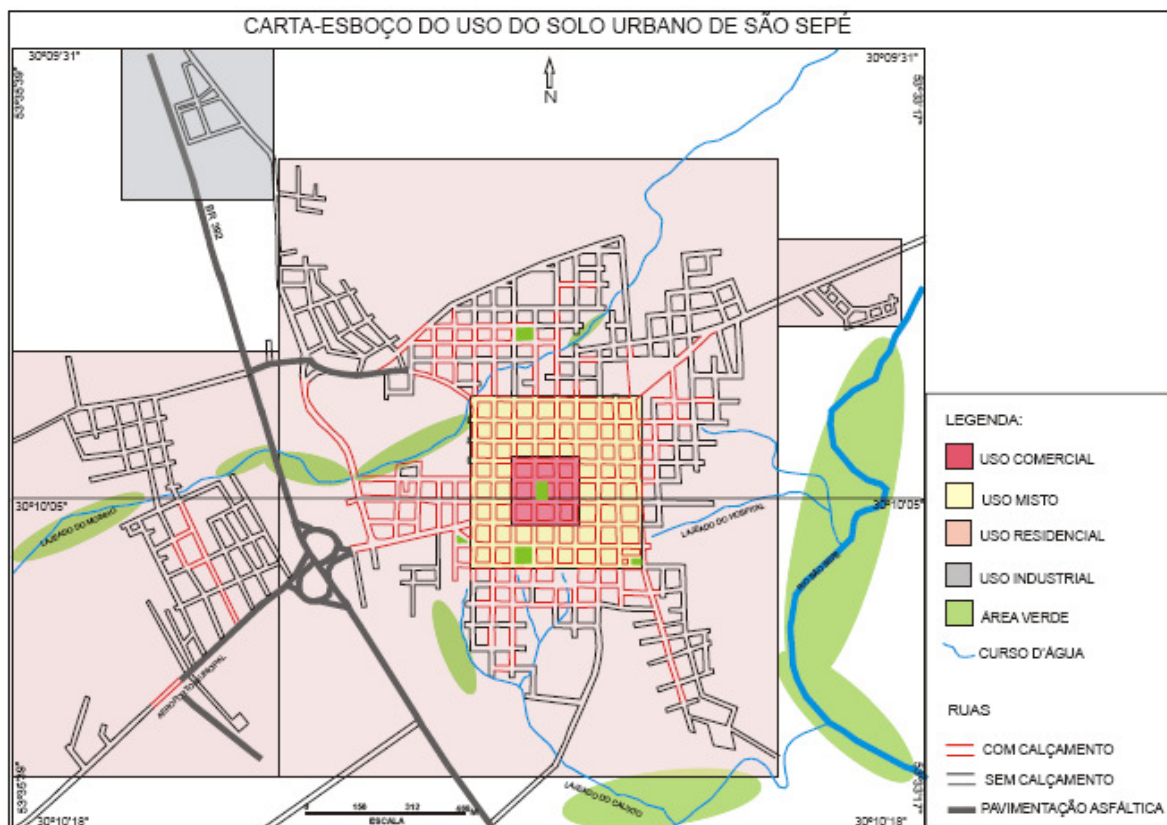
Fonte: Trabalho de Campo (2008).  
Org.: SCHERER, F. B.

---

<sup>35</sup> Conforme o site da COTRISEL, 80% dos associados são pequenos e médios produtores, sendo que a maioria reside nos municípios das unidades.

## 4.2 Uso solo urbano de São Sepé

Retomando questões já discutidas, o solo sepeense ainda retrata as heranças históricas impressas no uso do solo urbano. A Figura 15 mostra a planta do solo urbano de São Sepé<sup>36</sup> em um formato reticular ou xadrez, próprio da colonização portuguesa / espanhola. A área urbana central é o setor mais elevado, daí surgindo e sendo cortada por arroios afluentes<sup>37</sup> do Rio São Sepé. A concentração de uso comercial se dá em torno da praça central. O uso misto (residencial e comercial) é basicamente em torno da concentração de uso comercial. O calçamento das ruas se encontra no bairro Centro e algumas partes dos outros bairros.



**Figura 15 – Carta de Uso do solo urbano de São Sepé, RS -1982**  
 Fonte: SILVEIRA, R. D. (2007).

<sup>36</sup> A prefeitura do município já elaborou novo mapa de uso do solo urbano, mas como este ainda não foi aprovado pelos órgãos competentes, à referida pesquisa baseou-se no mapa oficial do uso do solo urbano datado de 1982.

<sup>37</sup> Silveira (2007) elaborou um mapa de riscos de inundação para área urbana de São Sepé.



O uso do solo urbano de São Sepé (Figura 15) mostra a localização das áreas residenciais, comercial, industrial e ainda aquelas áreas de uso misto e área verde.



**Figura 16 – Imagem de satélite da cidade de São Sepé – 2009**

Fonte: Google Earth  
 Org.: SCHERER, F. B.

Nas últimas décadas, as cidades brasileiras têm incorporado rodovias a sua vida urbana. Elas acabam cortando e fragmentando o tecido urbano. No caso de São Sepé, o processo é o mesmo. Muito lentamente verifica-se a locação de comércio (Posto de gasolina da COTRISEL) e empresas (Correio do Povo) nas proximidades da rodovia BR 392, e na rua Eugenio Simões Pires, que se liga a RS-149, localiza-se a COTRISEL, mas a concentração comercial está circunscrita a praça central (figura 16). O uso industrial tem sido dirigido para a zona industrial de São Sepé.

A Figura 15 representa o perímetro urbano de 1982, entretanto, este sofreu modificações, uma vez que a cidade cresceu, alargando o perímetro urbano. Inúmeros afluentes do Rio São Sepé, percorrem o perímetro da cidade. A expansão do tecido urbano toma a direção norte-sul do núcleo urbano, aproximando-se do arroio Lajeado do Moinho.

### **4.3 Equipamentos Urbanos e Infraestrutura dos Bairros da Cidade São Sepé (RS).**

O perímetro urbano está dividido em 20 bairros<sup>38</sup>, a saber: Centro, Pontes, Kurtz, Isolanda, Tastch, Santo Antônio, Bela Vista, Cristo Rei, Lôndero, Santos, São Francisco, Silveira, Lili, Rosa, Walter, Cooperativa, Schirmer, Zenari, Hípica e Cristovão (Quadro 2).

A partir dos equipamentos urbanos e infraestrutura podemos identificar os bairros com melhores condições para gerar qualidade de vida e também averiguar suas deficiências. O bairro Centro, tradicionalmente, apresenta quase todos os equipamentos urbanos e a melhor infra-estrutura. Nota-se em outros bairros poucos equipamentos urbanos e uma infra-estrutura deficitária, como se vê a seguir.

#### **4.3.1 Capela Mortuária**

Em São Sepé, os serviços da capela mortuária existem em três bairros. Até há pouco tempo, o bairro centro não dispunha desses serviços, e sua instalação ocorreu junto a uma funerária existente.

No bairro Tastch, localiza-se a capela mortuária mais antiga da cidade, na qual podem ocorrer dois velórios ao mesmo tempo, pertencendo a Associação

---

<sup>38</sup> A divisão dos bairros é regulamentada por lei municipal proposta pela Prefeitura Municipal com a aprovação da Câmara de Vereadores. Além disso, deve estar em conformidade com o Plano Diretor da cidade.

Beneficente São Vicente de Paula<sup>39</sup> (Figura 17). No Cemitério Municipal de São Sepé, no bairro Pontes, há um local destinado para pessoas de baixa renda utilizarem este serviço de capela mortuária. Os demais bairros não possuem nenhuma capela mortuária (Quadro 2).



**Figura 17 – Capelas Mortuárias - São Sepé, RS – 2008**

Fonte: Trabalho de Campo (2008).

Org.: Scherer, F. B.

#### 4.3.2 Praças

As praças são espaços de lazer e integração para a comunidade utilizar em vários momentos. O número de praças em São Sepé é mal distribuído entre os bairros (Quadro 2). A maior parte dos bairros não apresenta nenhuma praça. O maior número de praças encontra-se no bairro Centro, onde há quatro (Figura 18). A Praça Nossa Senhora das Mercês é o lugar de maior centralidade na cidade e, próxima a esta praça, estão localizados as agências bancárias e maior concentração de comércio e serviços.

Os bairros Pontes, Londero e Kurtz apresentam apenas uma praça (quadro 2). Estas praças estão em condições inadequadas, pelo grau de destruição e pela ausência de bancos e de árvores. As praças desses bairros estão seguidamente sendo alvos de ataques de vandalismos.

---

<sup>39</sup> A Associação Beneficente São Vicente de Paula é mantenedora do único asilo para pessoas idosas e deficientes em São Sepé como também é proprietário pelas capelas mortuárias São Vicente de Paula.



**Figura 18 – Praças localizadas no bairro Centro - São Sepé, RS - 2008.**

Fonte: Trabalho de campo (2008).

Org.: Scherer, F. B.

#### 4.3.3 Quadras de Esportes Cobertas

Esse tipo de equipamento urbano tem mostrado ser ponto de encontro não só para a prática de esportes, mas, também, espaço de lazer da população local. Observa-se na cidade apenas três quadras de esportes cobertas (Quadro 2) das quais, duas no bairro Centro, uma pertencendo à escola particular e outra ao Ginásio Municipal Neri Bueno Lopes (Figura 19). A Escola Estadual de Educação Básica Francisco Brochado da Rocha, localizada no bairro Santos, é a única escola dos bairros que possibilita a utilização desse tipo de quadra de esportes aos moradores daquele bairro. A ausência desse tipo de equipamento urbano se faz sentir nos demais bairros da cidade. Em decorrência das poucas quadras existentes, é preciso pagar para utilizá-la. Tal realidade mostra a falta de investimentos e de planejamento no que se refere à área esportiva e de lazer, sobretudo no que diz respeito ao seu uso salutar para as práticas das diversas modalidades de esportes e para integração das pessoas da localidade.





**Figura 19 – Quadra de esporte coberta da escola particular - São Sepé, RS – 2008.**

Fonte: Trabalho de campo.  
Org.: SCHERER, F B.

#### 4.3.4 Área Verde

Considerando que áreas verdes são espaços naturais cercados para conservar e preservar as riquezas ecológicas de um local, a cidade de São Sepé não apresenta qualquer área delimitada a partir desses padrões. O que se observa no mapa de zoneamento da cidade é uma zona verde representando apenas um espaço gramado e campo de futebol. Evidencia-se que a população sepeense não se beneficia desse equipamento tão importante para a preservação da natureza e da qualidade de vida para seus moradores. Em virtude dessa realidade, está em tramitação projeto de doação de área, por parte de uma moradora local, à Prefeitura Municipal de São Sepé, com o objetivo de transformá-la em área verde protegida. Essa área se localiza próximo ao Ginásio Municipal Neri Bueno Lopes, no bairro Centro, às margens do arroio Lajeado do Moinho.

#### 4.3.5 Campo de Futebol

Mesmo sendo o futebol um dos esportes mais praticados no Brasil, em São Sepé, são poucos campos existentes. Um deles está localizado no bairro Centro, pertencente ao Clube Esportivo Bento Gonçalves (Figura 20). Ali se disputam

campeonatos de futebol amador em nível municipal; outro campo de futebol de uma sociedade recreativa, localiza-se no bairro Pontes, e seu uso destina-se aos sócios. Por fim, em mãos de uma empresa privada no bairro Santos, o campo de futebol tem seu uso para fins lucrativos (Quadro 2).

Tal situação denota que a população sepeense tem poucas alternativas para utilizar esses equipamentos, já que poucos estão disponíveis para a população da cidade. Por não ter outra alternativa muitos “campinhos” (terrenos baldios) são utilizados como campos de futebol, principalmente pela população de baixa renda, moradora dos bairros da periferia.



**Figura 20 – Campo de futebol junto ao Complexo esportivo PAMADE - São Sepé, RS - 2008**

Fonte: Trabalho de campo.  
Org.: SCHERER, F. B.

#### 4.3.6 Passeio Público

O passeio público serve para pessoas caminhar em um determinado lugar com fins de lazer e/ou de prática esportiva. O bairro Centro é único com este equipamento urbano e os demais bairros não possuem tal equipamento (Quadro 2). A população conta apenas com um passeio público para realizar caminhadas e isso torna o lugar muito freqüentado pelas pessoas que desejam fazer seus exercícios diários.

#### 4.3.7 Telefone público

Os telefones públicos estão distribuídos em todos os bairros da cidade São Sepé (Quadro 2). Tal realidade se deve à pressão exercida pela população na Câmara de Vereadores para instalação de telefones públicos nos bairros da cidade. Nota-se no bairro Centro a maior concentração de telefones públicos em relação aos demais bairros, porque esse bairro tem maior circulação de pessoas, comércio e serviços.

Alguns telefones públicos estão em péssimas condições, devido às ações de vandalismo, especialmente nos bairros considerados de baixa renda (Cristo Rei, Lôndero, entre outros), onde esse serviço é tão necessário para uso da população.

Bairro	EQUIPAMENTOS URBANOS															INFRAESTRUTURA			
	Capela mortuária	Praça	Quadra de Esportes Coberta	Campo de Futebol	Centro Comunitário	Área Verde	Telefone Público	Escola de Ed. Infantil	Escola Municipal	Escola Estadual	Escola Particular	Posto de Saúde	Posto Policial	Calçamento	Passeio Público	Coleta de Lixo	Energia	Esgoto	Iluminação pública
Centro	★	★	★	★	-	-	★	★	★	★	★	★	★	★	★	★	★	-	★
Pontes	★	★	-	★	-	-	★	★	-	★	-	★	-	-	-	★	★	-	★
Kurtz	-	★	-	-	-	-	★	⊙	★	★	-	-	-	∅	-	★	★	-	∅
Isolanda	-	-	-	-	-	-	★	-	-	-	-	-	-	∅	-	★	★	-	★
Tastch	★	-	-	-	-	-	★	-	★	-	-	-	•	∅	-	★	★	-	★
S. Antonio	-	-	-	-	-	-	★	-	-	-	-	-	-	∅	-	★	★	-	∅
Bela Vista	-	-	-	-	-	-	★	-	-	-	-	-	-	∅	-	★	★	-	★
Cristo Rei	-	-	-	-	-	-	★	★	★	-	-	-	-	-	-	★	★	-	∅
Lôndero	-	★	-	-	★	-	★	-	-	-	-	-	-	⊙	-	★	★	-	★
Santos	-	-	★	★	-	-	★	-	★	★	-	-	-	∅	-	★	★	-	★
S. Francisco	-	-	-	-	-	-	★	-	-	★	-	-	-	∅	-	★	★	-	∅
Silveira	-	-	-	-	-	-	★	-	-	-	-	-	-	∅	-	★	★	-	★
Lili	-	-	-	-	-	-	★	-	★	-	-	-	★	∅	-	★	★	-	∅
Rosa	-	-	-	-	-	-	★	-	-	-	-	-	-	∅	-	★	★	-	★
Walter	-	-	-	-	-	-	★	-	-	-	-	-	-	∅	-	★	★	-	★
Cooperativa	-	-	-	-	-	-	★	-	-	-	-	-	-	∅	-	★	★	-	★
Schirmer	-	-	-	-	-	-	★	-	-	-	-	-	-	∅	-	★	★	-	∅
Zenari	-	-	-	-	-	-	★	-	-	-	-	-	-	-	-	★	★	-	★
Hípica	-	-	-	-	-	-	★	-	★	-	-	-	-	-	-	★	★	-	★
Cristóvão	-	-	-	-	-	-	★	-	★	-	-	-	-	∅	-	★	★	-	∅

**Quadro 2 – RS: São Sepé - Equipamentos urbanos e infra-estrutura nos bairros - 2008.**

Fonte: TRABALHO DE CAMPO 2007/2008.

Org.: SCHERER, F. B.

**Legenda:**

- ★ Existente
- ∅ Parcial
- Inexistente
- ⊙ Projetado



#### 4.3.8 Escolas de Educação Infantil

As escolas de Educação Infantil anteriormente chamadas de “creches”, são importantes locais para as pessoas deixarem seus filhos enquanto trabalham. Em São Sepé, essas escolas se concentram em poucos bairros (Centro, Pontes e Cristo Rei). Dessa forma, apenas no bairro Centro há escolas particulares e públicas nessa modalidade (Figura 21). No bairro Cristo Rei, funciona uma escola de Educação Infantil de forma voluntária, mantida pelas próprias pessoas da comunidade e por doações para sua manutenção. No bairro Pontes, há uma escola de educação infantil mantida pela prefeitura (Quadro 2).

A falta de vagas nas escolas públicas de Educação Infantil de São Sepé tem gerado sérios problemas na forma atender a população. A atitude emergente para tal situação tem sido a de selecionar as crianças por sorteio. Assim, muitas pessoas acabam recorrendo a parentes, por exemplo para cuidar de seus filhos durante o período de trabalho. A prefeitura, como política de ampliação das escolas de educação infantil, estuda projeto para construir tal escola, em terreno no bairro Kurtz.



**Figura 21 – Escolas de Educação Infantil no bairro Centro - São Sepé - 2008**

Fonte: Trabalho de Campo  
Org.: SCHERER, F. B.

#### 4.3.9 Escola Municipal

A responsabilidade do município é a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Em São Sepé há escolas municipais distribuídas por vários bairros: Centro, Kurtz, Tastch, Cristo Rei, Santos, Lili, Hípica e Cristovão (Quadro 2).

Algumas escolas municipais não têm o ensino fundamental completo, tendo em alguns casos, até quarta série ou quinto ano. A maior parte dessas escolas municipais está localizada nos bairros mais carente da cidade. Essas escolas enfrentam diversos problemas, devido a sua realidade social. A Figura 22 mostra uma das escolas municipais localizada em um bairro que apresenta uma infraestrutura deficiente.



**Figura 22 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Theo, no bairro Tastch - São Sepé - 2007.**

Fonte: Trabalho de Campo.  
Org.: SCHERER, F. B.

#### 4.3.10 Escola Estadual

As escolas estaduais oferecem Ensino Fundamental e Médio, porém algumas escolas oferecem apenas o ensino fundamental. A responsabilidade pelo oferecimento do Ensino Médio é do Estado.

Em São Sepé, as escolas estaduais estão distribuídas por cinco bairros: Centro, Kurtz, Santos, Pontes e São Francisco (Quadro 2). Embora existam nesses bairros, o maior número de escolas está no bairro Centro, visto o tamanho populacional e importância desse em relação aos demais bairros.

Na Figura 23, o Colégio Estadual São Sepé, única escola de Ensino Médio do bairro Centro, que atende também outros bairros próximos. Além desse colégio, há o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), na Escola Estadual de Educação Básica Francisco Brochado da Rocha, localizado no bairro Santos, também oferecendo Ensino Médio na cidade. Ainda na figura 23, aparece o Instituto Estadual de Educação Tiaraju, com Ensino Fundamental, Ensino Médio na modalidade Normal e ainda Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno da noite, localizado no bairro Centro.



**Figura 23 – Colégio Estadual São Sepé localizado no bairro Centro - São Sepé - 2007.**

Fonte: Trabalho de Campo  
Org.: SCHERER, F. B.

#### 4.3.11 Escola Particular

Estão centralizadas, em São Sepé, no bairro Centro, duas escolas particulares (Quadro 2). Essas escolas oferecem Educação Infantil e Ensino Fundamental, porém não o ensino médio, que é ofertado apenas pelas escolas públicas.

O sistema educacional particular do município tem perdido importância nos últimos anos. A Figura 24 mostra uma escola particular que já foi considerada a maior escola do município em número de alunos. O ensino médio nessa escola foi fechado por falta de alunos. Recentemente, parte do prédio foi vendida, por não estar sendo usada. Essa escola pertence à Congregação das Irmãs Religiosas Notre Dame, tendo sua sede estadual na cidade de Canoas, Rio Grande do Sul. Também mostra a Escola João 23, de Ensino Fundamental, localizada no bairro Centro.



**Figura 24 – Escola particular localizada no bairro Centro - São Sepé, RS - 2007.**

Fonte: Trabalho de Campo.

Org.: SCHERER, F. B.

#### 4.3.12 Posto de Saúde

O posto de saúde é o primeiro local que a população procura quando necessita de algum serviço de saúde. Atualmente, os postos de saúde são denominados como Unidades Básicas de Saúde. Existem poucos postos de saúde nos bairros, em São Sepé (Quadro 2). Muitas vezes, a população recorre às equipes do Programa Saúde da Família (PSF), praticamente presente em todos os bairros, com exceção do bairro Centro. Dessa forma, as equipes do PSF encaminham consultas para as pessoas que necessitam.

O posto de saúde do bairro Centro (Figura 25) é o posto com maior movimento em relação aos demais na cidade. É comum pessoas de outros bairros se dirigirem a esse posto para procurar atendimento, devido ausência de postos nos



bairros. Além disso, apenas o bairro Pontes (Quadro 2) apresenta um posto de saúde com poucos atendimentos, pois tem poucos profissionais e falta de infraestrutura adequada.

O Hospital Santo Antônio é único hospital da cidade, atendendo pelo Sistema Único de Saúde (SUS), convênios e particulares, com capacidade de 65 leitos. Sua mantenedora é a Associação Beneficente Hospital Santo Antônio, contudo, a prefeitura municipal repassa recursos mensais. Está localizado no bairro Centro, bem próximo ao bairro Tastch.



**Figura 25 – Posto de Saúde no bairro Centro - São Sepé, RS - 2007.**

Fonte: Trabalho de Campo

Org.: SCHERER, F. B.

#### 4.3.13 Calçamento

O calçamento das ruas na cidade significa maior qualidade de vida para população ali residente. O bairro Centro é o único bairro com calçamento em todas as ruas. Os outros bairros apresentam apenas algumas ruas calçadas.

Os bairros Zenari, Hípica e Cristo Rei (Quadro 2) não têm nenhuma rua calçada. Nesses bairros, a maior parte da população é de baixa renda. No entanto, existe projeto para calçamento das ruas do bairro Lôndero.

#### 4.3.14 Posto Policial

O posto policial serve como um ponto em que os policiais estão disponíveis para população, bem como para atender algum chamado. Em São Sepé, há três postos policiais em três bairros diferentes: Centro, Tastch e Lili (Quadro 2).

Nos bairros Centro e Lili são postos policiais da Brigada Militar. A delegacia (Figura 26) vinculada a Policia Civil atende os casos de queixas e denúncias. Caso seja feita alguma prisão, o detento é encaminhado ao Presídio Estadual de São Sepé (Figura 26). Tanto a delegacia quanto o presídio estão localizados no bairro Tastch.



**Figura 26 – Delegacia de Policia e Presídio Estadual de São Sepé, RS - 2007**

Fonte: Trabalho de Campo.

Org.: SCHERER, F. B.

#### 4.3.15 Coleta de lixo

A coleta de lixo é um serviço de responsabilidade da prefeitura. Na cidade de São Sepé, esse serviço é terceirizado por uma empresa de fora do município. Todos os bairros (Quadro 2) são atendidos por este serviço, no entanto, a frequência de dias da coleta varia. O bairro Centro possui coleta seis vezes por semana e os demais bairros, três vezes por semana.

#### 4.3.16 Iluminação pública e Energia.

A iluminação pública é cobrada na fatura de luz e seu valor está atrelado ao consumo mensal de energia elétrica. Verifica-se que no bairro Centro e em outros bairros, esta iluminação apresenta quase todos os postes com lâmpadas funcionando. Esta realidade é diferente nos bairros: Kurtz, Santo Antonio, São Francisco, Lili, Cristo Rei, Schirmer e Cristovão (Quadro 2), onde existem algumas ruas completamente sem iluminação pública.

A energia elétrica é concessão da Aessul<sup>40</sup> Distribuidora Gaúcha de Energia em todo o município de São Sepé. Todos os bairros são atendidos por essa empresa privada.

#### 4.3.17 Esgoto - Água

O esgoto não é tratado na cidade de São Sepé (Quadro 2), inexistindo estação de tratamento para este fim. Na maioria das residências, o esgoto é ligado à rede da CORSAN, para ser lançado, posteriormente, à captação de água no Rio São Sepé. Contudo, evidenciam-se algumas residências, especialmente em zonas de baixa renda, onde o esgoto não é ligado a esta rede, e o mesmo é lançado a céu aberto ou em algum riacho.

Utilizando os dados da CORSAN (Companhia Rio-grandense de Saneamento) foi revelado número baixo de usuários do tipo industrial em relação aos demais usuários. Os usuários residenciais são maioria, com um total de 6409 usuários. Em segundo lugar, em termos de números de usuários, vem o comercial, com um total de 719 usuários. Os órgãos públicos apresentam 57 usuários, ou seja, este número representa a quantidade de pontos de abastecimento da CORSAN. A maioria dos usuários possui hidrômetro para o consumo da água tratada na cidade, e para o controle do consumo, colaborando para uso racional da água (Tabela 11). A

---

<sup>40</sup> Essa empresa possui site para maiores informações <http://www.aessul.com.br>.

meta da companhia CORSAN tem sido a instalação de hidrômetros em todas as residências abastecidas por ela.

**Tabela 11 – RS: São Sepé - Consumo de água por tipo de usuário e categoria da CORSAN, 2007.**

<b>Tipo (usuário)</b>	<b>Com Hidrômetro (usuário)</b>	<b>Sem Hidrômetro (usuário)</b>	<b>Total (usuários)</b>
Residencial	4 821	1 588	6 409
Comercial	613	106	719
Público	55	2	57
Industrial	16	6	22
<b>Total</b>	<b>5 505</b>	<b>1 702</b>	<b>7 207</b>

Fonte: CORSAN/TRABALHO DE CAMPO, AGOSTO DE 2007.  
Org.: SCHERER, F. B.

Com base nos dados da CORSAN confirmam-se 6 409 usuários da companhia, isso significa dizer que mais de 95% das casas possuem água encanada, já que a cidade de São Sepé registra 6 500 casas. Alguns locais da cidade, ainda utilizam poços rasos como forma de abastecimento de água, principalmente nos bairros mais distantes do centro. Embora a tabela 6 separe residencial do comercial, muitos usuários conjugam em uma mesma casa estes dois tipos. A rede de abastecimento de água se estende apenas para o distrito de Vila Block. Nos demais, seus moradores utilizam água de poços rasos ou outra forma de abastecimento de água.

Esses equipamentos urbanos revelaram a concentração no bairro Centro. Os demais bairros da cidade enfrentam a ausência dos equipamentos importantes como de infra-estrutura, forçando a população a se deslocar até o bairro central. A Cotrisel, embora com expressivo papel na cidade de São Sepé, apenas utiliza as vantagens do território para sua reprodução, sem impulsionar o crescimento da cidade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lançar o olhar para o passado esta pesquisa pode analisar e resgatar o processo formador e estruturador do espaço sul rio-grandense, com ele os primeiros núcleos urbanos, os quais permitiram o desenvolvimento de São Sepé. Passado este, marcado por lutas e disputas por terras, sinônimo de poder e controle do território desde o período colonial até os dias atuais.

Essa trajetória, fortalecida pelo caráter destemido e desbravador do homem às terras gaúchas, deixou marca cujo cenário mescla-se entre o bucólico e o rústico. Juntamente a tais condições forma-se um cenário rural abundante em terras, desprovido de tecnificidade, mas mesmo assim eficiente para movimentar a economia local e regional.

Nesse contexto, pequenos núcleos populacionais foram constituindo-se em pequenas cidades, as quais impulsionaram uma economia de baixa complexidade, mas de grande dinamicidade. Essas dinâmicas partem especialmente do setor rural e passam a exigir cada vez mais, especializações.

As cooperativas que surgem e em especial a COTRISEL é um exemplo dessa especialização ou organização que vai acontecer resultado das novas funções determinadas pela economia rural nas pequenas cidades, que tem se desenvolvido nas últimas décadas.

Isso posto, a organização do espaço ocorreu em um primeiro momento tendo como base nas lógicas territoriais as quais se utilizam da premissa territorial para atuar em um determinado espaço, isto é, a cidade se organiza em torno da igreja e da praça.

Em um segundo momento, as empresas (COTRISEL, Arrozeira Sepeense) passam a organizar o espaço a partir da lógica concorrencial estendendo suas ações em outros municípios criando postos de atendimento em cidades da região, como é o caso de São Pedro do Sul, Restinga Seca.

Em um terceiro momento, as empresas mais eficazes passam a se organizar em rede quando além da região estende seus empreendimentos em outros estados da nação como é o caso da COTRISEL no Espírito Santo e em Minas Gerais.

Por tratar-se apenas de uma empresa sediada em São Sepé, e que assume papel organizacional daquele espaço o seu controle é enorme frente a importante participação na geração de impostos à Prefeitura Municipal e entre eles, destaca-se o ICMS sendo considerada a empresa que mais arrecada dentro do município com mais de um terço do total desse imposto. Essa cooperativa ao diversificar atua em outros setores como supermercado e comunicação, comprovando a sua força e influência na economia local e regional. Além disso, está presente em outros municípios vizinhos ou próximos a São Sepé, sendo considerada a maior cooperativa da região e uma das maiores do estado do Rio Grande do Sul.

As outras empresas geradoras impostos quase todas estão ligadas diretas ou indiretamente ao setor primário da economia. Quando houve a seca em 2004 e 2005, atingindo as principais culturas (soja e arroz) afetou não apenas o setor primário, mas quase todos os setores geraram menor valor em impostos, especialmente no ICMS.

Desta forma, há um circuito da economia em São Sepé fluindo e tecendo uma rede a partir do setor rural e com os demais setores, os quais são interdependentes.

Nota-se que mesmo abrigando uma das maiores cooperativas do Estado, a cidade não possui um aporte condizente de infra-estrutura em toda a extensão do tecido urbano, como já mencionado, a maior parte dos equipamentos urbanos está em torno da praça central. Os meios de transporte, especialmente o transporte coletivo importante para a locomoção de mercadoria e de pessoas não tem se mostrado eficiente no perímetro urbano, nem todos os bairros estão aptos a receber este tipo de condução. Exceto o centro da cidade, os demais bairros não apresentam infra-estrutura eficiente, os poucos equipamentos urbanos existentes denotam o falta de uma política urbana no atendimento as populações residentes, as quais se vêm obrigadas a se deslocar a zona central para usufruir dos equipamentos de lazer, e ter acesso ao comércio e aos serviços.

As perspectivas para o crescimento e desenvolvimento da cidade de São Sepé vão depender de um conjunto de ações entre os seus atores locais e regionais desvelando-se das velhas práticas e buscando na dinâmica local o seu poder de transformação em um espaço, cuja localização historicamente privilegiada impulse essa cidade, tornando-a capaz de ser “urbanamente” possível a todos os seus habitantes.

## REFERÊNCIAS

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **ATLAS**. Disponível em <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas>> Acesso 14 fev. 2008.

BACELAR, W. K. de A. **A Pequena Cidade nas Teias da Aldeia Global**: relações e especificidades sócio – políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG. 2008. 411f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

BARROSO, V. L. M. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul. In: WEIMER, G. et al. **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Prefeitura de Porto Alegre, 1992. 143p.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbunkiam, 1997.

BENADUCE, G. M. C. **Intensificação das Redes de Informações e Novas Espacialidades no Paraná**. 1999. 212f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999.

BERNADELLI, M. F. da. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 384f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

BERNARDES, N. **Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1997. 147p.

CALLAI, H. C. A Cidade e a (re) Criação da Relação Homem-Natureza. **Ciência e Ambiente**. Ano IV, n. 7, jul/dez. 1993.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2004. 154p.

CECONELLO, D. P. **COTRISEL**: 50 anos de história: meio século o lado do produtor rural. São Sepé: Pallotti, 2007. 112p.

**CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DE SÃO SEPÉ**. Datilografado, 1930.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989. 96p.

\_\_\_\_\_. Uma nota sobre Urbano e a Escala. **Revista Território**. n. 11/12/13, p.132-136, set - out. 2003.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004. 94p.

COTRISEL. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.COTRISEL.com/empresa.php>> Acesso em: 15 jan. 2009.

CUNHA, J. L. O Rio Grande do Sul e a Colonização Alemã. In: Quevedo, J. **RS: Quatro Séculos de História**. Porto Alegre: Martins, 1999. p. 204-218.

DAVIDOVICH, F. R. Considerações sobre a Urbanização no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, A.; BECKER, B. K.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

DAMIANI, A. L. Cidades Médias e Pequenas no Processo de Globalização. In: LEMOS, A. I. G. de; Arroyo, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **América Latina: Cidade, Campo e Turismo**. San Pablo, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>> Acesso: 15 dez. 2007.

ENDLICH, A. M. **Pensando os Papéis e Significados das Pequenas Cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

\_\_\_\_\_. Perspectivas sobre o Urbano e o Rural. In: SPOSITO, M. E. B.; Whitacker, A. M. (orgs) **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006b. p. 11-31.

\_\_\_\_\_. Gestão Territorial Compartilhada em Espaços Não-Metropolitanos. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica, 2007, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre, UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/endlich.htm>>. Acesso em: 20 out. 2007.

\_\_\_\_\_. Novos Referenciais de Desenvolvimento e Planejamento Territorial: Possibilidades para as Pequenas Cidades? REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007a.

FIGUEIREDO, V. D. M. **Pequenos Municípios e Pequenas Cidades do Estado do Rio Grande do Sul: Contrastes, Perfil do Desenvolvimento e de Qualidade de Vida, 1980-2000**. 2007. 265f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

FRESCA, T. M. Em Defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino de Geografia. **Geografia**, v. 10, n.1, p. 27-33, 2001.

FUNDAÇÃO CULTURAL AFIF JORGE SIMÕES FILHO (Org.) **Personagens da História**. São Sepé: Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho, 2002.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Resumos**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/resumo/municipios>>. Acesso 03 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **Feedados**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/feedados>> Acesso em: 15 dez. 2007.

GEIGER, P. P. A Urbanização Brasileira nos Novos Contextos Contemporâneos. In: GONÇALVES, M. F. (Org.) **O Novo Brasil Urbano: Impasses, Dilemas, Perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 23-40.

GEORGE, P. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983. 236p.

GIRON, L. S. A Imigração Italiana no RS: Fatores Determinantes. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs) **RS: Imigração e Colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 47-66.

**HISTÓRIA ILUSTRADA DO RIO GRANDE DO SUL**. Porto Alegre: Ja Editores, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sidra**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

---

**.Geociências.**

Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2008.

---

**@Cidades.**

Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 fev. 2008.

---

**Censo Demográfico de**

**2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

KRAEMER, T. de M. **Síntese Histórica Administrativa de São Sepé**. 1980. 68p. Monografia (Especialização em História Administrativa e Social do Brasil) – Faculdade de Filosofia e Letras “Imaculada Conceição”, Santa Maria, 1980.

KURTZ, C. S. **Lixo Urbano – Situação em São Sepé**. 1989. 92p. Monografia (Especialização em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia e Letras “Imaculada Conceição”, Santa Maria, 1989.

LAGEMANN, E. Imigração e Industrialização. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs) **Rio Grande do Sul: Imigração e Colonização**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 114-134.

LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991. 133p.

LOPES SOBRINHO, H. **Regimento Cel. Pilar: Esboço Histórico**, 3º volume – 1928-1992. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1992.

MEDEIROS, L. T. A Urbanização no Rio Grande do Sul. **Veritas**. ano XII, n. 46, p. 165-173. jun.1967.

MEDEIROS, R. M. V. As Formas de Produção no Rio Grande do Sul e sua Relação com a Emigração Rural. **Agrária**. São Paulo, n. 2, p. 69-92, 2005.

MOREIRA, I. A. G.; COSTA, R. H. da. **Espaço e Sociedade no Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 110p.

MOTTA, J. do P. **São Sepé, de ontem, de hoje e de amanhã**. Santa Maria: Pallotti, 1988. 120p.

MOURA, R.; KLIENKE, M. de L. U. Espacialidades de Concentração na Rede Urbana da Região Sul. **Revista Paraense de Desenvolvimento**. n.95, jan./abr. p. 3-25, 1999.

NEVES, G. R. A Rede Urbana e as Fronteiras: Notas Prévias. In: OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. **O Rio Grande do Sul Urbano**. Porto Alegre: FEE, 1990. p. 118-140.

NORONHA, A. E. Análise sobre o Ordenamento Territorial no Rio Grande do Sul. **Caminhos da Geografia**. 7 (18) 27-36, jun. 2006.

O PORTAL DA HISTÓRIA. **Exercito**. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/exercito/brasil3.html>> Acesso: 13 fev. 2008.

PESAVENTO, S. J. **RS: Agropecuária Colonial e Industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 226p.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 242p.

\_\_\_\_\_. **Os Pobres da Cidade: Vida e Trabalho – 1880-1920**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. 149p.

\_\_\_\_\_. **Uma Outra Cidade: o Mundo dos excluídos no Final do Século XI**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. 357p.

RHODEN, L. F. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: Origens e Evolução**. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 1999. 190p.

ROCHE, J. **A Colonização Alemã do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 401p.

ROSS, J. L. S. Os Fundamentos da Geografia da Natureza. In: \_\_\_\_\_. **Geografia do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2005.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 345p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979b.

\_\_\_\_\_. Novo Espaço, Nova Urbanização. In: **As Mudanças na Dinâmica Urbano-Regional e suas Perspectivas**. São Paulo, Espaço e Debates, n.º 13, p. 1-3, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. 88p.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997b. 190p.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHAFFER, N. O. Urbanização: as Áreas de Fronteira e a Integração Latino-Americana. In: OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. **O Rio Grande do Sul Urbano**. Porto Alegre: FEE, 1990. p. 141-160.

SCHERER, F. B.; BENADUCE, G. M. C. A Pequena Cidade e seu Papel Urbano: Algumas Considerações sobre a Cidade de São Sepé - RS. In: X SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 2007, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: 2007, p. 1-13.

SEABRA, O. C. de. Conteúdos da Urbanização: Dilemas do Método. In: SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (Org.) **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza: Ed. da UFC, 1997.

SECRETARIA DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO SUL. **Municipais**. Disponível em: <[http://www.sefaz.rs.gov.br/SEF\\_ROOT/AIM/SEF-projaim.htm](http://www.sefaz.rs.gov.br/SEF_ROOT/AIM/SEF-projaim.htm)>. Acesso: 20 nov. 2008.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>> Acesso: 15 fev. 2008.

SILVA, J. B. da. Discutindo a Cidade e o Urbano. In: \_\_\_\_\_. COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (Org.) **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza: Ed. da UFC, 1997.

SILVA, W. R. da Reflexões em torno do Urbano no Brasil. In: SPOSITO, M. E. B.; Whitacker, A. M. (orgs) **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre Urbano e Rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 65-80.

SILVEIRA, R. D. **Relação entre Tipos de Tempo, Eventos de Precipitação Extrema e Inundações no Espaço Urbano de São Sepé-RS**. 2007. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1977.

SOARES, P. R. R.; HALAL, G. A.; GODOY, D. Novos Recortes Territoriais e Aglomeração Urbanas no Sul do Brasil. **Scripta Nova**. Vol. Ix, n. 194, ago. 2005.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. de; ASSUNÇÃO, M. C. de F. Caracterização sócio-econômica das pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO). **Horizonte Científico**. V.1, N. 7. Disponível em

<http://www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc.php?id=364&article=131&mode=pdf>> Acesso em: 02 abr. 2009.

SOJA, E. W. **Geografia Pós - Moderna**: a Reafirmação do Espaço na Teoria Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324p.

SOUZA, M. A. A. **Cidade**: Lugar e Geografia da Existência. Disponível em: <[http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/GEOGRAFIA\\_DA\\_EXISTENCIA\\_TEXTO\\_MARIA\\_ADELIA.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/GEOGRAFIA_DA_EXISTENCIA_TEXTO_MARIA_ADELIA.pdf)>. Acesso 12 out. 2007.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 80p.

STROHAECKER, T. M. A Urbanização no Rio Grande do Sul. In: VEDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul**: Paisagens e Territórios em Transformações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 163-211.

TRINDADE JR, S. C. Estrutura, Processo, Função e Forma: Aplicabilidade à Análise do Espaço Intra-Urbano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos**: Obra Revisitada. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 133-140.

\_\_\_\_\_. Redes de ação: uma Possibilidade de Interpretação da Fragmentação Intra-Urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Urbanização e Cidades**: Perspectivas Geográficas. Presidente Prudente: [s/n], 2001.

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. S. **Geografia Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Sagra-DC Luzatto, 1993.

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e Ruralidade**: Relação entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural e Estudos Preliminar sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. Recife: UFPE. 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.doc>> Acesso: 17 fev. 2008.

WEIMER, G. Estruturas Sociais Gaúchas e Arquitetura. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 224p.